

Avante!

Órgão Central do Partido Comunista Português

Semanário • ISSN 0870-1865 • 21 de Julho de 1994 • Preço: 150\$00 (IVA incluído) • N.º 1075 • Director: Carlos Brito

PCP CONTRA REVISÃO

Reuniu
o Comité Central

CC anuncia
projecto
comunista

Págs. 4 e 5



Trabalho é preciso

João Rocha
Presidente
da Câmara de Serpa

Em entrevista

por Anabela Fino Centrais

Fim ao bloqueio a Cuba!

• Resolução
aprovada na AR
por iniciativa do PCP

Pág. 11

Intervir mais e melhor

Grupo Confederal
da Esquerda
Unitária Europeia

Pág. 13

Conferência Nacional do PCP em Novembro

O Comité Central do PCP resolveu, na recente reunião de 14 de Julho último, que a iniciativa nacional decidida em Janeiro deste ano com o tema «Renovar e reforçar a organização e a intervenção do Partido no seio dos trabalhadores» seja uma Conferência Nacional, a ter lugar no último fim-de-semana de Novembro próximo.

Fracasso do Governo

• Carlos Carvalhas
responde
a Cavaco Silva

Pág. 7

Trabalhadores e Constituição de Abril

• Artigo de
Jerónimo de Sousa

Pág. 18



Timor nas Nações Unidas

• Miguel Urbano Rodrigues

Pág. 19

Cavaco Silva e os 40 barões

O poder laranja atravessa uma indistigável crise de desorientação.

O facto foi, aliás, reconhecido por Cavaco Silva ao apontar no último Conselho Nacional do PSD «os muitos barões a falar para a comunicação social» e outras «forças de bloqueio» que se desenvolvem e operam no seio do próprio partido do Governo.

Mas a crise, se esteve encoberta, já tinha estalado, com toda a evidência, no decorrer dos grandes protestos populares na Ponte 25 de Abril: tanto no recurso à violência para forçar a aplicação de um aumento escandaloso, como no atabalhoado recuo e nas explicações apresentadas, para disfarçar as manhosas tentativas de fazer passar o aumento, mais para a frente, quando os utentes estiverem distraídos.

Muito embora abrigue cavilosos propósitos repressivos, é também reveladora da crise de desorientação a insinuação de «coinci-

dências subversivas» com que nos meios laranja se pretende desvalorizar as manifestações de descontentamento, de protesto e de luta popular que se estão a levantar contra a política do Governo. As derrotas eleitorais nas autárquicas e nas europeias também não contam pouco para a desorientação.

Curioso é ouvir, da parte do partido que fixou como objectivo tomar conta de todo o aparelho de Estado e que com ele acabou por se confundir, as acusações ou as interrogações de que o «partido está excessivamente governamentalizado».

Saborosa é a afirmação de que «a máquina partidária está acomodada», provinda de um partido amesadado no erário público, que assenta essencialmente no clientelismo e onde as fichas de inscrição são o passaporte para obter lugar ou para subir na administração ou nas empresas públicas e privadas.

Ilustrativa é a polémica laranja sobre se «o partido está demasiado elitizado» ou se «precisa de mais elites para fazer frente aos caciques que dominam grande parte das estruturas locais».

A crise de desorientação configura também, como estes sinais denunciam, uma nova luta pela partilha do poder entre os ávidos barões do PSD, que Cavaco parece ter crescentes dificuldades em contentar e controlar.

São também muito significativas as dissonâncias dos barões com o pensamento ou até com a palavra do chefe. Parece terem-se já verificado em relação à revisão da Constituição. Verificaram-se com certeza em relação ao Código Penal e à Lei de Imprensa, em relação aos quais diversos reponsáveis do PSD fizeram promessas e acordos com o Sindicato dos Jornalistas, com directores de jornais e provavelmente com o PS e que Cavaco obrigou a desfazer, prevalecendo as soluções mais

gravosas para a liberdade de imprensa.

Especialmente flagrante foi essa dissonância em relação às declarações (aliás, positivas) que o Bispo de Setúbal fez sobre a situação de fome e desemprego no Alentejo.

As distritais do PSD de Portalegre, Évora e Beja atacaram o Bispo afirmando «não lhe reconhecer autoridade particular para falar como falou». Cavaco recuou em relação a este ataque, desautorizou as distritais, manifestou o seu respeito pelo Bispo, numa atitude clara de quem não quer arranjar mais adversários. Voltou a insistir na absurda tentativa de responsabilizar o PCP e as autarquias, numa situação que é toda, por acção e omissão, da responsabilidade do Governo.

Não conseguiu, no entanto, desfazer mais esta prova de desorientação do poder laranja.

■ Carlos Brito

Mistificação

Os anunciados Estados Gerais e a abertura acelerada do processo de revisão da Constituição são duas iniciativas complementares inseridas no plano do PS de dar força à política de direita fingindo que o faz na perspectiva oposta. Sob o manto da falsa modernidade da sua reforma do sistema político, o PS esconde (mal) o golpe que é este projecto de revisão. O objectivo primeiro de Guterres com esta iniciativa (abençoada por Cavaco Silva que assim vê desviadas as atenções da forte contestação social de que é alvo a sua política) é o de criar condições para a elaboração de leis que imponham — por força de golpes de engenharia eleitoral violentadores da vontade do eleitorado — a tão desejada alternância que o povo português sempre rejeitou. Para o PSD e para o CDS fica o resto... onde avulta obviamente o ataque aos direitos dos trabalhadores de que o projecto fascizante do CDS é já uma amostra concludente. Depois, no decurso do processo de revisão, PS, PSD e CDS procederão às necessárias arrumações de interesses específicos, toma lá dá cá, sem esquecer nunca os interesses comuns à política de direita.

É a esta aliança «democrática» para a «revisão de 1994» que um arrependido do comunismo ao serviço do PS — o prestimoso Pina Moura — exorta o PCP a juntar-se. Manipulando ideias e números, falsificando pressupostos, o melífluo «ex» confirma-se como transferência rentável para Guterres.

Honestamente alguém acreditará na possibilidade de, no quadro actual, se proceder a uma positiva «reforma do sistema político»? E tudo isto em 3 ou 4 meses? Só por obra de Deus... ou por graça das Suas obras...

Quanto aos Estados Gerais, o seu objectivo é o de construir «uma nova maioria para chegar ao poder». Guterres diz que não chega «apenas uma

mudança de governo», é preciso «uma nova forma de governar». (Não uma nova política.) Na sequência da revisão, o objectivo essencial dos Estados Gerais passa por atrair o apoio ao PS de «personalidades da área de influência do PCP» («uma das expectativas mais alimentadas pelos socialistas») na medida em que «poderá dar frutos na contagem dos votos nas eleições legislativas». (Isto apesar de Guterres, naquele discurso de plástico que é o seu, ter rejeitado peremptoriamente «quaisquer contabilismos eleitoralistas».)

Qualquer cidadão que por distração ou ingenuidade admita que entre os objectivos actuais de Guterres se inscreve o de combater a direita, deverá ficar no mínimo surpreendido com esta curiosa forma de combate que tem como linha principal a busca desesperada do enfraquecimento da esquerda.

A obsessão guterrista de esvaziar o PCP — objectivamente a única grande força que combate com coerência e determinação a política de direita — surge encapotada por duas ideias pomposas: a da procura de «uma forma inovadora de chegar ao poder» e a da consecução de uma revisão que conduza a uma «moderníssima reforma do sistema político». Somadas estas duas ideias obtém-se uma monumental mistificação. Que é necessário denunciar e combater com firmeza.

■ José Casanova

O leitor deu certamente pela gralha na crónica da semana passada — «caiu» um não, a transtornar o sentido de uma frase. O que José Casanova escreveu foi: «Ao governo — e possivelmente também ao Expresso — não interessa a oposição protagonizada pelo PCP.»

Um temor desmesurado

Sozinho, contra tudo e contra todos, o Governo fez aprovar na Assembleia da República alterações ao Código Penal e à Lei de Imprensa. Uma coisa tinha, de facto, a ver com a outra, na óptica cavaquista, para que este conjunto de alterações se visse abrangentemente aprovado pela maioria laranja. E não foi o facto de o apêndice senil de Cavaco — o PSN — ou de a maioria PSD terem junto os seus votos na aprovação das alterações à Lei, que se poderá levar a concluir que o Governo tem grande companhia. Com efeito, não apenas se verificou, no debate em Comissão, que havia gente no PSD disposta a aceitar emendas avançadas, como,

por fim, o PS se sentiu obrigado a mostrar-se oposição, depois de falharem os entendimentos que o Partido de Guterres havia certamente acordado com o seu parceiro de revisão constitucional.

Revelando uma arrogância desmedida — ou um temor desmesurado de tudo o que possa fazer perigar o seu poder, o que vem a dar no mesmo —, o Governo de Cavaco, via Laborinho, decidiu recusar todos os consensos ainda possíveis e avançar com as alterações que revelam a sua natureza autoritária. Depois de ter puxado orelhas a ministros e de admoestar os seus barões, Cavaco resolveu meter na ordem os deputados laranja e, isolando-se mais, con-

sentiu ao PS juntar-se à oposição e aos jornalistas que já criticavam fortemente as pretensões governamentais. Que são, nomeadamente, as de proteger «as instituições» da investigação jornalística. Com medo de que espreitadelas?

A deputada comunista Odete Santos já chamara a atenção para a articulação verificada em ambas as propostas, que atingem fortemente o direito de informar, acentuando que elas iam no sentido do «alargamento de uma classe de intocáveis»; de revelar que o Governo pretende «a opacidade dos serviços do Estado, atemorizando a Comunicação Social»; de ser «difícil escamotear que, na base do artigo 187º, estão as

denúncias das ilegalidades cometidas, por exemplo, no DAFSE e no SIS». E referiu ainda a proibição de ser feita prova de verdade quanto a imputações relativas a vida privada e familiar, assinalando que a esfera privada não é efectivamente igual para todos os cidadãos.

As propostas de emendas avançadas nomeadamente pelo PCP iriam, numa primeira fase, receber aceitação pelos deputados do PSD na Comissão. Cavaco, porém, não deixou que esses pruridos democráticos prevalecessem. De facto, continua ao leme. Numa viagem perigosa e cada vez mais solitária.

■ Leandro Martins

ALEMANHA

Ambições e perigos

No dia 12 de Julho, o Tribunal Constitucional da RFA tomou uma decisão de extraordinária gravidade, ao considerar que as **Forças Armadas alemãs podem participar em operações militares em qualquer parte do mundo**. Sob a capa pretensamente «neutra» de um acórdão jurídico foi tomada uma **decisão política** que consagra e reforça as tendências militaristas e as ambições expansionistas do imperialismo alemão.

Apesar do seu enorme potencial bélico, a Bundeswehr só era autorizada até agora a participar em missões e exercícios da NATO na área geográfica da Aliança Atlântica. A participação alemã entretanto verificada nas operações militares na ex-Jugoslávia e na Somália era profundamente contestada no plano jurídico-constitucional dentro da própria RFA. A decisão do Tribunal Constitucional abre finalmente a porta que faltava abrir para a afirmação da Alemanha como grande potência militar e pilar fundamental de uma «nova ordem» mundial imperialista.

Algumas declarações produzidas na ocasião ajudam a iluminar o alcance político desta decisão.

«Somos membros da ONU, temos a este título direitos e deveres a cumprir e seria inaceitável para a **dignidade deste país** que ficássemos à margem e não assumíssemos as **nasas responsabilidades**», afirma H. Khol enquanto M. Wörner, o alemão S.-Geral da NATO, se felicita por uma decisão que «permitirá à comunidade internacional melhor cumprir as suas responsabilidades».

Mas são sobretudo as declarações de Clinton que importa reter. De visita a Bona na véspera daquela decisão, o Presidente dos EUA atribuiu à Alemanha o papel «**de liderança**» na União Europeia e na Europa afirmando mesmo que «a Alemanha tem uma responsabilidade particular face aos países **situados mais a Leste**». A mensagem é clara: tanto no processo de integração da UE, como no enquadramento dos processos de transição capitalista nos países do centro e leste da Europa, é reconhecido e atribuído um papel decisivo ao potencial económico e militar alemão.

Tudo isto acontece precisamente no momento em que, com a presidência alemã da UE se inicia a **superpresidência franco-alemã**, que se prolongará por um ano e se propõe marcar decisivamente a revisão do Tratado de Maastricht em 1996 e a marcha geral do processo de integração. É neste quadro que a contestada **participação de tanques alemães no desfile do 14 de Julho** (50º aniversário da libertação de Paris) adquire um significado particularmente inquietante. Tanto mais que integram o «Eurocorps», força militar multinacional de base franco-alemã que já em 1995 afectará 45.000 homens e se pretende o núcleo duro de um futuro exército europeu, articulado com a UEO e a NATO numa dinâmica militarista e intervencionista que envolve seriíssimos perigos para a paz e a soberania dos povos do nosso continente.

A crise e a hegemonia pelas forças do grande capital do actual processo de construção europeia está a alimentar monstros - o militarismo, o racismo, o fascismo - que é necessário denunciar e combater com determinação. No dia-a-dia da nossa acção junto dos trabalhadores e do povo e no âmbito das instituições, no plano nacional e através da cooperação internacional dos trabalhadores e das forças democráticas. Neste sentido, a formação, no Parlamento Europeu, do **Grupo Confederal de Esquerda Unitária Europeia**, em que se integram os comunistas e outros progressistas de Espanha, França, Grécia, Itália e Portugal, representa um importante contributo para a luta por uma outra Europa, de paz, progresso e cooperação.

A.N.

Considerando perigosa e inoportuna esta revisão, da iniciativa do PS e PSD

PCP intervirá com projecto próprio

Contrariando propostas de outros partidos e apresentando as propostas que fazem falta

Resolução do Comité Central do PCP sobre a situação política e a revisão constitucional

1

O Comité Central considera que o processo de revisão ordinária da Constituição ontem encetado, para além das dúvidas de legitimidade constitucional que suscita, pode conduzir à insegurança e ter importantes consequências futuras. Tal processo afigura-se politicamente desnecessário, inoportuno e susceptível de introduzir novas distorções e desfigurações na lei fundamental. O processo agora aberto vai introduzir preocupantes factores na evolução da situação política nacional e no caminho para se alcançar uma verdadeira alternativa democrática à política e ao Governo do PSD.

O Comité Central chama uma vez mais a atenção dos trabalhadores e de todos os democratas para os perigos que representa para o regime democrático o entendimento que se desenhe entre o PS e o PSD (só nestas condições poderá efectuar-se a revisão da Constituição), com o objectivo de introduzir modificações mutiladoras da natureza democrática do sistema político.

Numa altura em que os graves problemas do país não encontram resposta, quando cresce o desemprego e estão em perspectiva os maiores despedimentos colectivos de sempre, quando a fome se tornou uma realidade em várias regiões do País, quando prossegue a destruição do aparelho produtivo e se reforça o domínio da economia nacional pelo grande capital estrangeiro, quando se implementam políticas para acelerar o desmantelamento das funções sociais do Estado, quando por pressão do patronato português, da Comunidade Europeia e de organizações internacionais (OCDE e Grupo dos 7) se preparam graves atentados aos direitos fundamentais dos trabalhadores, o PS coloca na ordem do dia como tarefa das tarefas a revisão da Constituição, desviando assim as atenções e as energias da tarefa inadiável que deve ser a luta pela resolução dos problemas e o combate à política do Governo PSD.

Numa altura em que se multiplicam as manifestações de protesto e descontentamento dos trabalhadores, dos agricultores, dos estudantes, dos pescadores e das populações em geral, quando se manifestam sintomas de dificuldades no interior do PSD e se acentua o seu descrédito político, o PS, depois de ter proclamado inequivocamente que o PSD deve poder executar a sua política até 1995, toma a grave decisão de dar uma ajuda política ao PSD, abrindo caminho para novos entendimentos

com este partido para pôr em causa questões cuja salvaguarda é essencial para a defesa do regime democrático.

Ao responsabilizar o sistema político como causa da fraca participação dos cidadãos na vida política e do descontentamento reinante em largos sectores da sociedade quanto ao rumo da vida política nacional, o PS procura desviar a atenção das verdadeiras causas e dos verdadeiros responsáveis pelo chamado "desencanto" dos cidadãos, os quais radicam na política antidemocrática e antisocial e de atropelo à própria Constituição de Abril, levada a cabo pelos sucessivos governos, incluindo os do PS.

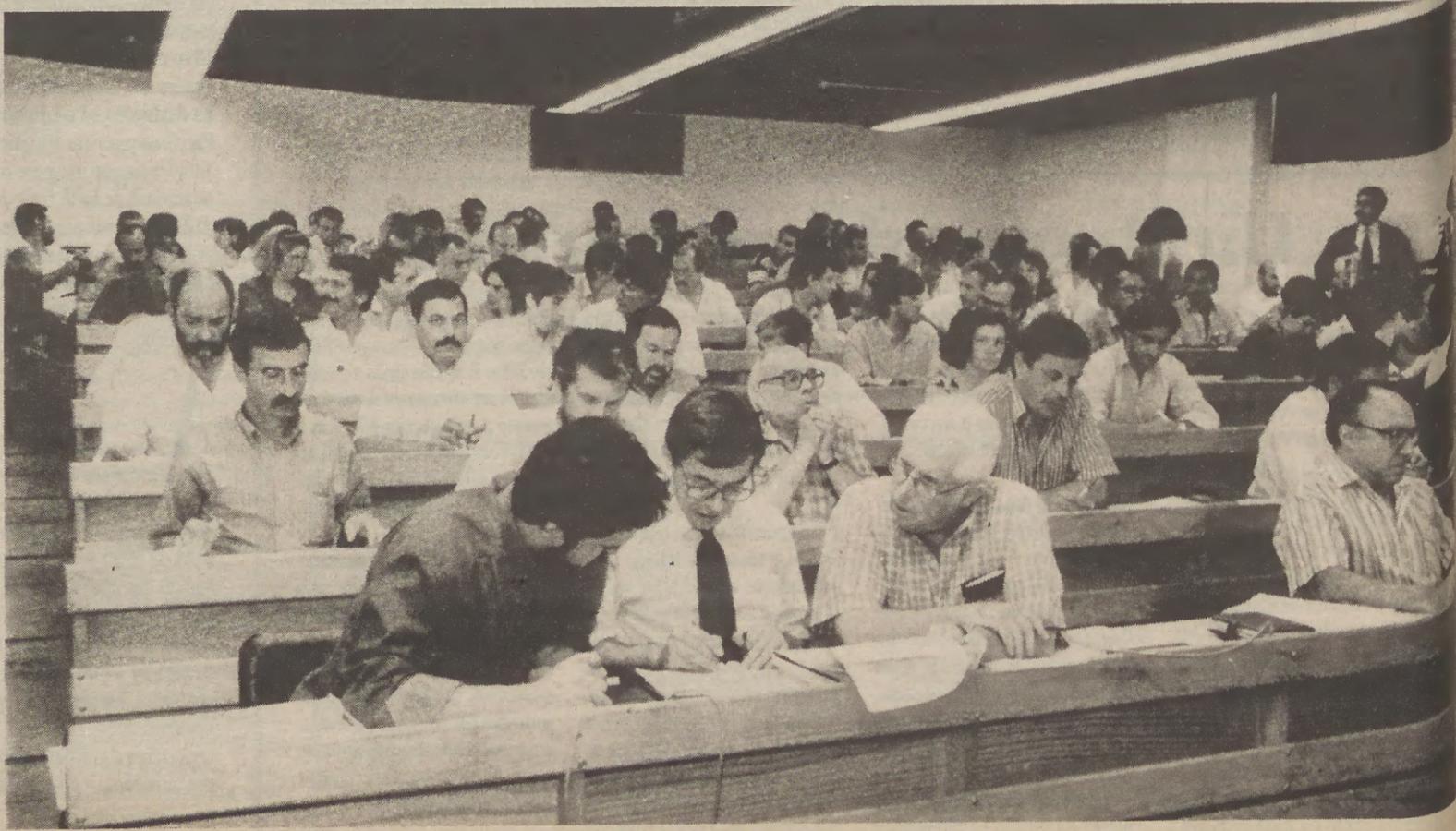
Ao fazer do sistema político o bode expiatório das mutilações do regime democrático, ao seguir na pegada do PSD, descobrindo no sistema uma força de bloqueio, o PS procura eximir-se às suas próprias responsabilidades por uma política de destruição de importantes conquistas democráticas, de limitação e liquidação de direitos de participação e intervenção dos cidadãos, nomeadamente dos trabalhadores, pela política-espectáculo, pela personalização em detrimento do debate de ideias, pela perversão de valores éticos da vida política.

Não é a Constituição ou o «sistema político» que criam problemas, afastam os eleitores da vida política e os deputados do cidadão, ou que estão na base da política económica que conduz ao desemprego, à marginalização, à pobreza e à fome, mas sim, bem ao contrário, o não cumprimento da Constituição. Apesar das revisões negativas de 1982 e 1989, nos termos da lei fundamental do País, por exemplo, cabe ao Estado realizar políticas de pleno emprego, e o PSD promove políticas que aumentam o flagelo do desemprego; a Constituição estabelece uma ampla consagração da democracia participativa dos trabalhadores nas empresas e dos cidadãos em geral, e o PSD tudo faz para a reduzir e esvaziar ao máximo de conteúdo; a Constituição estabelece que constitui incumbência prioritária do Estado na área económica eliminar e impedir a formação de monopólios e eliminar os

latifúndios e o PSD promove a sua criação; a Constituição permite expropriar, arrendar ou dar em concessão terras ao abandono, e o Governo promove em vez de combater esse abandono; a Constituição estabelece o princípio da descentralização e o Governo centraliza meios e tenta impor encargos; a Constituição estabelece a criação das regiões administrativas e o PSD tem procedido ao seu adiamento sucessivo, apesar de ter prometido no seu manifesto eleitoral a sua instituição nesta legislatura.

As grandes reformas políticas, económicas e sociais de que Portugal precisa não são as que o PS defende em coincidência ou em convergência previsível com a direita contra a lei fundamental mas sim as que o PCP preconiza, e essas podem ser realizadas no quadro da presente Constituição. O problema essencial que se coloca não é o de rever a lei fundamental constantemente e com absurda frequência, mas sim, bem ao contrário, o de assegurar o seu cumprimento nas partes em que não tem sido cumprida. Constitui, de resto, uma intolerável contradição que os mesmos que preconizam alterações do sistema eleitoral de sentido não democrático em nome da estabilidade governativa defendam constantes alterações da lei fundamental do País, que deveria caracterizar-se pela estabilidade.

Por outro lado, os mesmos que afirmam pretender aproximar os deputados dos eleitores são os que realizam campanhas eleitorais que se baseiam em «candidatos a Primeiros-Ministros» e suprimem o papel dos candidatos a deputados; são os mesmos que, no Governo, suprimem ou diminuem o papel da Assembleia da República e dos deputados e promovem a governamentalização do sistema político e a concentração de poderes do Primeiro-Ministro. A pressa com que o PS e o PSD pretendem efectuar uma revisão que, no conjunto das propostas já conhecidas, envolve metade do texto institucional evidencia dúvidas quanto à seriedade e ponderação com que tal revisão poderá ser conduzida e denuncia a falsidade dos propósitos daqueles que afirmam que preconizam uma maior participação dos cidadãos.





O Comité Central, face aos perigos que comportam os projectos já apresentados para os direitos sociais dos trabalhadores e a defesa do regime democrático, considera que, a par da necessária e imprescindível intensificação da luta de massas contra a política de direita e pela melhoria das condições de vida dos trabalhadores e das populações, se impõe desenvolver uma ampla e enérgica acção em defesa do regime democrático, de denuncia da natureza dos projectos de revisão da Constituição e dos entendimentos que se preparam entre o PS e o PSD.

2

Para além da revisão constitucional ser perigosa e inoportuna, o que já se conhece dos projectos de lei de revisão constitucional e das declarações de dirigentes do PS, PSD e CDS constitui uma inquietante confirmação das prevenções repetidamente feitas pelo PCP.

O PS quer favorecer uma bipolarização artificial, afectar aspectos essenciais do regime e dos sistemas eleitoral e de governo designadamente através da limitação e distorção da proporcionalidade do sistema eleitoral, visando obter mais eleitos com menos votos, da «moção de censura construtiva», que procura garantir a impunidade e o recurso à chantagem de eventuais governos minoritários especialmente do PS e da liquidação da eleição directa e por representação proporcional das câmaras municipais. Propõe igualmente a profissionalização das forças armadas.

É certo que o PS procura esconder o que verdadeiramente pretende através de uma imensa multiplicidade de propostas, que apresenta como tendo propósitos de estimular a democracia participativa e de garantir o reforço dos direitos dos cidadãos e a sua participação. O PS procura igualmente esconder o que pretende através de declarações de que nunca se afastará do princípio da representação proporcional na conversão de votos em mandatos e de que não pretende afectar os direitos económicos, sociais e culturais. Mas, como a experiência abundantemente demonstra, uma coisa é o que o PS declara e outra, bem diferente, é o que verdadeiramente pretende e os caminhos que abre: em matéria eleitoral e noutras, à disponibilidade negociada com o PSD, em que não pode deixar de assentar qualquer revisão, e que pode afectar aspectos essenciais do regime democrático.

O projecto de lei de revisão constitucional que o CDS apresentou representa, pelo seu lado, uma confirmação de que as posições da direita portuguesa correspondem a preconizar uma profunda regressão e a uma verdadeira ruptura de regime e negar direitos sociais básicos. Aliás, o CDS afirma que o seu projecto está em coerência com o facto de ter votado contra a Constituição. É neste quadro que propõe, por exemplo, a completa eliminação dos direitos e da protecção constitucional das comissões de trabalhadores, uma forte restrição do direito à greve e a eliminação da proibição do *lock-out*, a supressão do direito de participação dos trabalhadores nas unidades de gestão do sector público, uma forte restrição das obrigações do Estado na garantia dos direitos sociais, a supressão das disposições constitucionais sobre a eliminação dos latifúndios, a obrigação estatal de protecção da maternidade e da paternidade, a proibição constitucional do aborto, a alteração completa do sistema eleitoral, liquidando a consagração do sistema de representação proporcional, a garantia constitucional da independência dos tribunais.

O projecto de lei de revisão que o PSD apresentará vai certamente incluir, estimulado pelas posições do PS e para abrir um processo negociado com este partido, propostas que não só colocam em risco o sistema de representação proporcional, como podem lesar aspectos essenciais dos direitos liberdades e garantias, dos direitos económicos e sociais, com destaque para os direitos dos trabalhadores e mesmo o equilíbrio e características fundamentais do sistema de governo e do sistema político.

3

Neste quadro, e a partir do momento em que, por iniciativa do PS e com o acordo do PSD e CDS, foi aberto o processo de revisão constitucional, o PCP intervirá política e activamente nesse processo, contrariando propostas de outros partidos e apresentando propostas concretas, com o objectivo, designadamente, de que a Constituição da República garanta:

- um regime de liberdade no qual o povo decida do seu destino e um Estado democrático, representativo, participado e moderno;
- um desenvolvimento económico assente numa economia mista, moderna e dinâmica, ao serviço do povo e do país;
- uma política social que garanta a melhoria das condições de vida do povo;
- uma política cultural que assegure o acesso à livre criação e fruição culturais;
- uma Pátria independente e soberana com uma política de paz, amizade e cooperação com todos os povos.

Com esse sentido, e tendo presente as necessidades políticas decorrentes da abertura do processo, o Comité Central decide a apresentação de um projecto de revisão constitucional do PCP, através do seu Grupo Parlamentar.

4

A luta contra a revisão constitucional que o PSD e PS preparam é parte integrante da luta em defesa do regime democrático e insere-se na luta pelos direitos sociais, e em particular pelos direitos dos trabalhadores contra os quais o Governo, a direita, os partidos socialistas e o grande patronato preparam uma ofensiva em Portugal, à escala comunitária e do mundo capitalista em geral.

O Comité Central apela para que os comunistas, os trabalhadores e os democratas em geral se empenhem na criação de um vasto movimento popular e da opinião pública de luta e combate contra a revisão que a direita e o PS pretendem, contra a ofensiva contra os direitos sociais e dos trabalhadores, e por uma nova política para Portugal, ao serviço do povo e do País.

Lisboa, 14 de Julho de 1994

O Comité Central do
Partido Comunista Português

Mil assinaturas para «O Militante»

Prossegue a campanha de assinaturas para «O Militante», que deve ser considerada uma tarefa urgente de todas as organizações de forma a atingir-se rapidamente as mil assinaturas, número mínimo que reduz substancialmente os custos de envio pelo correio.

Não é difícil levar um camarada que compra normalmente «O Militante» a tornar-se seu assinante. É certo que tem de avançar logo com o pagamento de seis números mas como a quantia não é elevada (1080 escudos) até se pode apreciar que há um pequeno benefício no preço (e, em cada número, há um livro oferecido a um assinante). Como há milhares de compradores normais de «O Militante», por que não se arranjam rapidamente mil assinantes?

Actualmente o seu envio para os assinantes paga como se fosse uma carta. Logo que nos aproximemos dos mil pode recorrer-se a uma outra taxa, muito menos cara, embora se tenha de pagar um mínimo de mil envios.

Dado que a maior parte dos exemplares de «O Militante» são vendidos pela organização, é necessário que os camaradas que têm essa tarefa decidam transformar a entrega de cada número bimensal em assinaturas. Para isso é preciso não dar demasiada importância ao facto de que se diminui a divulgação pela via da organização (mas a divulgação continua a fazer-se e a organização pode sempre ser informada se ela se mantém ou não), ao facto de que assim se perde um motivo de contacto regular (se era só essa a motivação do contacto ter-se-á de arranjar outra, através do pagamento da quota, da distribuição de outros documentos do Partido, etc.), ao facto de que a organização perde um fonte de receita pois recebe uma percentagem do valor da venda (mas a perda é muito maior para o Partido porque não há um número suficiente de assinantes).



ABERTURA
REFORÇAR O PARTIDO

O MILITANTE
MAIS LEITORES
E MAIS ASSINANTES

ELEIÇÕES
Eleições para o PE
UM RESULTADO POSITIVO

REFLEXÃO
BLOQUEIO DE ALTERNATIVA
DÁ FORÇA A CAVACO SILVA

SOCIAL
COMBATER
A NOVA INVESTIDA DO CAPITAL

ORGANIZAÇÃO
REFORÇAR A ORGANIZAÇÃO
ENTRE OS TRABALHADORES
PROBLEMAS ACTUAIS
DO PARTIDO NAS EMPRESAS

25 DE ABRIL
VOZES
DO PROCESSO REVOLUCIONÁRIO
«Um lugar especial para o 25 de Abril»
«Não me chegam as palavras»
O 25 de Abril na Mague — Alverca

ECONOMIA
A lei dos mais fortes no Comércio
Mundial
O QUE É O GATT

NOTAS E COMENTÁRIOS
Catarina
foi assassinada há 40 anos
A indignação e a intolerância
Sobre o PSD
Aonde já chega o culto!
Uma tristeza...
Demagogia e Desonestidade
Falta de «modernidade»

INTERNACIONAL
ITÁLIA: AS ELEIÇÕES,
BERLUSCONI E O FASCISMO

DOCUMENTOS
COMUNICADO
DO COMITÉ CENTRAL DO PCP

JCP lança campanha na festa do «Avante!» "Sem emprego nada feito"

A Festa do «Avante!» vai ser o ponto de partida da campanha da JCP pelo emprego que se prolongará até ao final do ano com múltiplas acções de contacto com os jovens trabalhadores.

Denominada «Sem emprego nada feito», a campanha será lançada em Setembro, na «Festa do Avante!» e prevê «múltiplas acções de contacto com os jovens trabalhadores, denunciando o agravamento da sua situação e afirmando as propostas da JCP nesta matéria», indica a resolução da Direcção Nacional, reunida nos passados dias 9 e 10 do corrente mês.

A Direcção da JCP analisou os resultados das recentes eleições para o Parlamento Europeu, bem como as principais questões da actualidade política, com destaque para «a preocupante perspectiva de um entendimento entre o PS e PSD para a revisão constitucional» a qual qualifica como «desnecessária e inoportuna, significando pelo seu conteúdo um perigo real para a vida e o sistema político democrático».

Ao trabalho!

Apontando quatro prioridades de trabalho até ao final do ano, a Direcção Nacional da JCP aposta no «incremento da

acção política e da afirmação da organização, no seu «reforço orgânico», no «desenvolvimento da luta e fortalecimento do Movimento Juvenil» bem como num empenhamento especial na Festa do «Avante!».

A Festa é considerada como a «tarefa imediata mais importante» onde deverá ser concentrado o «fundamental dos esforços» dos jovens comunistas.

Designadamente, salienta-se a necessidade de aproveitar «os diversos eventos culturais, recreativos e os principais locais de férias para divulgar a Festa do Avante!, utilizando os seus materiais promocionais e potenciando a sua capacidade crescente de atracção para que cada vez mais jovens a visitem».

Carácter igualmente prioritário é dado à venda antecipada da EP e ao erguimento de uma Cidade da Juventude que «atraia os jovens visitantes da Festa, seja um instrumento de intervenção política da JCP e cuja construção traduza o esforço voluntário e a capacidade dos jovens comunistas».

Embora sem adiantar ainda pormenores sobre a Cidade da Juventude deste ano, a resolução da DN da JCP indica que ela «afirmará a importância de comemorar Abril, na perspectiva dos direitos dos jovens e da luta em sua defesa, procurando traduzir as importantes lutas e movimentações juvenis ocorridas no último ano».

Na Cidade da Juventude a organização procurará «conciliar a intervenção política com elementos e espaços culturais e recreativos».

A luta não pára

A intensificação da contestação à política do Governo e o reforço das diferentes estruturas do movimento juvenil é outra grande linha de trabalho da JCP que lhe atribui «importância fundamental para a construção da alternativa ao Governo do PSD».

Neste sentido, os jovens comunistas vão estar atentos à abertura do ano lectivo, «momento marcado por inúmeros problemas relacionados com o funcionamento das escolas, especialmente do Ensino Secundário».

Ainda no Secundário, a JCP vai «iniciar a discussão sobre



os aspectos mais negativos da Reforma do Sistema Educativo» com o objectivo de dinamizar «movimentos de contestação à sua aplicação».

No Ensino Superior, a luta contra o aumento das propinas vai continuar, mantendo-se no centro do debate as questões do «financiamento e do Apoio Social Escolar mobilizando forças contra os objectivos do Governo».

A JCP vai seguir de perto as eleições para as direcções associativas e tudo fará para melhor acompanhar os dirigentes associativos comunistas, bem como para «criar espaços abertos à participação de dirigentes associativos não militantes da JCP».

Junto dos jovens trabalhadores, é objectivo da organização desenvolver esforços para a «constituição de associações de trabalhadores-estudantes» e reforçar as «estruturas unitárias representativas dos jovens trabalhadores e trabalhadores-estudantes, respectivamente Interjovem e FNATE'S».

Os principais temas da luta reivindicativa prendem-se com o desemprego juvenil, a precarização do emprego, o desrespeito dos direitos e a discriminação a que os jovens estão sujeitos. Por outro lado, são igualmente motivos de preocupação, o não cumprimento do estatuto do trabalhador-estudante, o encerramento de diversas instalações de apoio escolar à noite, bem como a redução progressiva do número de escolas com horários nocturnos.

Afirmação política

Analisando o movimento associativo juvenil, a DN da JCP aponta como linha de acção procurar «uma postura de maior independência das associações juvenis face ao Instituto Português da Juventude». Neste sentido, apela à «maior intervenção dos jovens comunistas nas associações juvenis e noutras estruturas

locais ou regionais existentes», chamando à atenção para o facto de que «ao nível do Conselho Nacional da Juventude se dão os primeiros passos para a sua regionalização» e que está em fase de preparação o 6º Encontro Nacional de Juventude, a realizar previsivelmente em 1995.

A DN considera importante a participação dos comunistas no CNJ - na sua direcção, comissões permanentes da

e reflexão dos jovens não comunistas».

A afirmação da organização conta também com uma campanha assente em «iniciativas próprias no plano local e sectorial», em que assumem destaque as comemorações do 15º aniversário da JCP, os encontros distritais, a 7ª Conferência Nacional do Ensino Superior e a campanha pelo emprego, entre outras.

No plano internacional, a

Aderir à JCP

«Necessitamos de uma JCP mais forte, mais capaz de responder aos desafios que lhe são colocados, uma JCP capaz de se renovar e fortalecer aos vários níveis, com mais militantes, com mais colectivos, com mais intervenção». Este é o apelo lançado pela Direcção Nacional dos jovens comunistas que decidiu promover uma campanha de adesão à JCP, considerando que a organização «só será mais forte se continuar a recrutar, a renovar-se, a engrossar com mais jovens as suas fileiras».

A adesão que é vista como «uma preocupação diária e assumida como acção política» deverá, no entanto, ter presente as preocupações de enquadramento dos novos militantes, «envolvendo-os na actividade e criando espaços para a sua participação, de acordo com as suas motivações, gostos e disponibilidades».

Deste modo, «a criação de novos colectivos e a dinamização e renovação dos que já existem é condição fundamental para o alargamento reforço e afirmação da JCP».

Ainda no plano do reforço orgânico, a DN aprovou como linhas de orientação a promoção de iniciativas no plano local e sectorial, o envolvimento e responsabilização de novos quadros no trabalho de direcção, o reforço dos colectivos de direcção e do trabalho colectivo, dando particular importância à realização de Encontros Distritais.

A par deste trabalho, a DN da JCP salientou a necessidade de aumentar e alargar o número de acções de formação e de debate político no interior da organização com o objectivo de «dotar os militantes de condições para participarem na intensa batalha políticoideológica»

Assembleia Geral e nas diferentes actividades - bem como na preparação e acompanhamento do Encontro Nacional de Juventude.

A acção política passará ainda nos próximos meses pela divulgação das análises e propostas da JCP e pela «transformação da Base Programática saída do 4º Congresso em material de iniciativa política, abrindo espaço à participação

Direcção Nacional aposta no reforço da sua intervenção nas estruturas em que participa - a FMJD e a CJD - contribuindo para a reflexão política comum das organizações de juventude dos partidos, comunistas e progressistas, com que se relaciona. Ainda neste âmbito, o destaque vai para a realização, em Portugal, no início de 1995, da Assembleia Geral da FMJD, que será organizada pela JCP.

PCP

Vidreiros somam vitória

Numa nota da Comissão Concelhia da Marinha Grande, o PCP saúda os trabalhadores vidreiros que «viram finalmente assinado o projecto de reestruturação do sector, pelo qual lutaram, ao longo de vários anos firme e denodadamente».

Os comunistas afirmam que os protocolos agora assinados «não constituem uma dádiva do Governo, bem pelo contrário, são o resultado da luta dos trabalhadores», salientando o exemplo de resistência demonstrado pelos operários das empresas IVIMA e da MP Roldão.

Contudo, o PCP lamenta que o sindicato vidreiro tenha sido afastado da cerimónia de assinatura dos protocolos, o que «demonstra que o diálogo e a convivência democrática que o actual Governo frequentemente apregoa não passam de retórica».

Pedreira ameaça paisagem

Por despacho da Delegação Regional da Indústria e Energia do Norte, o Governo concedeu recentemente licença de estabelecimento à Pedreira da Franqueira para continuar a exploração. Este facto não seria anormal se tanto no anterior mandato como no actual, a Assembleia Municipal de Barcelos não tivesse aprovado por maioria absoluta uma proposta de criação da paisagem protegida do Monte da Franqueira que obviamente previa a suspensão da exploração pedreira.

Para, Comissão Concelhia de Barcelos do PCP a concessão da licença é «uma decisão administrativa e desrespeitadora da delibera-

ção da Assembleia Municipal e constitui uma ameaça ao valor paisagístico, histórico e religioso do Monte da Franqueira». Os comunistas de Barcelos enviaram já um requerimento ao Grupo Parlamentar do PCP questionando o Ministro sobre o problema.

Não há água no Caniço

No Caniço, a água falta e chega a atingir unidades hoteleiras, denuncia em comunicado a estrutura do PCP nesta freguesia madeirense.

«Gastaram-se milhares de contos e o problema não está resolvido», afirmam os comunistas que apontam como causas a insuficiência da galeria do Porto Novo e a envelhecida da rede de abastecimento que não pode responder aos novos loteamentos e ramais que constantemente são legalizados.

Para muitos, a única solução é utilizar a água de rega no consumo doméstico, embora também a falta deste líquido para a agricultura esteja a causar problemas a muitas pessoas da freguesia que garantem parte considerável dos produtos hortícolas que entram no mercado abastecedor do Funchal.

A inexistência de infra-estruturas básicas afecta em particular o Caniço de baixo, onde há esgotos a correrem para o mar a céu aberto. Os problemas estendem-se ainda a outras localidades como os Reis Magos, Mãe de Deus, Figueirinhas, entre outras.

O PCP imputa responsabilidades à Câmara Municipal e ao Governo Regional e apela às populações para reclamarem a resolução dos seus problemas básicos.

Carlos Carvalho responde ao Primeiro-Ministro

Desertificação do interior espelha o fracasso do Governo

Na passada terça-feira, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalho, fez uma declaração à imprensa em que comenta as afirmações do primeiro-ministro durante o passado fim-de-semana.

Nestes últimos dias, o sr. Primeiro-Ministro, continuando a fugir ao debate, proferiu em monólogo várias declarações públicas, algumas das quais interpelando o PCP, o que nos suscita três breves comentários.

A desertificação do interior do País e as manobras do Primeiro-Ministro

Em Manteigas, o sr. Primeiro-Ministro foi obrigado a reconhecer que a desertificação, o envelhecimento e ausência de desenvolvimento não se verificam apenas no Alentejo, mas praticamente em todo o interior do País.

Neste último decénio, apesar dos vários planos de desenvolvimento regional (PDR), acentuaram-se as assimetrias regionais e aumentaram os «distritos esquecidos». E esta realidade, que não é disfarçada com a política das auto-estradas, é a consequência de uma política que não tem defendido a produção nacional, que tem arruinado a agricultura e levado à desindustrialização de vastas regiões do País, de uma política voltada para a concentração da riqueza, para o clientelismo e os ciclos eleitorais, e para a promoção de actividades especulativas e parasitárias.

Mesmo em anos de maior crescimento económico, este foi sempre fortemente desequilibrado em termos regionais e sociais. Agora, em plena crise, com o terceiro ano a afastarmo-nos da média comunitária (do pelotão da frente, como dizia o Primeiro-Ministro), a situação é ainda pior.

Por isso, acentuam-se os desequilíbrios regionais e as graves situações de carência, e as bolsas de pobreza alastram nos grandes centros e nas zonas industriais em declínio, e são particularmente preocupantes em diversas zonas do Alentejo devido às estruturas fundiárias e ao peso que a agricultura tem na região. E isto apesar da acção meritória do Poder Local democrático no desenvolvimento local e na resolução de muitos problemas das populações.

Contrariamente ao que o sr. Primeiro-Ministro afirmou em Manteigas, a Reforma Agrária da revolução de Abril trouxe pão, emprego e desenvolvimento ao Alentejo. A causa da actual situação deve-se não à Reforma Agrária, mas à sua destruição, à política das coutadas a que o sr. Primeiro-Ministro chama pomposamente iniciativa privada, às terras ao abandono, à reconstrução do latifúndio, aos sucessivos adiamentos do projecto do Alqueva e da irrigação do Alentejo, à aplicação da Política Agrícola Comum e à venda dos períodos de transição da agricultura, ao prosseguimento das políticas de Maastricht e de um crescimento desequilibrado.

CAMARADAS FALECIDOS

Leónia Rodrigues

Faleceu, no passado dia 16 do corrente mês, Leónia Augusta Pedro Rodrigues, militante do PCP desde 1957.

Em Torres Vedras, participou activamente na campanha eleitoral de Arlindo Vicente e Humberto Delgado, destacando-se na recolha de donativos para auxílio a familiares dos presos políticos.

Depois do 25 de Abril, desempenhou várias tarefas do Partido na Freguesia de São João de Brito e Venda Nova (Amadora).

Era esposa do camarada Alberto Pedro Capão, director técnico da Heska Portuguesa e membro da Comissão Concelhia do PCP da Amadora.

A célula do PCP da Heska Portuguesa expressou sentidas condolências ao camarada Pedro Capão. Também a Redacção do «Avante!» manifesta a sua solidariedade a este camarada que, ao longo de muitos anos, tem participado directamente e, muitas vezes, com sacrifício da própria vida familiar, na feitura do nosso jornal e no desempenho de outras tarefas partidárias.

Francisco Seita

Faleceu, recentemente, José Seita que militava na organização do Partido em Belas.

Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condolências.

Estas é que são as causas da desertificação e do envelhecimento do interior do País.

A solução dos problemas do Alentejo não passa pelas esmolas, mas por uma política que crie empregos e empresas estáveis, por uma nova política que respeite a vontade do povo alentejano expressa nas urnas em sucessivas eleições, assente na alteração das estruturas agrárias, na irrigação, na agro-indústria e no desenvolvimento integrado da região.

A solidariedade não é para nós uma palavra vã, mas do que o Alentejo precisa, sobretudo, é de empregos e de desenvolvimento. No Alentejo há imensas terras por cultivar e há trabalhadores que querem trabalhar.

Por mais que o sr. Primeiro-Ministro queira atirar responsabilidades para cima das autarquias e de um «determinado partido», a situação do Alentejo é um flagrante testemunho do fracasso do Governo nos domínios agrícolas e de desenvolvimento do interior.

E podem o sr. Primeiro-Ministro e o PSD ficar cientes que os alentejanos não perderam a sua capacidade de indignação, de intervenção, resistência e luta, e que mantêm no seu coração as conquistas e os valores da revolução de Abril.

Os problemas do Alentejo e do interior do País são sérios de mais para serem objecto de manobras politiqueras e de promessas e mais promessas, ou da propaganda dos fundos comunitários e dos PDR.

O financiamento encapotado do PSD com os fundos estruturais

Face à grave situação do País, o Governo desdobra-se em promessas e em propaganda, e anuncia os mesmos milhões dos fundos estruturais por várias vezes, quer quando são aprovados em Bruxelas, quer quando são aprovados pelo Governo, quer quando um qualquer ministro se desloca a uma qualquer região. É um fartote de demagogia. Mas se são assim tantos milhões, para onde é que eles terão ido? Onde terão sido aplicados? Quem é que deles tem beneficiado e com que transparência?

Carvalho debate agricultura em Palmela

«O Primeiro-Ministro que vá competir!» — recomendou Carlos Carvalho, Secretário-Geral do PCP ao intervir num almoço-convívio de agricultores no concelho de Palmela, no passado domingo.

Carvalho aludia à «lei da selva onde o tigre come a gazela» e à disparidade de meios que os agricultores estrangeiros detêm em comparação com os agricultores portugueses, que vêem o nosso mercado inundado de produtos oriundos de países da CEE, sem capacidade de resposta.

A iniciativa da Comissão Concelhia de Palmela do PCP decorreu nas instalações do Futebol Clube do Forninho, na Freguesia do Poceirão, e reuniu cerca de 100 agricultores de Palmela, Montijo, Alcochete e Vendas Novas.

Antes de Carlos Carvalho, falaram Edgar Pereira, engenheiro agrónomo, José Silvério, agricultor e Presidente da Junta de Freguesia de Poceirão (assim como membro da direcção da



O combate ao abuso do poder, à corrupção e ao clientelismo exigem, cada vez mais, uma enérgica intervenção pela moralização da vida pública.

As «interferências e radicalismos» nas negociações do Conselho de Concertação Social

No momento em que a CIP apresenta uma proposta fundamentalista no Conselho de Concertação Social, visando enfraquecer e destruir direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, e com o ministro das Finanças mais parecendo um porta-voz da CIP vindo a público identificar-se com tais propostas, o Primeiro-Ministro ensaiou uma manobra de diversão tentando antecipadamente culpar quem denuncia e luta contra os objectivos anti-sociais do Governo.

O Primeiro-Ministro e o Governo do PSD, aliados à CIP e ao grande capital, atiraram a pedra e querem esconder a mão.

Os problemas não se resolvem facilitando ainda mais os despedimentos, reduzindo os salários e a protecção social.

O que é urgente é parar com a destruição do aparelho produtivo, com os despedimentos, dignificar o salário mínimo nacional e as pensões e reformas, avançar corajosamente para profundas reformas na saúde, no ensino e na habitação, e praticar uma política de defesa da produção nacional, com dimensão social, que conte com a confiança e o empenhamento dos trabalhadores, numa perspectiva de desenvolvimento e de progresso.

da Marateca, Carmelindo Elias, Presidente da Junta de Freguesia do Sado, e os camaradas deputados Odete Santos e Lino de Carvalho.

Carlos Carvalho focou os vários problemas da agricultura do nosso país, sem deixar de focar em especial a problemática da nova «lei da água» com a qual o Governo procura penalizar aqueles que tiram o seu sustento do trabalho da terra. Para o PCP, tal como para as mais diversas organizações da agri-

cultura do nosso país, a racionalização da utilização da água — um bem necessariamente comum — tem que passar antes de tudo por um amplo debate nacional, e não pela imposição de uma lei injusta que o governo mantém sobre os agricultores e seus familiares. Neste sentido se pronunciou Lino de Carvalho, respondendo a perguntas levantadas por um agricultor.

Outro assunto a merecer atenção foi a da fome no Alentejo. «Há fome no Alentejo — sustentou o Secretário-Geral do PCP — porque, após a liquidação na Reforma Agrária, as estruturas fundiárias mantiveram-se as mesmas do antes do 25 de Abril. Mas o problema da desertificação e do envelhecimento não são afinal apanágio apenas do Alentejo, como se viu ontem em Manteigas, quando o Primeiro-Ministro pretendeu tirar da cartola um plano da pólvora até ao ano 2000, para minorar os males daquela zona do país!»





FERROVIÁRIOS EM GREVE

Durante segunda-feira os trabalhadores das empresas do grupo CP estiveram em greve, respondendo ao apelo dos sindicatos da Federação dos Ferroviários. A paralisação - convocada para reivindicar um caminho-de-ferro mais moderno e mais seguro, a melhoria dos salários reais, o horário máximo de 40 horas semanais e melhores condições de higiene e segurança no trabalho - abrangeu metade do período de trabalho de cada trabalhador, provocando atrasos de circulação, especialmente na zona Sul, bem como o encerramento de alguns serviços e a supressão de muitos comboios de mercadorias.

DESCONTADA MEIA HORA POR 5 MINUTOS NO WC

Uma fábrica de calçado de Arouca desconta o equivalente a meia hora de salário aos trabalhadores que passem cinco minutos na casa de banho, acusou sexta-feira o Sindicato dos Operários da Indústria do Calçado dos Distritos de Aveiro e Coimbra. Num comunicado citado pela Lusa, que não refere o nome da firma, o sindicato indica que a empresa controla o tempo gasto pelos funcionários na satisfação das necessidades fisiológicas através de um relógio de ponto. Aqueles que, ao fim do mês, totalizem 30 minutos nas idas às casas de banho receberão um vencimento reduzido na parte correspondente a uma hora. O sindicato publica uma lista com os nomes de 11 associados que, em face da situação, já terão apresentado queixa à Inspeção de Trabalho. Na mesma empresa, que emprega 77 pessoas, têm sido despedidos vários trabalhadores que não podem trabalhar para além do horário de trabalho.

«FORNOS ELÉCTRICOS» DIZ QUE VAI PAGAR

A administração da ex-SPFE, de Canas de Senhorim, Viseu, acedeu na passada quinta-feira a encontrar «uma solução definitiva» para o problema dos salários em atraso, revelou a Lusa citando fonte sindical.

Após várias vigílias realizadas pelas 80 pessoas que se encontram com salários em atraso desde 1987, os trabalhadores encaravam o dia de ontem como a última oportunidade para que os actuais accionistas maioritários da Sociedade Portuguesa de Fornos Eléctricos (EDP, BPA e BTA) assumam as suas responsabilidades. «Estamos esperançados que, na reunião do dia 20, a administração avance com propostas honestas, caso contrário terá de haver uma intervenção do Governo, porque vamos avançar com medidas radicais, como o corte de estradas e do caminho-de-ferro», garantiram trabalhadores à agência de informação. Os trabalhadores fundamentam as suas esperanças em ordens dadas dia 13 pela administração para que os sucateiros a trabalhar nos escombros da antiga fábrica de fornos parassem imediatamente. Além disso, nunca a administração da empresa, que depois da paragem da fábrica se transformou em Sociedade Portuguesa de Electromecânica, tinha encarado «tão amigavelmente a hipótese de se fazer uma reunião definitiva».

No tempo em que a SPFE funcionava em pleno, o que aconteceu até 1987, empregava mais de 600 trabalhadores.

ESTATUTO DOS ENFERMEIROS

A posição do Ministério da Saúde quanto ao projecto de decreto-lei sobre o Regulamento do Exercício dos Profissionais de Enfermagem, apresentado há meses pelos sindicatos dos Enfermeiros Portugueses e da RA da Madeira, foi dada a conhecer na semana passada. Uma nota das direcções do SEP e do SERAM refere que «quer na generalidade, quer na especialidade», o Ministério «demonstrou receptividade» à proposta sindical, «nomeadamente no que respeita aos conceitos de enfermagem, enfermeiro, cuidados de enfermagem, definição de intervenções específicas dos enfermeiros (autónomas e independentes), direitos e deveres. Os sindicatos vão pronunciar-se sobre a posição do Governo até ao final de Julho. Para 10 de Agosto está marcada nova reunião com o Ministério.

Reformados da Quimigal contra retirada de direitos

Depois de um plenário com 700 pessoas, teve lugar sexta-feira um desfile para entrega uma moção no Centro de Emprego

Cerca de 700 reformados e pensionistas participaram num plenário que teve lugar dia 15, na Casa da Cultura dos Trabalhadores da Quimigal, para analisar, entre outros problemas, os perigos que ameaçam direitos «adquiridos e reconhecidos antes do 25 de Abril», como se sublinha numa moção ali aprovada e depois entregue no Centro de Emprego do Barreiro.

Os reformados da Quimigal manifestam o seu repúdio por a administração da empresa não ter actualizado os complementos de reforma, «contra a prática de longos anos» e «lesando as já difíceis condições de vida» de quem tem nas pensões o seu principal meio de subsistência.

Na moção reafirmam a «firme disposição» de lutar para que o Estado assuma o pagamento dos complementos de reforma e pensões, bem como a participação nos medicamentos, «caso se venha a concretizar a privatização da empresa, anunciada pelo Governo de Cavaco Silva». Condenam ainda o envio de cartas, por parte da administração, pressionando a retirada de direitos dos reformados e pensionistas «adquiridos e reconhecidos antes do 25 de Abril».

No plenário foi decidido mandar a Comissão de Reformados da Quimigal para «desenvolver as acções e as formas de luta que venham a ser consideradas justas e necessárias, como forma de melhor defender os direitos dos reformados e pensionistas».

Portucel

Depois do desmembramento da Portucel e criação de novas empresas, o objectivo da privatização leva agora à venda «ao desbarato» da secção de sacos - Portucel Industrial, empresa com meia dúzia de meses de vida. A denúncia foi feita pelo sindicato da Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa do Centro, num comunicado de imprensa em que alerta para a situação que se vive em Cacia.

Depois de descrever a forma como foi decidido pela administração da Portucel-Cacia avançar com o desmantelamento da secção de sacos e a constituição de uma nova empresa, denominada Sacocel, o sindicato denuncia as pressões feitas sobre os trabalhadores: «A administração cumpre com

rigor as ordens do Governo. Tudo serve para despedir e mais um punhado de trabalhadores é atirado para o desemprego ou sujeitam-se a que as suas condições de vida e de trabalho piorem, porque a Portucel Industrial, com 50 por cento do capital na nova empresa, recusa-se a aplicar aos trabalhadores transferidos acordos que possam vir a ser negociados na AE da Portucel Industrial».

Ou seja, «os trabalhadores transferidos serão arrumadinhos numa prateleira, com uma grelha salarial que lhes permite estarem anos e anos sem que os seus salários e outras matérias de expressão pecuniária sejam revistos».

A secção de sacos facturou 152 mil contos de Janeiro a Maio deste ano, refere o sindicato, que adianta ainda outros números demonstrativos de que ali não se verifica qualquer crise que justifique esta nova medida. Acusando o Governo de tudo fazer para entregar o sector empresarial do Estado a grupos económicos privados, o sindicato alerta para a possibilidade de o caso da Sacocel ser um balão de ensaio que, a ter êxito, se repetirá noutras secções.

Grave situação no sector

Despedimentos, falências, empresas em dificuldades, salários em atraso e bloqueamento de vários processos de contratação colectiva caracterizam a actual situação na indústria química e farmacêutica, verificou o Conselho Nacional da Fequifa. A federação sindical do sector, reunido recentemente, em Lisboa, chamou a atenção para o facto de terem sido destruídos mais de 13 por cento dos postos de trabalho nos últimos cinco anos. Entretanto, «as falências, os encerramentos, os despedimentos e, enfim, a destruição do aparelho produtivo continuam», afirma-se numa nota de imprensa em que são citados os casos mais recentes da Valverde, da Johnson & Johnson, da Extra e da Quimigal Adubos.

A Sociedade Nacional de Sabões é o exemplo mais fresco das cerca de 30 empresas que se declaram em dificuldades e cujo futuro é incerto, ameaçando de desemprego perto de 5 mil trabalhadores. Em 12 destas empresas, refere a federação, há cerca de 2 mil pessoas com salários em atraso.

24 horas de vigília contra a cisão da EDP

Do princípio da tarde de quinta-feira, até ao fim da manhã de sexta, dirigentes e activistas sindicais da FSTIEP mantiveram-se em vigília no Largo de Camões, junto ao Ministério da Indústria, alertando a opinião pública para as graves consequências de uma eventual cisão e privatização da EDP, e exigindo respostas do Governo e da administração às questões que mais preocupam os trabalhadores da maior empresa nacional.

No local funcionou um estúdio móvel, onde entrevistaram trabalhadores da EDP e membros de estruturas sindicais e de CTs de empresas que passaram por processos semelhantes de desmembramento e privatização. Esteve patente uma exposição sobre a realidade da EDP e as lutas mais recentes dos trabalhadores. Quinta-feira à tarde foi dada uma conferência de imprensa.

De noite, curiosamente, o largo ficou às escuras, iluminado apenas por tochas de petróleo.

Num folheto que distribuíram à população, os sindicalistas alertam para o facto de a



O desmembramento da EDP prejudica os trabalhadores, os consumidores e o País, acusa a FSTIEP

actual política ser responsável pela degradação da qualidade do serviço e vir provocar ainda maiores aumentos das tarifas. Nesse documento, a FSTIEP acusa ainda o Governo e a administração da EDP de esgrimir «argumentos falsos para justificar uma política errada», nomeadamente em três pontos:

1 — «Dizem que o desmembramento se destina a «aproximar a administração do

cliente». Mas encerraram 139 agências e postos de atendimento, afastando, nalguns casos dezenas de quilómetros, cerca de 800 mil consumidores do local onde habitualmente contactavam com a EDP».

2 — «Dizem que querem «acabar com o gigantismo da empresa». Mas a verdade é que no nosso país uma empresa única de produção, transporte e distribuição de energia eléctrica

favorece um investimento nacional que não vise meramente o lucro e que satisfaça os legítimos interesses das populações.»

3 — «Dizem que é necessário «acabar com o monopólio da EDP».

Mas é uma evidência que não se poderá nunca mudar de fornecedor de energia eléctrica, como se muda de fornecedor de botijas de gás».

Sindicatos de Braga denunciam ataque à Segurança Social

Patrões não pagam o que devem e ainda recebem milhares por *baixa*

A denúncia foi feita na semana passada pela União dos Sindicatos de Braga, que considera «profundamente escandaloso que a CIP e o Governo do PSD tenham o descaramento de vir a Braga reafirmar a sua vontade de flexibilizarem e precarizarem ainda mais os horários de trabalho e a legislação laboral e ameaçar destruir a Segurança Social».

Para a estrutura distrital da CGTP, «o maior cego é o que

não quer ver, e os patrões e o Governo sabem bem que a culpa da actual situação da Segurança Social é exclusivamente deles». Numa informação divulgada à comunicação social na sexta-feira, a USB recorda que no distrito de Braga os patrões **devem cerca de 40 milhões de contos** à Segurança Social. «Há vários patrões que não enviam para a Segurança Social todos os dias de trabalho dos trabalhadores e, por vezes, até usam como

bode expiatório os seus contabilistas», denuncia a União.

Contudo, há «dezenas de patrões» que, além de não pagarem o que devem, ainda estão a receber indevidamente da Segurança Social subsídios que chegam a **mais de 10 contos por dia** e que acarretam um encar-

qu岸 forma, não fazem os descontos que deviam e conseguem assim elevar o valor do subsídio a que terão direito. Depois, entram de *baixa* médica oficial, a Segurança Social paga-lhes os subsídios, e eles continuam a administrar as empresas.

«Neste processo há patrões de

guação despoletados por irregularidades nas *baixas*.

Surpreendidos em flagrante, alguns patrões «até tentaram fugir aos fiscais no interior da empresa», acrescenta a USB, citando o caso do patrão da **Fábrica Têxtil da Calçada**, do concelho de Guimarães, que é

«empresário responsável» e não podia «abandonar os operários e ficar em casa». O fiscal do CRSS, segundo o «DN», aconselhou-o a pedir *alta* «para evitar complicações».

Por «estes factos e tantos outros, que envolvem milhares de trabalhadores clandestinos e trabalho infantil», é evidente que «os patrões e o Governo são os primeiros a violar a lei» e «deviam ter vergonha de virem a público, antes de se olharem ao espelho», tal como «deviam ter vergonha de serem os responsáveis por inúmeras violações de direitos» e pela existência de «milhares de trabalhadores com salários em atraso, desempregados, falências fraudulentas, roubo de equipamentos» e «por situações de miséria e fome verificadas no distrito e no País» - comenta a União dos Sindicatos de Braga.

Concertação viciada arranca hoje

Só hoje deverão ser formalmente apresentadas as propostas que vão servir de base para o trombeteado acordo «a médio prazo» em que o Governo pretende envolver os parceiros sociais.

As reuniões até agora realizadas foram apenas encontros para declarar intenções. Pelo que veio a público, nem as intenções dos mais esforçados promotores da ideia do acordo até 1999 são boas, nem a forma como as pretendem pôr em prática é limpa.

Têm razões de sobra os sindicalistas para, desde as primeiras declarações de Cavaco Silva sobre o assunto, reagirem com desconfiança e preocupação.

Por um lado, o Governo do PSD ainda não cumpriu os compromissos que assumiu em 1991, no acordo que então assinou com a UGT e os patrões da CIP e CCP. Além disso, como a CGTP-IN sublinhou logo nos seus primeiros comentários, não pode o Governo vir falar de médio prazo, quando deixa sem resposta os graves problemas que hoje afectam o aparelho produtivo e os trabalhadores.

As condições colocadas pelas associações patronais para a assinatura do acordo assentam na velha *cassete* que tocam sempre que há oportunidade: é preciso facilitar os despedimentos e reduzir os salários e os direitos, a bem da competitividade e da modernização. É neste sentido que vão as declarações públicas dos «patrões dos patrões» e a única proposta concreta até agora apresentada, a da CIP, que pretende alargar na legislação laboral as possibilidades de despedimento e limitar ainda mais a intervenção sindical.

A CGTP - que ontem e anteontem reuniu em Lisboa o Conselho Nacional e o Plenário Nacional de Sindicatos para, entre outros pontos, aprovar as propostas que vai defender na Concertação Social - tem denunciado insistentemente o «conluio» entre o Governo e o patronato que vem marcando todo este processo.

O conhecimento concreto das propostas, hoje, mostrará o que cada parte realmente quer conseguir nestas negociações. Para dia 26, terça-feira, está marcada uma nova reunião, que deverá definir a metodologia de trabalho para as negociações do acordo socioeconómico até 1999.

Entretanto, não vão parar as movimentações dos trabalhadores em defesa dos postos de trabalho e contra o aumento do desemprego, em defesa de aumentos salariais justos e contra a redução dos salários, pelo respeito e pela manutenção dos direitos individuais e colectivos. A experiência já mostrou vezes sem conta que é à acção dos trabalhadores, em unidade, que cabe o papel determinante.

■ DM

Até o sogro de um ministro, oficialmente doente e a receber subsídio, tentou fugir aos fiscais no interior da empresa onde continuava a fazer, normalmente, o seu papel de patrão

go mensal de mais de 50 mil contos.

A União explica como funciona este esquema de delapidação da Segurança Social. Primeiro, os empresários fazem elevar as suas remunerações oficiais, tal como as dos administradores e familiares; de qual-

pequenas, médias e grandes empresas», refere a União dos Sindicatos de Braga, cuja denúncia levou a fiscalização do Centro Regional de Segurança Social a actuar. O director do CRSS terá mesmo dito a uma rádio local que estão a correr mais de 200 processos de averi-

sogro do ministro-adjunto Marques Mendes. António Martins Salazar confirmou («DN» de 19 de Julho) o incidente, admitindo que «nessa altura fiquei atrapalhado, meti-me no carro e fui para casa»; assumindo-se como «um homem doente», o patrão da Calçada disse que é também

Uma semana à porta do Ministério por melhores salários na RST

Uma delegação de dirigentes sindicais está desde segunda-feira à porta do Ministério das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, tentando encontrar «alguém que queira dialogar» sobre os problemas da Rodoviária Sul do Tejo.

«O Conselho de Administração encerrou unilateralmente as negociações e, como a empresa é constituída inteiramente por capitais públicos, queremos saber quem manda e com quem podemos dialogar», disse à agência Lusa um dirigente da Federação dos Sindicatos dos Transportes Rodoviários Urbanos.

Os trabalhadores rejeitam os aumentos salariais de 2,5 por cento, a manutenção do mesmo horário de trabalho (que contraria a redução antes acordada), a retirada de direitos e a limitação da actividade sindical.

A delegação vai manter-se à porta do Ministério até amanhã, durante as horas de expediente, «para facilitar o recebimento da resposta» às questões levantadas pelos trabalhadores e que foram concretizadas em duas perguntas, incluídas numa carta que a Festru entregou sexta-feira ao ministro:

1 - «É ou não verdade que os trabalhadores da RST, assim como os seus familiares, estão a ser prejudicados por acção directa das orientações provenientes desse Ministério?»

2 - «A ser verdade, tais orientações baseiam-se num conhecimento real da situação da

empresa ou apenas assentam numa posição exclusivamente de carácter político?»

Se Ferreira do Amaral não responder, a delegação sindical tem já programada uma acção semelhante junto à residência oficial do primeiro-ministro, na próxima semana.

Em conferência de imprensa dada dia 13 no Sindicato dos Rodoviários do Sul, foi ainda anunciado que os representan-

tes dos trabalhadores da RST vão promover uma jornada de esclarecimento da opinião pública no início de Agosto, vão solicitar reuniões com os presidentes das câmaras dos concelhos servidos pela empresa, e também com as administrações da RST e da holding RNIP.

Em data a marcar oportunamente, vai ser convocada uma paralisação e um plenário geral

no mês de Agosto, para analisar os resultados das iniciativas desenvolvidas e o prosseguimento das *demarches*.

As posições irredutíveis do conselho de administração, que nem uma só vez reformulou a proposta de aumentos salariais de 2,5 por cento, levaram já à realização de três greves, a última das quais nos dias 4 e 5 de Julho, com muito elevada adesão.

Sobre as propostas de combate ao desemprego em Évora

As medidas de combate ao desemprego apresentadas pelo governador civil de Évora no início da semana passada, embora «insuficientes», são «resultado da luta que os desempregados da região, com o apoio das autarquias e dos sindicatos, têm encetado nos últimos tempos», afirma a direcção da União dos Sindicatos do Distrito de Évora.

Numa nota que divulgou dia 13, a USDE protesta por o representante do Governo no distrito não ter convocado nenhum representante do movimento sindical para a reunião em que divulgou as suas «propostas de combate ao desemprego» a autarcas e responsáveis do Instituto do Emprego e Formação Profissional e do Centro Regional de Segurança Social.

A União salienta, das propostas avançadas, as candidaturas à formação profissional, o apoio a famílias em situação

de indigência e o alargamento de programas ocupacionais (POCs) com carácter extraordinário até Outubro. E alerta:

- a **formação profissional**, com candidaturas apresentadas neste momento, só terá efeitos práticos em finais de Setembro/Outubro, - o **apoio a famílias** em situação de indigência pressupõe uma intervenção activa da Assistência Social da Segurança Social, nomeadamente da Assistência à Família,

- e o **alargamento dos POCs** pressupõe que o IEFP forneça às autarquias a lista de desempregados por concelho.

Depois de lembrar que o Governo continua sem dar resposta às reivindicações do movimento sindical, expressas no início de Julho pelo Secretariado Inter-Regional do Alentejo da CGTP, a USDE alerta **todos os desempregados sem subsídio de desemprego** para que de imediato se inscrevam nas autarquias locais do concelho onde residam.

USL REUNIU COM CARDOSO E CUNHA

Florival Lança, coordenador da União dos Sindicatos de Lisboa, chefiou a delegação da USL que, integrando representantes dos sindicatos representativos dos sectores mais afectados pela exposição mundial e também da coordenadora das CTs da Cintura Industrial de Lisboa (CIL), reuniu segunda-feira com o comissário da Expo'98. Os dirigentes sindicais entregaram a Cardoso e Cunha a carta reivindicativa «Pelo Emprego, pelos Direitos e pelo Desenvolvimento», aprovada a 22 de Junho na conferência «Os trabalhadores e a Expo'98».

Neste documento, como oportunamente noticiámos, a USL e as comissões de trabalhadores da Grande Lisboa colocam um conjunto de exigências referentes à higiene e segurança no trabalho, à defesa do emprego com direitos e à participação das organizações representativas dos trabalhadores em todo o processo de desmantelamento das instalações industriais e da construção e manutenção do parque da exposição e seus envolventes.

No fim da reunião de dia 18, refere a Lusa, os representantes da USL revelavam-se satisfeitos com a «abertura» demonstrada pelo comissário, que manifestou a intenção de integrar nas obras da Expo grande parte dos trabalhadores que fiquem desempregados.

Os representantes dos trabalhadores admitiram que a exposição, em si mesma, não é culpada pela situação de desemprego. Denunciaram, no entanto, o facto de muitos empresários aproveitarem a ocasião (e a valorização dos terrenos) para abandonarem as actividades produtivas e optarem pela especulação imobiliária.

«SABÕES» NÃO PAGA HÁ 3 MESES

Os salários em atraso foram o motivo de protesto que levou os trabalhadores da Sociedade Nacional de Sabões a cortarem dia 14 o trânsito na estrada junto à empresa, em Marvila. Naquela data teve lugar uma greve de 24 horas. Carlos Costa, da comissão de trabalhadores, explicou à Lusa que os 270 funcionários da empresa não recebem os salários há três meses, e os reformados, cerca de 250, têm em atraso os complementos de reforma desde Novembro. A actual situação da empresa, cuja produção funciona de forma irregular, surgiu «assim que se soube que a Expo'98 seria nesta zona», relatou aquele membro da CT. Entre os trabalhadores é voz corrente que os patrões querem fechar a SNS para vender os terrenos.

ELEIÇÕES NA BEIERSDORF

Já tomaram posse e estão a desenvolver actividade os novos membros da comissão de trabalhadores da Beiersdorf Portuguesa, eleitos recentemente num acto eleitoral que foi o mais concorrido de sempre nesta multinacional alemã e ao qual apenas se apresentou uma lista unitária. Ao mesmo tempo que elegeram uma CT que, pela primeira vez, é constituída por uma maioria de mulheres, os trabalhadores da BDF votaram também favoravelmente a adesão à comissão coordenadora das CTs da região de Lisboa (CIL). Para amanhã está convocado nas instalações da empresa, em Queluz, um plenário de trabalhadores com o objectivo de discutir as propostas apresentadas na Concertação Social para o chamado acordo social a médio prazo.

SANTARÉM PERDEU 4 MIL POSTOS DE TRABALHO

Em seis dezenas de empresas do distrito de Santarém foram liquidados nos últimos meses mais de 4 mil postos de trabalho, refere um estudo a que o «Avante!» teve acesso e onde se destacam, pelo número de trabalhadores despedidos, empresas como a Fiação de Tomar, a Porto Cavaleiros e várias firmas do grupo Mendes Godinho, a Unital, a Renova e a Costa Nery (Torres Novas), a H. Serrano (Rio Maior), a A. de Matos (Benavente), a Fmat, a Futra e a Tramagauto (Abrantes), a Lusofane, a Cruz do Campo e a F. Júlio Fonseca (Cartaxo), a Intexta (Salvaterre), a Scalábis (Santarém), a Maclaro (Almeirim). Um peso muito importante cabe, no entanto, às empresas de implantação distrital e regional que resultaram do desmantelamento da CP e da privatização da Rodoviária Nacional, onde foram destruídos mais de 600 postos de trabalho. O levantamento, que não abrange a administração pública, indica o encerramento de quase três dezenas de empresas no distrito.

BOMBEIROS DE LISBOA

A necessidade de recrutar mais bombeiros para o Regimento de Sapadores foi uma das questões abordadas na semana passada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Câmara Municipal de Lisboa. Numa conferência de imprensa dada pelo seu departamento de bombeiros, o STML exigiu ainda respostas do Governo e da administração da CML, a problemas como a segurança no Aeroporto da Portela, prevenção de sinistros envolvendo matérias perigosas, fardamentos e equipamentos de protecção individual, horários de trabalho e subsídios de turno, sistema retributivo, estado das viaturas e do Museu do Regimento de Sapadores Bombeiros.

Futuro da Torralta adiado para Setembro

O Estado, principal credor, estará já a negociar a passagem a um grupo estrangeiro das acções que adquira com a transformação dos créditos em capital social

O Tribunal de Grândola acabou por adiar para 16 de Setembro a conclusão da assembleia definitiva de credores da Torralta, que reuniu na passada quinta-feira e onde deveria ter sido votada a proposta do administrador judicial para a viabilização da empresa. Para este desfecho contribuíram as posições assumidas pelos organismos estatais, principais credores, que acabaram por ir para o tribunal sem a intenção de aprovar as medidas de viabilização e recuperação, como referiram ao «Avante!» representantes dos cerca de 500 trabalhadores que, com mais de meio ano de salários em atraso, mantêm a Torralta a funcionar.

A atitude dos representantes do Governo é interpretada por alguns dos mais directos participantes deste processo como uma maneira de facilitar a passagem do capital social que venha a ser assumido pelo Estado para um grupo estrangeiro, com quem já estariam mesmo a decorrer negociações.

Goradas as expectativas optimistas com que encaravam a assembleia de 14 de Julho, as estruturas representativas dos trabalhadores marcaram para anteontem, no Alvor, uma reunião com o objectivo de analisar a situação, agora ainda mais grave, e decidir acções a desenvolver a breve prazo para evitar o encerramento da Torralta e a declaração de falência técnica.

O prazo de decisão dos credores, que expiraria a 16 de Agosto, quando se cumprem oito meses sobre o início do processo de recuperação da empresa, foi dilatado para 16 de Setembro devido às férias judiciais.

Na assembleia de credores da semana passada foi clarificado o total dos créditos da Torralta, num valor pouco acima de 31 milhões de contos (dos quais cerca de 24 milhões cabem ao Estado, nomeadamente à Segurança Social, ao Fundo de Turismo e ao fisco), dado que o montante anunciado antes não coincidia com os valores apontados pelo administrador judicial.

Foi ainda formalizada a substituição da «Aquarius SGPS, SA» pela «Nova Aquarius, SGPS, SA», administrada por Agostinho da Silva, permitindo assim a reentrada deste no capital social da Torralta.

O período da tarde foi dedicado por João Carvalho das Neves a apresentar aos credores o seu plano de viabilização da empresa. A reconversão dos créditos em capital social, considerada indispensável para a viabilização, foi um dos assuntos mais frisados pelo administrador judicial. Contudo, o secretário de Estado do Turismo, Alexandre Relvas, tem reafirmado ultimamente que o Estado não está disposto a ser accionista da Torralta, posição semelhante à dos bancos principais credores (UBP e Essi).

Lucros dentro de 2 anos

Segundo a proposta da administração judicial, caso o Estado aceite converter os créditos em capital

social da empresa, a Torralta apresentaria, em 2004, um resultado líquido de 621 mil contos. Os primeiros resultados positivos surgiriam já em 1996, estimados em mais de 157 mil contos.

João Carvalho das Neves informa o relato da Lusa - voltou a referir no tribunal a queixa apresentada contra incertos para apurar se houve dolo na alienação de parte do património da Torralta. Nesta situação conta-se a venda de 30 por cento da Salvor ao empresário madeirense Dionísio Pestana, efectuada pela Torralta quando esta era presidida por Albino Moutinho, na altura sócio da «Aquarius Holding SGPS, SA». Do processo da Salvor consta ainda a venda de 21 moradias no Algarve, avaliadas em 224 mil contos e que foram alienadas a menos de 3 mil contos.

Caso ganhe o processo que interpôs à Salvor, a Torralta recuperará 3,3 milhões de contos; se o perder ficará com um saldo negativo na ordem dos 67 mil contos e entrará em falência técnica. O administrador judicial manifestou-se esperançado em que a Torralta vença o processo.

Governo quer aprovar nas férias leis inaceitáveis para os professores

Assuntos delicados e polémicos como a avaliação dos membros de órgãos de gestão de escolas, a revisão do regime jurídico da formação contínua de professores e a regulamentação das formações complementares para os docentes do 1º Ciclo, são tratados em diversos projectos legislativos que a ministra da Educação pretende aprovar no período de férias.

A Federação Nacional dos Professores lançou o alerta na semana passada, considerando «inaceitáveis» alguns dos projectos. «Ao não cumprir os prazos por si determinados, de entrega destes projectos até final de Abril e ao aguardar pela segunda quinzena de Julho para a sua apresentação e a *auscultação* dos sindicatos», o Ministério da Educa-

ção revelou «desrespeito pelos professores», «falta de ética institucional e ausência de respeito pelas organizações representativas dos docentes», afirma-se numa nota do Secretariado Nacional da Fenprof.

Eleições

Na passada quinta-feira, o presidente do SPGL, Paulo Sucena, foi eleito para o cargo de secretário-geral da Fenprof. Reunido nesse dia, o Conselho Nacional da federação elegeu uma lista de consenso para o Secretariado Nacional, que integra, além do secretário-geral, mais 22 dirigentes dos sindicatos federados. Este órgão deve realizar hoje a sua primeira reunião.

Negociado na indústria naval o abandono do despedimento colectivo

Os representantes dos trabalhadores da Lisnave assinaram sexta-feira com a Administração da empresa um acordo que inviabiliza o despedimento colectivo de 1783 trabalhadores. Na Solisnor/Setenave, onde estão ameaçados 1254 postos de trabalho, decorriam ainda, no momento do fecho da edição, reuniões do pessoal com vista à tomada de uma posição definitiva.

Vicente Merendas, da Comissão de Trabalhadores da Lisnave, considera que o acordo assinado «apesar de não ser definitivo, representa grandes cedências por parte da administração da Lisnave» - refere a agência Lusa, citando declarações produzidas numa conferência de imprensa em que também estiveram presentes membros da CT da Solisnor.

O despedimento colectivo, com que as administrações ameaçaram cerca de três mil tra-

balhadores, insere-se no «plano de reestruturação» da indústria naval apresentado pelo grupo Mello e que mereceu o apoio do Governo.

Para Vicente Merendas, o acordo hoje assinado - que tem uma duração de dois anos mas pode ser revisto semestralmente - embora não seja «perfeito», salvaguarda as posições dos trabalhadores da Lisnave e não vai contra as leis gerais do trabalho. «Ganhámos a primeira batalha, que foi evitar o despedimento colectivo, mas a luta irá

continuar», sublinhou aquele membro da CT.

Ao abrigo do acordo, os trabalhadores da Lisnave continuarão com uma semana laboral de 40 horas, e passarão a laborar em três turnos. No entanto, o acordo permite a laboração de seis horas de trabalho diário, com mais duas horas de formação profissional pagas com verbas comunitárias e a igual preço da hora de trabalho normal.

As duas horas de formação profissional poderão, contudo, não ser usadas diariamente, explicou o membro da comissão de trabalhadores, sublinhando que, ao abrigo do acordo, os trabalhadores poderão fazer seis horas diárias de trabalho, sem prejuízo do salário, e ao fim de algum tempo perfazerem por inteiro as horas de formação profissional que lhes são devidas.

Quando os trabalhadores cumprirem apenas seis horas de tra-

balho diário, estas serão laboradas ininterruptamente, obrigando-se a empresa a fornecer uma refeição ligeira durante o período de trabalho e uma refeição no final. O plano contempla ainda uma concessão especial para os trabalhadores com mais de 60 anos que ingressem no regime de pré-reforma, que além das regalias normais face às leis do trabalho serão beneficiados com um prémio.

Por seu turno, António Cardoso, da CT da Solisnor, disse que durante esta semana os trabalhadores da empresa vão «discutir melhor» a proposta de acordo com a Solisnor, que é igual à assinada na Lisnave, mas sublinhou que «os trabalhadores ainda não estão satisfeitos».

Ambos os elementos das CTs ressaltaram que o acordo apenas é válido por dois anos, pelo que «tudo no futuro permanece em aberto».

Revisão do Código Penal Uma oportunidade perdida

Com os votos contra de todas as restantes formações parlamentares (incluindo do PS que anteriormente, na votação na generalidade, se absteram), o PSD aprovou sozinho após debate na especialidade a proposta de lei de revisão do Código Penal.

Trata-se de um diploma em relação ao qual permanecem as mais sérias preocupações, fundamentadas quer pelas deficientes condições em que trabalhou a Comissão Revisora (não foram proporcionados estudos sobre as tendências do problema criminal e as estatísticas disponíveis são destituídas de fiabilidade, para citar dois exemplos assinalados pela deputada Odete Santos), quer pela inoportunidade do momento escolhido para proceder a esta revisão.

A estas questões, levantadas em tempo oportuno pelos partidos da oposição, e designadamente o PCP, outras houve, entretanto, no debate na especialidade, que se lhes vieram juntar, engrossando o rol de preocupações relativamente a um diploma a que faltou o necessário e prévio consenso social.

Delas inquietações falou na sua declaração de voto a deputada comunista Odete Santos ao recordar, nomeadamente, o facto de o Governo não ter acompanhado a lei penal das necessárias reformas no que toca à execução das penas, do mesmo modo que não compulsou as consequências da revisão do Código na organização judiciária.

Verberado pela deputada do PCP, por outro lado, foi a quase inexistente protecção da vítima e a não criação de condições por parte do Ministério da Justiça para que sejam executadas as penas não privativas da liberdade.

De todo este condicionalismo, na opinião da formação comunista, resulta uma lei que acaba por "penalizar os de mais fracos recursos", que não cria realmente uma confiança dos cidadãos no sistema e que, nuns casos, enferma de ambiguidades (caso da interrupção voluntária da gravidez), e, noutros, é "apelativa de atitudes de submissão", como é o caso dos profissionais de comunicação social, que são fortemente limitados nos seus direitos quando processados.

Em suma, como referiu Odete Santos, estamos perante uma "lei simbólica mas não instrumental de uma política criminal", uma lei que "prossegue uma política penal, mas não a política de combate à criminalidade".

Deputados comunistas em Portalegre e Castelo Branco

Os deputados comunistas Lino de Carvalho e Luís Peixoto efectuaram terça-feira uma visita de trabalho ao distrito de Portalegre, tendo estabelecido contactos mais exactamente com a Administração Regional de Saúde, com o Centro de Saúde de Campo Maior e, noutro plano, com representantes da empresa FINO's e de outras igualmente do ramo têxtil.

No caso do Centro de Saúde, os parlamentares do PCP tiveram oportunidade de constatar os enormes transtornos provocados à população pelo redução de horários e encerramento de valências, facto que tem obrigado muitos utentes a deslocarem-se a Elvas quando precisam de certos cuidados médicos. Esta questão, recorde-se, foi já objecto de uma petição, muito recentemente discutida em plenário, tendo merecido também a atenção da formação comunista em forma de requerimento dirigido ao Governo.

Não menos graves, embora de outra natureza, são os problemas com que se confrontam os trabalhadores da empresa FINO's, onde está em curso um processo de despedimento que se traduz em inadmissíveis formas de coação psicológica.

Apesar de ter recebido apoios do PEDDIP na ordem dos 450 mil contos, a empresa está a sofrer os custos decorrentes de problemas de gestão e da crise que atravessa o sector têxtil, o que levou já ao

acumular das dívidas à Segurança Social (243 mil contos) e a atrasos no pagamento dos salários aos seus trabalhadores.

Programada para amanhã está, entretanto, uma visita de trabalho do deputado António Murteira ao distrito de Castelo Branco, mais concretamente à área do Parque Tejo Internacional.

No decorrer da deslocação, o parlamentar comunista estabelecerá contactos com as populações e autarquias, com quem analisará os problemas resultantes da criação do Parque Natural do Tejo Internacional, os quais, assinala-se, têm motivado um grande movimento de contestação.

Côm início às 12 horas, o programa da visita inclui uma reunião conjunta com os presidentes das juntas de freguesia de Rosmaninhal, Zebreira, Segura, Salvaterra do Extremo, Ladoeiro, Monfortinho e Toulões, a que se seguirão encontros separados com os presidentes e respectivos executivos das Câmaras Municipais de Idanha e de Castelo Branco.

A meio da tarde, António Murteira reúne com os presidentes das juntas de freguesia de Malpica do Tejo, Monforte da Beira e Castelo Branco, estando ainda prevista uma visita à Zona do Parque Tejo Internacional. O programa termina às 20 horas, na Casa do Povo de Malpica do Tejo, com um encontro com a população.

AR aprova Resolução Fim ao bloqueio a Cuba!

Preocupada com as consequências decorrentes do bloqueio económico, comercial e financeiro contra Cuba, a Assembleia da República aprovou na semana transacta um projecto de resolução onde "manifesta o desejo de que, a exemplo do que aconteceu relativamente ao Vietnam, seja posto termo a um bloqueio" que priva o povo cubano de "géneros alimentícios, medicamentos, energia e outros bens de primeira necessidade". Da iniciativa do Grupo Parlamentar do PCP, o projecto acolheu os votos favoráveis de todas as bancadas da oposição, optando o PSD pela abstenção. Ao aprovar este projecto de resolução - e é o primeiro Parlamento a fazê-lo no quadro da União Europeia -, a Assembleia da República adopta uma honrosa postura de solidariedade, na sequência, aliás, de idênticas tomadas de posição defendidas quer no âmbito das Nações Unidas, quer do Parlamento Latino-Americano, quer ainda, inclusive, de governos de outros Estados membros da Comunidade Europeia.

Para o PCP, como assinalou no debate a deputada Odete Santos, esta iniciativa da sua bancada corresponde no fundo ao "movimento de solidariedade que se vem generalizando em relação a um povo solidário com as suas crianças e os seus idosos, a quem proporciona, em momentos difíceis, condições que muitos outros povos bem invejariam".

Intitulada "Sobre o bloqueio a Cuba", a resolução começa por recordar um outro texto aprovado pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 3 de Novembro de 1993 (88 votos a favor, quatro contra e 57 abstenções), no qual se afirma o empenho daquela organização no sentido de "promover o estrito respeito pelos propósitos e princípios consagrados na Carta das Nações Unidas", e onde se reitera, simultaneamente, a igualdade soberana dos Estados, a não intervenção e não ingerência nos seus assuntos internos

e a liberdade de comércio e navegação internacionais, consagrados em numerosos instrumentos jurídicos internacionais.

Subscrita pelos deputados comunistas Octávio Teixeira, Miguel Urbano Rodrigues e Paulo Trindade, a iniciativa legislativa agora aprovada lembra ainda que a mesma Resolução das Nações Unidas lamenta que

tenham sido promulgadas, e aplicadas no último ano, medidas que reforçaram e ampliaram o bloqueio, não deixando, ao mesmo tempo, de reafirmar a posição definida numa anterior Resolução da Assembleia Geral (nº 47/19, de 24 de Novembro de 1992), na qual se pedia a todos os Estados membros que se abstivessem de «promulgar leis e medidas cujos efeitos extraterritoriais afectam a soberania de outros Estados e os interesses legítimos de entidades ou pessoas sob sua jurisdição assim como a liberdade de comércio e navegação».

Importa entretanto assinalar que também o Parlamento Europeu aprovou em 16 de Setembro de 1993 uma Resolução solicitando à Administração e ao Congresso norte-americanos o "fim ao embargo económico, comercial e financeiro contra Cuba", tendo em conta todas as mudanças operadas ao nível das relações internacionais.

Entre os considerandos que sustentam esta sua tomada de posição, a Assembleia da República sublinha também o apelo ao fim do bloqueio lançado pelo Parlamento Latino-Americano, em 12 de Agosto de 1991, não deixando de assinalar, por outro lado, os apelos similares tomados

públicos por dezenas de parlamentos.

Invocadas no texto são ainda as iniciativas de governos de países da Comunidade Europeia, como os do Reino Unido, da França e da Espanha, expressando todas elas em comum junto da Administração norte-americana a sua recusa de aceitarem as disposições da lei Torricelli que afectam o comércio internacional e a liberdade de navegação, violam o Acordo do GATT (artigos X e XIII) e promovem a extensão extraterritorial de leis dos EUA.

Para a Assembleia da República, de acordo com o texto aprovado, assume ainda particular relevância o facto de muitos Estados membros da Comunidade manterem relações normais com Cuba, com quem, de resto, têm assinado acordos comerciais e económicos.

Evidenciada na Resolução aprovada pelo Parlamento português é ainda a circunstância de a União Europeia estar a patrocinar de há uns meses a esta parte iniciativas das Organizações Não Governamentais (ONG's) internacionais destinadas a coordenar e dinamizar a ajuda humanitária a Cuba para minorar os efeitos mais nocivos do bloqueio.

PCP contra a revisão Apresenta projecto próprio

Uma reunião plenária em Setembro, com interrupção das férias parlamentares, marcará o encerramento efectivo do prazo para a entrega de projectos de revisão constitucional. Esta decisão, anunciada pelo Presidente da Assembleia da República, na última sessão plenária, veio pôr fim às incertezas que persistiram na passada semana quanto ao assunto.

Recorde-se que este processo de revisão ordinária da Constituição, o terceiro, foi aberto fez ontem oito dias por Barbosa de Melo, a partir de um parecer de Rui Machete, aprovado com os votos contra do Grupo Parlamentar do PCP.

Na declaração de voto produzida a propósito deste parecer, os deputados comunistas justificam o seu sentido de voto com base nas dúvidas suscitadas pelos prazos para a abertura do processo de revisão, concluindo que "sendo certa que ficará aberta a hipótese de, no futuro, a revisão ser considerada inconstitucional", o "princípio da certeza jurídica" deveria ter levado a Comissão "à conclusão inversa da que tomou".

Levantando dúvidas de "legitimidade constitucional" quanto ao processo de revisão constitucional ordinária, o PCP considera ainda que ela é desnecessária e

perigosa, não deixando de questionar sobre a oportunidade da mesma.

Depois da admissão dos projectos de revisão do PS e CDS (o PSD ultima o seu), o PCP anunciou já entretanto que a seu tempo apresentará o seu projecto, com propostas próprias que confrontará com as dos restantes partidos.

Iniciado no final da passada semana, o prazo para entrega de projectos decorre até ao dia 16 de Agosto, enquanto que a Comissão Eventual para a Revisão Constitucional deverá ser escolhida na referida reunião plenária de Setembro próximo.

Voto por Timor

A Assembleia da República aprovou, por unanimidade, um voto de protesto contra a violência cometida pelas tropas indonésias contra cidadãos timorenses, em Dili. Subscrito pelo presidente da Assembleia da República, Barbosa de Melo, e por todos os grupos parlamentares, o voto denuncia "mais esta brutal violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste" pela Indonésia "como invasor ocupante do território".

No texto do voto é ainda lançado um apelo às "nações livres", em especial as potências aliadas de Portugal, para que condenem publicamente a perseguição, torturas físicas e a morte de "cidadãos católicos que reivindicam liberdade de crença e de culto religioso".

Alterações à Lei orgânica do TC

A votação final global do projecto de lei com alterações à Lei Orgânica do Tribunal Constitucional (TC) foi adiada faz amanhã oito dias para a próxima reunião plenária, convocada pelo presidente da Assembleia da República para Setembro.

Como já acontecera na véspera, a votação foi adiada por não haver quorum para o efeito, depois de algum debate sobre o motivo regimental para tal adiamento, questão suscitada pelo PCP.

Segundo a Constituição, as leis orgânicas têm de ser aprovadas por maioria absoluta e o PSD não tinha os 116 deputados necessários à passagem do diploma.

O diploma engloba ainda uma proposta do ex-deputado independente Freitas do Amaral que atribui ao Presidente do TC o poder de requerer a apreciação prioritária de processos de fiscalização sucessiva da constitucionalidade.

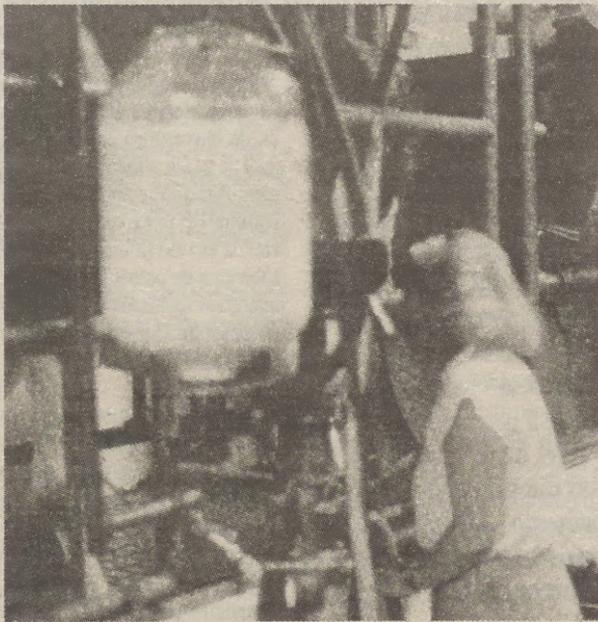
Leite

CNA congratula-se com união de cooperativas

A Confederação Nacional da Agricultura (CNA) considerou segunda-feira, em comunicado, que seria conveniente maior controlo e fiscalização por parte do Governo em relação às importações de leite.

“Era aconselhável, em nome da transparência, que o Governo divulgasse os mapas de controlo oficial da qualidade do leite importado semanalmente”, defende a CNA. “O Governo deve inverter a sua política para a agricultura e para o sector leiteiro - os apoios são permitidos e não venham com o Tratado de Roma ou com o Orçamento!...”, argumenta a CNA.

A CNA acusa, concretamente, a PARMALAT, de, “em conluio com a CAP”, estar a aliciar os produtores para “conquistar produção e vencer a concorrência”, para depois “impor os preços que mais lhe convier”.



“O Governo nada faz para travar a ofensiva da PARMALAT, permitindo a importação de um comboio de leite semanal e de muitos camiões, sem qualquer controlo do

produto”, acusa também a CNA.

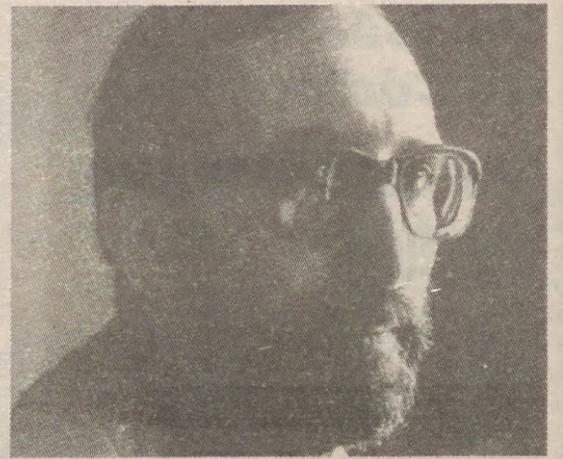
Entretanto, a direcção da confederação, em comunicado de sexta-feira passada, diz que «não pode deixar de se congratular» com as notícias que dizem

que as principais cooperativas leiteiras portuguesas encabeçam um movimento «que pretende defender melhor o produtor de leite», no dizer da nota.

Para a confederação, seriam também razões de “transparência” impor a divulgação do preço do leite importado, qual a sua proveniência e data de recolha.

«Com o cooperativismo os produtores poderão ter o pássaro (leite) na mão. Com a CAP/PARMALAT vê-lo-ão mais tarde voar ou ser comidos pelos “passarões”», lê-se.

Nessa nota defende-se a ajuda financeira do Governo ao Movimento cooperativo «a fim de este poder minimizar os custos da competitividade com a multinacional, tendo como reflexo, o aumento do preço do leite à produção».



Carlos Porto homenageado pelo Festival de Teatro de Almada

O Festival Internacional de Teatro de Almada (“Festa/94”) que decorreu entre quatro e 18 de Julho, com 53 espectáculos de repertório clássico, experimental, musical, de rua e marionetas, homenageou o crítico de teatro Carlos Porto, pelos seus 30 anos de actividade profissional, incluindo uma exposição documental sobre o autor de «Em Busca do Teatro Perdido».

Carlos Porto iniciou a sua carreira de crítico de teatro no quinzenário de Moura, «Planície», então órgão do movimento «Convívio». Acompanhou a existência do Teatro Experimental do Porto desde a sua fundação, colaborou no «Jornal de Notícias», «Bandarra», «Notícia», «Jornal de Letras e Artes», «Gazeta Literária», «Vida Mundial», entre outros. No «Diário de Lisboa» manteve durante anos uma tribuna regular sobre teatro, para além de acrescentar a sua colaboração no suplemento literário do mesmo vespertino.

Fez parte de diversos júris de prémios teatrais, de Conselhos de Teatro, traduziu, é dramaturgista e participou como actor no cinema. O seu trabalho e a sua vida dedicada ao teatro e à cultura espalham-se no tempo e na publicação de livros como «Em Busca do Teatro Perdido» (dois volumes), «Dez Anos de Teatro e Cinema em Portugal, 1974-1984» com Salvato Telles de Menezes, para além do romance «Fábrica Sensível».

Carlos Porto, pseudónimo de José Carlos da Silva Castro, junta-se assim a Eunice Muñoz, Assis Pacheco, Costa Ferreira, Luzia Maria Martins, Mário Alberto, Luiz Francisco Rebelo e Romeu Correia, os nomes já homenageados pela Festa de Teatro de Almada.

O XI Festa/94 contou com a participação de 11 companhias estrangeiras e outras tantas portuguesas, sendo de assinalar a presença da actriz italiana Laura Betti, conhecida como uma maiores intérpretes europeias de Brecht e Kurt Weil, com apresentação pública marcada para 12 de Julho.

Os grupos estrangeiros com produções na “Festa/94” foram da Argentina, República Checa, Moçambique, Itália, França, Tunísia e Brasil.

Entre as portuguesas estiveram a Barraca, a Companhia de Marionetas do Porto, o Centro Dramático de Évora - Cendrev, a Companhia de Teatro de Almada, o Centro Dramático Inter-municipal Almeida Garret - Cediag, o Teatro Veredas, o Teatro Meridional, o Zephíro, o Intervalo e ainda o Grupo.

Grândola livrou-se

Sines, Setúbal, Palmela e Estarreja na lista para a incineradora

Sines, Setúbal, Estarreja e Palmela são os quatro locais seleccionados pelo Ministério do Ambiente e Recursos Naturais para a possível instalação do incinerador de resíduos industriais tóxicos, revelou terça-feira a ministra do Ambiente, Teresa Patrício Gouveia. Grândola, onde o protesto da população contra a possibilidade de instalação desse incinerador foi extramamente vigoroso, não surge nesta lista final de hipóteses.

O local exacto onde se situará o incinerador só será anunciado depois de se conhecerem os resultados dos estudos de impacto ambiental, que incluem a consulta à população e serão realizados pela Universidade Nova de Lisboa, Universidade de Aveiro e Faculdade de Ciências de Lisboa.

Quanto à localização dos aterros, outras das componentes do sistema, ainda não se sabe ao certo qual vai ser, visto continuarem em estudo os novos locais sugeridos na reunião de 21 de Junho do Fórum, onde a questão está a ser debatida.

A ministra reuniu com autarcas de municípios em cujas áreas ficaram instaladas as unidades componentes do sistema nacional de trata-

mento de resíduos industriais, antecedendo essa reunião de encontros com os presidentes das Câmaras, cujos municípios podem vir a receber unidades do sistema.

No dizer da ministra, Setúbal, Palmela, Estarreja e Sines são quatro das 11 localidades com mais hipóteses de virem a receber componentes do sistema. Teresa Gouveia criticou o “alarmismo” que tem sido criado à volta do assunto, acrescentando que as opções a tomar para a instalação do sistema de que o País precisa assentam apenas em critérios técnicos.

No entanto, em Grândola, um dos concelhos que era dado como tendo presença certa nesta lista final, acaba por não surgir, o que certamente terá a haver com a intensa movimentação popular, com apoio da autarquia, que se gerou em protesto contra essa possibilidade.

O sistema nacional de tratamento de resíduos industriais inclui uma incineradora, dois aterros e uma estação de transferências.

Paralelamente, vão funcionar sistemas regionais para o tratamento de resíduos específicos, designadamente curtumes e celuloses.

OCDE avisa que retoma económica não significa mais emprego

“Os governos têm de compreender que o crescimento não resolve, só por si, o problema do emprego”. Quem o diz é a OCDE que anunciou que o desemprego “continuará elevado” nos países membros desta organização em 1994, apesar da retoma económica, atingindo 8,5 por cento da população activa, 35 milhões de pessoas, antes de “baixar ligeiramente” para 8,3 por cento em 1995.

Segundo as perspectivas de emprego da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico), publicadas terça-feira, na Europa a

situação será “mais sombria”, com a taxa de desemprego a atingir 11,7 por cento em 1994, aumentando para 11,8 por cento em 1995.

No total, os 25 países da OCDE contam actualmente mais 10 milhões de desempregados do que em 1990.

Para a OCDE os exemplos australiano, canadiano, britânico e norte-americano vieram confirmar que, quando uma economia volta a acelerar, a melhoria em termos de emprego demora a fazer-se sentir e alguns recebem “uma retoma sem emprego”.

A repercussão tardia da reto-

ma económica sobre o emprego explica-se, segundo a organização mundial “por uma fraqueza sem precedentes” do crescimento da produção. Para os países ainda em recessão em 1993, foi na indústria que a contracção do emprego se sentiu mais fortemente, continuando a ser os trabalhadores manuais “as principais vítimas dos despedimentos”, segundo a OCDE.

Novo é o facto de a recessão actual se caracterizar por um abrandamento do crescimento do emprego nos serviços, que atinge todos os países, excepto a Alemanha.

Em período de crise, o emprego dos jovens é mais atingido do que o dos adultos. “As suas taxas de desemprego são duas a três vezes maiores do que as dos adultos, o que é um problema importante”, salienta a OCDE.

As projecções por categoria profissional fazem prever um mais forte crescimento do desemprego para agricultores, operários e trabalhadores de serviços, que devem continuar em declínio, ao contrário das profissões científicas, técnicas e de gestão e administração, conclui o relatório da OCDE.

CP quer fechar outra estação

Um abaixo-assinado, com cerca de mil e 100 assinaturas, protestando contra o encerramento da passagem de nível existente em Vermoil (Pombal), foi entregue ao presidente da Câmara Municipal de Pombal.

O subscritores protestam contra o fecho da passagem de nível sobre a linha do Norte da CP, e exigem, ainda, a construção de uma passagem superior ou inferior na mesma via férrea no vizinho lugar de Pisão.

Segundo os promotores do abaixo-assinado, originários das freguesias de Santiago de Litém, S. Simão de Litém e Vermoil, no concelho de Pombal, e Colmeias, no concelho de Leiria, o encerramento da passagem de nível, previsto pela CP, «vai aumentar, substancialmente, a distância entre as localidades situadas nos dois lados da linha férrea, alterando toda a existência estabelecida entre as respectivas populações».

Caso não se verifique uma concordância da administração da CP com as exigências da população, para a ameaça de encetar «formas de luta» no terreno, que passarão «inevitavelmente», pelo corte da circulação na linha do Norte.

Mais sangue em Timor

Vários feridos e, presumivelmente, três mortos, aparentemente degolados, foram registados na quinta-feira passada em Díli quando centenas de timorenses se manifestaram contra acções provocatórias de militares indonésios. O protesto surgiu depois de soldados indonésios terem espezinhado hóstias numa igreja católica, a que se seguiu a destruição de um crucifixo e a apreensão de uma bandeira do Vaticano. Mas a atitude que terá despoletado a manifestação de timorenses foi o convite a práticas sexuais, dirigido por muçulmanos indonésios, a duas religiosas de uma congregação católica. Os soldados indonésios cercaram e carregaram sobre a concentração de 500 estudantes que então se realizou e daí, segundo relatos da resistência, resultaram as mortes referidas.

Os três timorenses mortos durante estes incidentes, terão sido degolados pelos soldados de Jacarta, segundo disse, à LUSA, José Gusmão, representante do Conselho Nacional da Resistência Maubere (CNRM) em Darwin, contactado telefonicamente a partir de Lisboa, que contabilizou pelo menos 14 feridos graves. Todos os feridos se encontram no hospital militar da capital timorense, acrescentou.

José Gusmão disse que o assassinio dos três timorenses civis, transportados para o hospital por elementos da Cruz Vermelha, foi testemunhado por cinco outros manifestantes feridos.

Os polícias não chegaram a fazer disparos, "para não fazerem barulho", recorrendo a facas e a cães, relatou o membro da resistência. O representante da Cruz Vermelha em Díli afirma, no entanto, desconhecer como tais mortes ocorreram.

Em Portugal, a Assembleia da República aprovou, por unanimidade, um voto de protesto contra a violência cometida pelas tropas indonésias contra cidadãos timorenses, em Díli.

O voto denuncia "mais esta brutal violação dos Direitos Humanos em Timor-Leste" pela Indonésia "como invasor ocupante do território".

Apela-se ainda às "nações livres", em especial as potências aliadas de Portugal, que condenem publicamente a perseguição, torturas físicas e a morte de "cidadãos católicos que reivindicam liberdade de crença e de culto religioso".

União Europeia só condena depois dos EUA

Por outro lado, a União Europeia condenou segunda-feira, em Bruxelas, os recentes incidentes em Timor-Leste, mas utilizou uma linguagem prudente na declaração comum sobre o assunto.

"A União Europeia tomou conhecimento, com preocupação, dos incidentes que recentemente tiveram lugar em Díli (Timor Oriental) e que novamente fizeram subir a tensão no território", lê-se na declaração aprovada pelos ministros dos Negócios Estrangeiros dos Doze.

Os ministros reafirmam ainda "a necessidade do respeito dos direitos do homem, nomeadamente no que concerne à liberdade de culto e ao livre acesso ao território por organizações internacionais".

"Trata-se da única via que permitirá a criação das condições necessárias à conclusão com êxito dos esforços desenvolvidos sob a égide do secretário-geral das Nações Unidas, com vista a uma solução justa, durável e internacionalmente aceitável para a questão de Timor Oriental", defendem ainda os chefes da diplomacia da União Europeia.

Em declarações aos jornalistas, o ministro Durão Barroso - que fez chegar à ONU o protesto português sobre a actuação indonésia - reconheceu que a posição comum da União "tem um tom diplomático", mas congratulou-se com a adopção da mesma. O chefe da diplomacia portuguesa explicou que algumas delegações ao conselho da União colocaram algumas reservas, porque pretendiam mais esclarecimentos sobre a extensão da gravidade dos acontecimentos em Díli, mas acabaram por concordar com a aprovação de uma declaração comum sobre o assunto.

Durão Barroso contou que um dos principais argumentos que utilizou junto dos seus colegas da União foi o facto de os Estados Unidos já terem tomado uma posição sobre os incidentes.

"Seria grave que, depois dos EUA terem tomado uma posição, a União Europeia não o fizesse também", precisou o ministro português.

De facto, para além da condenação governamental dos incidentes, o Senado norte-americano confirmou e reforçou na sexta-feira a proibição de venda de armas ligeiras à Indonésia por causa dos direitos humanos em Timor-Leste.

Ao votar o orçamento para o auxílio ao estrangeiro, o plenário do Senado aprovou uma emenda que impede a venda de armas e equipamento policial antimotim a Jacarta enquanto não estiverem preenchidas algumas condições. É a primeira vez que um tal embargo à Indonésia é aprovado a nível do plenário do Senado norte-americano.

Anteriormente, em 1993, a comissão de política externa do Senado tinha adoptado uma medida semelhante mas esse texto nunca chegou a ser aprovado em plenário e a sua aplicação nunca se concretizaria. Resta saber da real aplicação da legislação agora aprovada.

Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia

Na sequência dos resultados positivos obtidos pelos partidos comunistas e outras forças progressistas e de esquerda nas eleições recentemente realizadas para o Parlamento Europeu, foi formalizada no passado dia 14, junto da Presidência do PE, a constituição do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia (CEUE). O Grupo é composto por 28 deputados de cinco Estados-membros e pertencentes a seis formações políticas: Esquerda Unida - Espanha, Partido Comunista Francês - França, Partido Comunista Grego - Grécia, Synaspismos - Grécia, Refundação Comunista - Itália e Partido Comunista Português - Portugal.

Nas suas linhas programáticas gerais, aprovadas por todas as componentes, o Grupo "constitui-se com base na cooperação das componentes políticas dos Estados-membros, disfrutando cada uma

delas da sua própria identidade autónoma e comprometida com o respeito pelas posições respectivas".

De acordo com uma nota divulgada a propósito pelo Gabinete de Imprensa do PCP, a constituição do Grupo, bem como a sua definição política e parlamentar expressa nas linhas programáticas gerais, culminam negociações para as quais o PCP contribuiu significativamente.

Segundo o GI do PCP, o Grupo CEUE, que passará a ser o quarto grupo parlamentar do novo PE, propõe-se contribuir, com as organizações e movimentos sociais, para a construção de novos caminhos que contrariem a actual política comunitária liberal, monetarista e militarista, por uma Comunidade e uma Europa democráticas, de cooperação, de solidariedade e paz.

Um Grupo para intervir mais e melhor

A criação do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia (CEUE) no Parlamento Europeu, em que se integram os eurodeputados comunistas, representa um sucesso importante nos esforços de cooperação das forças progressistas representadas no PE - afirma ao "Avante!" o camarada Joaquim Miranda, vice-presidente do Grupo, no depoimento que a propósito nos concedeu.

Na legislatura anterior integrávamos o Grupo Coligação de Esquerda. Esse Grupo, com três forças políticas (Partido Comunista Português, Partido Comunista Francês e Partido Comunista Grego), contava com 13 deputados e tinha ainda associados, mas como observadores, dois deputados do PDS alemão. Neste momento, com a constituição deste novo Grupo, temos não só deputados destas forças políticas, como ainda da Esquerda Unida (Espanha), da Refundação Comunista (Itália), e da Coligação de Esquerda do Progresso (Grécia), o que perfaz 28 deputados, de seis forças políticas provenientes de cinco países. Há, portanto, um salto extremamente importante, constituindo-se assim um Grupo com maior capacidade de intervenção e de afirmação ao nível do Parlamento Europeu.

Encontramo-nos num momento extremamente relevante do ponto de vista político, em primeiro lugar porque há uma crise acentuada e evidenciada pela situação de desemprego, que exige uma intervenção activa das forças do progresso, das forças de esquerda, ao nível do PE. Essa crise decorre de orientações neoliberais e monetaristas consagradas no Tratado de Maastricht, que importa combater; cabe lembrar que estamos em vésperas de revisão do Tratado, agendada para 1996, o que pressupõe igualmente um grande empenhamento das forças de esquerda no PE.

A constituição deste grupo permite uma intervenção mais activa em torno de questões da maior importância no momento político actual.

Em segundo lugar, no plano institucional, este Grupo permite ainda fazer face, com maior eficácia, a uma situação tendencialmente bipolarizadora que hoje se verifica, concretizada por acordos permanentes entre socialistas e sociais-democratas por um lado, e democratas-cristãos por outro. Esta aliança, que se vem revelando desde há anos a esta parte e que tende a perpetuar-se, merece naturalmente um

determinado combate que, com um Grupo como aquele que agora constituímos - é o quarto Grupo no Parlamento Europeu - se torna mais fácil levar por diante.

Há razões para considerarmos que a constituição deste Grupo é um passo extremamente importante, estamos satisfeitos pela sua formação e vamos trabalhar pela sua consolidação, de forma a que se possa afirmar no PE como uma força interveniente em torno das questões de maior relevo no momento actual.

Não ignoramos as diferenças que existem entre as forças que constituem o Grupo, mas julgamos que é possível encontrar um máximo denominador comum em torno do qual é possível actuar e intervir com vista a alterar muito do que hoje se apresenta como profundamente errado neste processo de construção europeia.

Grupo Confederal, porquê?

A denominação Grupo Confederal resulta essencialmente do seguinte: entendemos que simultaneamente à procura de fortes consensos para fazer face aos problemas já referidos, é essencial que cada uma das formações políticas possa guardar a sua própria identidade, a sua própria autonomia, quer em relação a questões de orientação próprias, quer em relação às especificidades de cada um dos países de que são provenientes. Sempre considerámos essencial este aspecto, e vimo-lo também agora, neste Grupo, assumido de uma forma clara, nomeadamente no preâmbulo das suas linhas programáticas gerais.

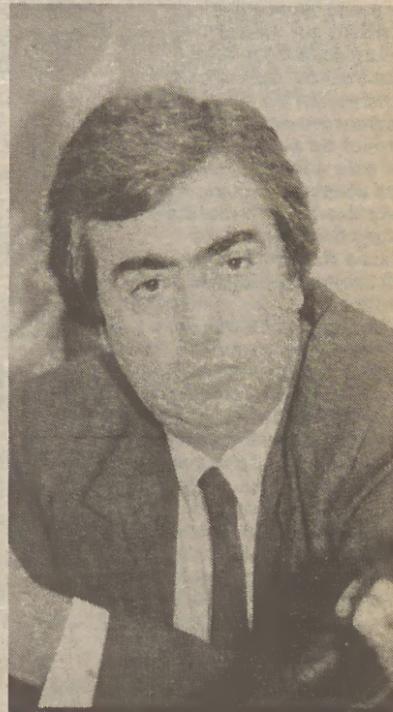
Sérgio Ribeiro questor do PE

O eurodeputado comunista Sérgio Ribeiro é um dos cinco questores do Parlamento Europeu que antontem deu início oficial à nova sessão legislativa.

O cargo, que implica funções de administração do Parlamento e intervenção nas três sedes (Luxemburgo, Estrasburgo e Bruxelas), é desempenhado conjuntamente por representantes do Partido Popular Europeu (dois elementos), do Grupo Socialista (dois elementos) e do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia (um elemento). João Soares é o primeiro questor do Grupo Socialista.

A presidência, exercida rotativamente pelos cinco questores, vai ser inaugurada por João Soares.

Ao mesmo tempo que nos empenhamos numa profunda cooperação, podemos afirmar também a nossa autonomia, não nos diluindo no conjunto do Grupo. É de realçar este aspecto porque esta não é a regra ao nível do PE. Normalmente, o que se verifica é exactamente o contrário, ou seja, as decisões de cada Grupo são tomadas não por consenso, como acontece entre nós, mas por maioria, o que leva muitas



vezes a que as diferentes forças políticas vejam preteridas as posições assumidas em relação a aspectos particulares, relacionados com problemas dos seus países, em detrimento de uma posição maioritária assumida pelo Grupo.

Trabalho colectivo

Na passada quinta-feira, realizámos a reunião constitutiva do Grupo e nela elegemos a presidência do mesmo e aprovámos as linhas programáticas gerais para esta legislatura. Como presidente, foi eleito Alonso Puerta, da Esquerda Unida, cabendo-nos a nós os cargos de vice-presidente e de tesoureiro, que assumirei. Convém sublinhar que o mais importante é que esta presidência se assumia de uma forma

colectiva, se empenhe - tendo embora em conta as diferenças de opinião das forças que constituem o Grupo - na procura de orientações comuns, na base de um largo consenso, que permitam afirmar e consolidar o Grupo ao nível do PE. É com este objectivo, fundamentado numa profunda equidade entre as diferentes forças políticas que o integram, que desenvolveremos a nossa acção e o nosso trabalho. Quanto às linhas programáticas aprovadas, elas constituem um primeiro passo, mas um passo importante. Conseguimos chegar a um consenso sobre aspectos da maior importância no momento actual, pelo que consideramos que elas constituem uma boa base de trabalho para o que será o passo seguinte, isto é, a elaboração de

um programa de trabalho para a legislatura. Vamo-nos empenhar, como aliás é nosso timbre, na elaboração desse programa, que gostaríamos de ver aprovado logo no início da actividade do PE, após as férias. Essa é de resto a intenção de todo o Grupo, pelo que estão reunidas as condições para que sejam consolidadas as bases que vão pautar o nosso funcionamento nos próximos cinco anos.

Chile

Ao apelo da Central Única de Trabalhadores, milhares de trabalhadores e estudantes manifestaram-se em Santiago para exigir uma reforma da legislação de trabalho herdada da ditadura e o fim dos despedimentos. Esta manifestação, apoiada pela oposição de esquerda, é a primeira grande concentração de massas desde o regresso à democracia em 1990.

Argentina

Várias pessoas morreram devido a uma explosão que destruiu completamente a sede da Associação Mútua Israelita na Argentina (AMIA), em Buenos Aires. A explosão provocou igualmente dezenas de feridos devido ao desmoronamento do imóvel de sete andares e de seis edifícios vizinhos. Um atentado contra a embaixada de Israel na Argentina, em 17 de Março de 1992, provocou 30 mortos e mais de 200 feridos. A forte explosão, no bairro judeu do centro da capital argentina, destruiu completamente a sede da cooperativa israelita (AMIA), na qual trabalha e vive habitualmente uma centena de pessoas, e provocou danos consideráveis em seis edifícios vizinhos. Instalada há um século na Argentina, a AMIA é uma associação israelita que se ocupa de actividades culturais e desportivas e gere nomeadamente os fundos de auxílio e as escolas da comunidade judaica local, a mais importante do mundo depois da dos Estados Unidos. A OLP repudiou já o atentado, manifestando o desejo de que este "lamentável e doloroso acontecimento não fique no silêncio da impunidade e que os seus autores recebam o castigo merecido".

Júpiter

Um total de vinte e um fragmentos do cometa "Shoemaker-Levy 9" devem esmagar-se contra a superfície de Júpiter entre sábado passado e esta sexta-feira. O primeiro a despenhar-se em Júpiter, baptizado de fragmento A, criou um buraco na atmosfera do planeta com uma dimensão equivalente a metade da da Terra. Impelido pelo efeito gravitacional de Júpiter a uma velocidade de 60 quilómetros por segundo, explodiu com uma força equivalente a 10 milhões de megatoneladas. "Se o fragmento A tivesse atingido a superfície sólida terrestre, é provável que tivesse provocado uma cratera com 20 quilómetros de diâmetro", disse Eugene Shoemaker, um dos astrónomos responsáveis pela descoberta do cometa.

Iraque

O Conselho de Segurança da ONU decidiu manter as sanções internacionais contra o Iraque - que se tem traduzido em elevadíssimos custos sociais para a população do país, nomeadamente em termos de mortalidade

Alemanha

Um balanço positivo das lutas de carteiros e tipógrafos

Aumentos salariais para os operários das tipografias e garantias de respeito pelas conquistas sociais dos trabalhadores, no processo de privatização dos Correios, são o resultado de semanas de luta e de um forte movimento reivindicativo por toda a Alemanha.

A luta dos tipógrafos por melhores salários data já de há um ano atrás. Mas para alcançar um compromisso foram necessárias dezassete semanas de greves rotativas.

Os 250.000 trabalhadores do Livro conseguiram, a contar de 1 de Julho de 1994, um

aumento salarial de 2%, a que se seguirá novo aumento de 2%, dentro de 12 meses. Em 1 de Abril de 1995, a semana de trabalho passará a 35 horas. Com uma cedência ao patronato, entretanto - em nome da "flexibilidade" os trabalhadores poderão ser obrigados a

fazer dez horas de trabalho suplementar por mês, sem qualquer contrapartida.

Os 670.000 carteiros deram início ao seu movimento grevista há quatro semanas. 80 milhões de cartas e encomendas acumulam-se nos centros de distribuição de correio do país, testemunhando da envergadura do movimento reivindicativo.

A luta dos carteiros foi desencadeada pelos projectos de privatização dos Correios, que deverão ser divididos em três sociedades por acções: uma virada para a distribuição do correio, outra para as operações de ordem financeira e ainda uma terceira para as telecomunicações.

O sindicato dos carteiros alemães (DPG) tomou posição contra as privatizações, receando nomeadamente os despedimentos - fala-se da supressão de 100.000 postos de trabalho - e a possibilidade de serem postas em causa importantes conquistas sociais dos trabalhadores do sector, como o direito a casas com aluguer relativamente baixo, sistema de segurança social próprio, centros de repouso e colónias de férias para as crianças.

Após estas quatro semanas de greve, os carteiros conseguiram que nenhuma das suas conquistas sociais será posta em causa nos dois ou três pró-

Aguilheiros britânicos lutam por melhores salários

Os aguilheiros dos caminhos-de-ferro britânicos têm vindo a realizar, ao longo destas últimas quatro semanas, sucessivas jornadas de luta por aumentos salariais e a reorganização das condições de trabalho.

Uma luta que se desenvolve nas difíceis condições de um processo de privatização, igualmente marcado por gritantes desigualdades no domínio de salários e pagamentos.

Um exemplo concreto, referido pelos trabalhadores - Bob Horton, actual presidente dos caminhos-de-ferro, dispõe de

343.000 libras por ano, por uma semana de trabalho de três dias, enquanto um aguilheiro, com cinquenta horas de trabalho semanal (por vezes mesmo 62), recebe um salário anual de 16.000 libras.

Já há cinco anos que o sindicato exige a melhoria das condições de trabalho e aumentos salariais de pelo menos 11%.

Uma exigência que tem esbarrado quer com a decisão governamental de congelar os salários do sector público, quer com a oposição do Railtrack, instituição pública encarregada da privatização.

Bósnia

Entre a guerra e os planos de partilha

Várias regiões da Bósnia continuam a ser palco de combates, apesar da declaração de tréguas, e numa altura em que se esgota o prazo de quinze dias para aprovação do novo plano de paz dos mediadores do "grupo de contacto" (Estados Unidos, Rússia, União Europeia e ONU).

Em véspera da data-limite do prazo proposto, os ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia apelaram, em Bruxelas, à aprovação do documento. Apelos acompanhados, em simultâneo, de promessas e ameaças.

Assim, o acordo das partes a este plano de paz levaria a um progressivo levantamento das sanções económicas que atingem actualmente a República federal da Jugoslávia (Sérvia-Montenegro), com elevados custos sociais, e ainda a atribuição de uma ajuda para a reconstrução da Bósnia-Herzegovina.

O desacordo poderá levar à concretização de uma velha

reivindicação dos muçulmanos - o levantamento do embargo de armas à Bósnia. Uma medida que inevitavelmente iria conduzir à retirada dos "capacetes azuis" e a uma nova escalada na guerra.

Os diplomatas dos países que delinearam o plano afirmam que as facções bósnias que o rejeitarem deverão sofrer novas sanções económicas e militares.

Reunidos igualmente nestes últimos dias, os presidentes Franjo Tudjman, da Croácia, Alija Izetbegovic, da Bósnia, e Suleiman Demirel, da Turquia, aprovaram uma "declaração trilateral", em que de par com um apelo aos sérvios, para

aprovação do documento do "grupo de contacto", defendem que a sua recusa deverá implicar o fim imediato do embargo de armamentos.

Discursando em Pale, em véspera do debate sobre o plano internacional de paz, o líder sérvio da Bósnia, Radovan Karadzic, referiu-se directamente à possibilidade de escalada de guerra, afirmando: "Se não aceitarmos o plano, devemos contar certamente com a intensificação da guerra e depois com o alastramento da guerra para lá das nossas fronteiras". Karadzic defendeu ainda que, nessa hipótese, se deveria "declarar o estado de guerra, convertermo-nos para uma economia de guerra e mobilizar todo o povo".

Sábado passado, o plano foi aprovado pelos croatas da Bósnia, e na tarde de segunda pelos muçulmanos bósnios, abrindo caminho ao "sim" por



Múltiplas lutas têm marcado a vida da Alemanha nestes últimos meses. Na foto, manifestação dos trabalhadores da função pública, em Hanover

ximos anos. Serão proibidos os despedimentos de trabalhadores com mais de 40 anos de idade ou que trabalhem nos Correios há mais de 15 anos.

Foram elaborados acordos salariais para o período de transição e tomadas medidas para que os trabalhadores tenham voz na gestão das empresas dos Correios.

Entretanto, e apesar das garantias alcançadas com a

sua luta, surgiram novas razões de preocupação para os carteiros. Em 28 de Junho, o Bundestag (Parlamento) aprovou os planos de Kohl para a privatização dos Correios por uma maioria de dois terços. Para essa maioria contaram de forma decisiva os votos de 90 deputados do Partido social-democrata (SPD). Outros 70 deputados do SPD votaram contra.

parte da assembleia da Federação Croata-Muçulmana - frágil estrutura criada com o apoio dos EUA, e que continua a ser abalada por tensões étnicas que subsistem em muitas regiões.

Com os sérvios da Bósnia, a incerteza mantém-se até ao fim. De par da contestação da divisão territorial, os dirigentes políticos sérvios da Bósnia pretendiam uma maior especificação do estatuto dos futuros territórios que irão ficar sob o controlo das partes hoje em conflito. Concretamente a possibilidade de estabelecer laços confederais com a Sérvia, à semelhança do que já está previsto com a federação

croata-muçulmana em relação à Croácia.

Por outro lado, continuam a surgir denúncias da utilização de uma outra "arma" desta guerra - a "limpeza étnica". O último acordo de prolongamento das tréguas (nunca inteiramente respeitadas) referia a necessidade de verificar informações que apontavam para a expulsão de não-sérvios da região de Banja Luka, no noroeste da Bósnia.

Entre a guerra e os planos de partilha, vão-se entretanto movendo interesses internos e externos, de poder e domínio, na verdade alheios às necessidades mais profundas das populações da Bósnia.

Rectificação

Por evidente lapso, o número de deputados do PAICG, referido em artigo sobre a Guiné-Bissau, no último "Avante!", vinha reduzido a 4... O número real - correspondendo a 39,3% dos votos - é de 64.

Ruanda

Novo governo toma posse num país devastado pela guerra



A guerra provocou uma enorme onda de refugiados

Um novo presidente da República e um governo de unidade nacional tomaram posse esta semana em Kigali, capital do Ruanda. Um primeiro passo na urgente solução política de uma crise para que, nas palavras da alta comissão das Nações Unidas para os Refugiados, a japonesa Sadako Ogata, "não há solução humanitária".

Este novo governo - constituído na sequência da vitória da Frente Patriótica Ruandesa (FPR), que levou à queda do que restava do regime ditatorial de Juvénal Habyarimana,

conforme fora decidido quando dos acordos de paz o ano passado assinados em Arusha, na Tanzânia.

Engloba representantes de diferentes partidos e forças polí-

"A intervenção francesa tornou a situação ainda mais complexa. Uma das suas primeiras consequências foi bloquear a acção no terreno de numerosas organizações não governamentais (ONG)"

SOS - Racismo (França)

morto em 6 de Abril numa acção de sabotagem atribuída aos ultra do seu próprio movimento - tem como primeiro-ministro Faustin Twagiramungu,

com preponderância para a FPR -, excluindo o Movimento Revolucionário Nacional para o Desenvolvimento (MRND), de Habyarimana.

Tanto o actual primeiro-ministro como o novo presidente da República são de origem hutu, num claro esforço de criar confiança e equilíbrio, num quadro em que têm vindo a ser brutalmente exacerbados conflitos a que se pretende dar uma coloração étnica.

Na verdade, hutus e tutsis falam a mesma língua, apenas os separando diferenças no plano da actividade económica (camponeses hutus e pastores tutsis) e no curso da própria história. Diferenças outrora exploradas pelo colonizador e recentemente pelo regime de Habyarimana.

O novo quadro político afirma-se entretanto numa situação caótica e profundamente dramática.

O chefe da delegação do Comité Internacional da Cruz Vermelha (CICR) em Kigali, Philippe Gaillard, de regresso a Genebra, afirmou que o número de mortos no Ruanda deve andar já por um milhão. Disse ainda que se calcula em cerca de três milhões o número de ruandeses completamente dependentes de auxílio externo, dos quais dois milhões vivem neste momento fora das suas terras, e cerca de 700 mil refugiados, que entretanto passaram as fronteiras, fugindo do país.

De par da situação de guerra, os milicianos do antigo regime terão contribuído para o pânico que levou a uma fuga em massa. Alguns cálculos indicam que, na última semana, mais de um milhão de pessoas - o que corresponde a um sétimo da população deste pequeno país - teria passado para território zaireense. Segundo o Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados - e as fotografias entretanto divulgadas parecem confirmá-lo -, a fuga em massa assume mesmo a forma de "uma vaga humana com 25 quilómetros de comprimento".

O Programa Alimentar Mundial (PAM), das Nações Unidas, disse já que serão necessários cerca de 12,5 milhões de contos da comunidade internacional, em alimentos, para que não se aprofunde mais ainda uma crise humanitária de proporções inimagináveis.

Neste quadro, o papel desempenhado pela França - e apresentado como humanitário - antes surge como uma tentativa de não perder pé na política africana (a França apoiava o regime de Habyarimana).

Múltiplas foram as críticas a esse posicionamento.

Numa carta enviada ao presidente François Mitterrand, a organização americana de direitos humanos, Human Rights Watch, denunciou que a zona actualmente ocupada ainda por tropas francesas, "abriga" também militares "responsáveis de genocídio e de crimes contra a humanidade".

A existência desta zona permitiu entretanto às forças fiéis à ditadura reagruparem-se e protegerem-se dos soldados da FPR. Uma realidade que poderá gerar ainda mais conflitos num quadro de enorme instabilidade.

infantil - apesar de divergências entre os seus membros sobre os progressos feitos nos últimos meses por Bagdad na cooperação com a ONU.

"Na ausência de um acordo entre os quinze membros do Conselho de Segurança sobre uma fórmula susceptível de expressar uma posição conjunta relativa ao comportamento do governo de Bagdad, o embargo multiforme imposto ao Iraque em Agosto de 1990 foi automaticamente reconduzido", explicou o presidente em exercício do Conselho, Jamsheed Marker, do Paquistão, no final da reunião.

O Conselho de Segurança reexamina em cada dois meses o regime das sanções contra o Iraque, imposto há quatro anos na sequência da invasão do Kuwait pelas tropas iraquianas.

Itália

O primeiro-ministro Berlusconi afirmou, em entrevista para a cadeia de televisão TG4, um dos seus três canais privados de televisão, estar disposto a que o contestado decreto-lei que exime da prisão preventiva os implicados em delitos contra a administração, fortemente criticado pela magistratura italiana, seja modificado, "sempre e quando o seu sentido não seja deturpado".

As declarações públicas do primeiro-ministro italiano foram proferidas num dia de grande tensão política no país, situação que provocou uma desvalorização da lira, a unidade monetária transalpina, face ao marco alemão, e a perdas acentuadas das cotações dos títulos negociados na Bolsa de Valores de Milão.

Este decreto permitiu já libertar mais de uma centena de empresários e políticos suspeitos de corrupção agravada. A reacção da opinião pública foi muito forte. Os magistrados envolvidos na operação "Mãos Limpas", que revelou a envergadura da corrupção ao nível do poder, anunciaram no dia seguinte os seus pedidos de demissão.

Palestina

Israelitas e palestinianos iniciaram, no Cairo, uma nova sessão de negociações visando o alargamento da autonomia na Cisjordânia. O processo negocial prossegue, assim, apesar dos dramáticos acontecimentos em Gaza, em que dois palestinianos foram mortos.

A delegação palestiniana é dirigida por Nabil Kassis, membro do grupo palestiniano às negociações de paz bilaterais de Washington.

Para além da extensão da autonomia palestiniana, esta nova fase de negociações israelo-palestinianas deve abordar as questões deixadas em suspenso, nomeadamente a da libertação de todos os prisioneiros palestinianos, confiadas a um comité de segurança.

As negociações devem versar, numa etapa posterior, a eleição de um Conselho de Autonomia na Faixa de Gaza e na Cisjordânia.

Haiti

Os planos e os desmentidos de uma intervenção militar

Cresce a tensão em torno do Haiti. Nos Estados Unidos - apesar dos desmentidos oficiais - fala-se insistentemente de preparativos para uma intervenção militar com o objectivo de afastar do poder a junta militar e "reestabelecer a democracia". Uma operação polémica, cujos objectivos serão entretanto diversos dos oficialmente admitidos.

O vice-presidente dos Estados Unidos, Al Gore, declarou estes dias que uma intervenção armada no Haiti, para derrubar o regime militar "não está certamente iminente" e garantiu que, antes de qualquer opção militar, a administração norte-americana iria avaliar o impacto das sanções internacionais contra o Haiti.

Por razões diversas, e mesmo opostas, diferentes sectores têm-se posicionado contra uma intervenção armada. As linhas de clivagem passam nomeadamente pelo Senado norte-americano, que estes dias rejeitou uma proposta do chefe da minoria republicana para a constituição de uma comissão para examinar a situação no Haiti (situação que dificilmente poderá oferecer dúvidas a alguém, face à fuga, nas mais precárias condições, de dezenas de milhar de pessoas).

Os últimos desmentidos da eminência de uma intervenção militar surgem após declarações, em Washington, de que "nenhuma hipótese" estava excluída, na sequência da decisão da junta militar de expulsar do país os 120 observadores das Nações Unidas e da Organização dos Estados Americanos (OEA).

Entretanto, o "New York Times" divulga aspectos dos preparativos do Pentágono para qualquer eventualidade.

Segundo o diário norte-americano, as manobras militares no sudeste dos EUA e no golfo do México, em que têm participado tropas de elite, enquadram-se nestes preparativos.

Um plano de invasão estaria já elaborado, prevendo-se a participação de 20.000 homens, de que a primeira tarefa seria ocupar os portos e aeroportos do Haiti. Outro facto significativo: entre os 2.000 marines recentemente enviados para o largo do Haiti - oficialmente para preparar uma eventual evacuação de cidadãos norte-americanos - contam-se homens preparados para "operações especiais".

Tudo parece assim estar pronto. Mas quais os reais objectivos de uma operação como esta?

De referir, antes do mais, o assumido protagonismo dos EUA. De facto, os EUA colocam como condição a uma significativa participação da sua parte numa força de manutenção da Paz da ONU - na sequência do afastamento da junta militar - que essas tropas fiquem sob comando americano. E a embaixadora dos EUA na ONU, Madeleine Albright, assegurou entretanto que uma dezena de países já se comprometera a contribuir com dois mil a quatro mil homens para participar, ao lado das tropas norte-americanas, nessa missão de manutenção da Paz.

Neste contexto, assumem um cunho preocupante as palavras de William Gray, con-

selheiro especial de Bill Clinton para o Haiti, quando declarou em Manágua que, se o padre Jean-Bertrand Aristide (presidente eleito afastado do poder pela junta militar) não queria uma intervenção armada, "isso significa que não pretende fazer parte de um novo governo democrático".

Entretanto, prossegue o interminável fluxo de refugiados - os muitos que tentam escapar à miséria e à repressão - e que a América recusa receber.

Apenas no espaço de um mês, desde meados de Junho, foram mais de vinte mil os refugiados interceptados no mar por barcos norte-americanos, que lhes barram o acesso aos EUA, e os levam para a base militar de Guantanamo, em território cubano, ou para diferentes países da região.



Os trabalhadores e a Constituição de Abril

O que é marcante na actualidade política do país é o descontentamento, o protesto e a luta de diversos sectores perante a política do Governo do PSD.

Sendo natural que nesta situação o destaque vá para as acções dos trabalhadores que reagem à destruição e desactivação do aparelho produtivo, aos despedimentos e à ofensiva aos seus direitos, não são menos significativas as manifestações de descontentamento das populações, dos agricultores, dos produtores de leite e de outras camadas sociais atingidas nos seus interesses e aspirações.

O desemprego crescente e a tremenda pressão sobre quem tem emprego, nalgumas regiões e em muitas empresas estão a criar situações dramáticas que reclamam respostas concretas e soluções concretas e a exigir urgentemente uma nova política.

É neste quadro actual de descontentamento, de protesto e de luta, que o PS resolve deslocar as questões centrais da vida nacional, dando prioridade e urgência à revisão da Constituição de Abril.

Se as declarações dos principais dirigentes do PS quanto à substância da revisão já levantavam preocupações, o tempo e o ritmo em que a querem concretizar fazem aumentar fundadas inquietações. Por sua vontade, em três meses apresentavam-se projectos, discutiam-se e votavam-se como se se estivesse a tratar de um despacho ou portaria. E a fobia era tanta que, perante a duvidosa legitimidade da abertura do processo de revisão ordinária da Constituição, Guterres disponibilizou os seus deputados para, se necessário, formar uma maioria de 4/5. O que faz correr o PS?

As duas revisões anteriores demoraram 16 e 19 meses, respectivamente. A sangria desatada a que o PS se propõe traz no bojo a má consciência do inevitável conluio com a direita e a tentativa de fuga à consequente penalização nas eleições legislativas de 95 acreditando na memória curta das pessoas.

Contas são contas! Com a actual composição da Assembleia da República, os tempos, os ritmos e as alterações terão sempre de ter o aval da direita.

O PS, na sua sofreguidão de alcançar na secretaria o que não consegue no terreno da luta eleitoral, maltratando o valor da estabilidade da Lei Fundamental, encontrou como estrela polar dos seus objectivos alterar as leis eleitorais e o actual princípio da proporcionalidade, em nome de uma maior participação da sociedade civil e (quem havia de dizer?) da aproximação do deputado ao eleitor.

Quem exerceu o mandato durante quase duas décadas na bancada parlamentar do PCP que sempre privilegiou o contacto com os trabalhadores e as populações, que tantas vezes procurou na tribuna da Assembleia da República transmitir o pulso da vida e as preocupações sociais, não pode deixar de considerar essas declarações de aproximação do deputado ao eleitor como um esconderijo para outros objectivos e uma remata-da hipocrisia.

É que foram (e ainda são) incontáveis as vezes em que se verificou e verifica a indiferença seráfica dos deputados condicionados e amarrados aos ditames dos Governos da altura (fosse PS sozinho, fosse PS-CDS, fosse PS-PSD), perante o exercício do direito de petição e de participação dos cidadãos, dos trabalhadores e das suas organizações representativas.

E quem não se lembra de campanhas eleitorais anteriores para a Assembleia da República onde os que agora proclamam a aproximação dos deputados aos eleitores, transformaram as eleições legislativas em eleições para Primeiro-Ministro, secundarizando, apagando e transformando os candidatos a deputados em "jarrões decorativos"?

E actualmente o Plenário da Assembleia não reúne menos vezes por semana para permitir semanalmente o contacto com os eleitores?

Quisessem realmente os deputados da direita e do PS dar expressão concreta ao princípio constitucional da democracia participada e participativa, aproximarem-se dos eleitores e dar voz aos seus problemas e não necessitariam de mexer ou acrescentar uma vírgula que fosse à Constituição de Abril.

A questão central está na política que é praticada e não no sistema político que a Constituição inscreve.

O que amplos sectores da sociedade portuguesa exigem é outra política e não outra Constituição.

Um outro factor de perturbação e inquietação tem a ver com a Constituição social e laboral.

Aqui o PS sempre dirá aos trabalhadores, aos reformados: Sosseguem! A única proposta de alteração que temos é de carácter positivo.

Será que o Partido Socialista não está a ver que está a meter a raposa no galinheiro?

No momento em que o grande capital procura à escala nacional, comunitária e universal, concretizar uma tremenda ofensiva contra o direito à Segurança Social, à Saúde, contra os direitos individuais e colectivos dos trabalhadores, quando no Conselho da Concertação Social da CIP, com a benção do Governo, apresenta uma proposta de demolição dos direitos laborais, surge o PS a dar uma excelente oportunidade à direita para tentar arredar os obstáculos que a Constituição consagra como direitos fundamentais.

Sabendo-se que qualquer artigo só pode ser revisto desde que sobre ele incidam propostas, correu célere o CDS-PP a transportar

as propostas da CIP para o seu projecto de revisão. Afinal o moderado PP de M. Monteiro destapou a sua face crua e retrógrada no seu velho e permanente ajuste de contas com Abril ao propor a privatização da Segurança Social, da Saúde, a descaracterização do direito à greve e dos direitos sindicais, a fragilização da segurança no emprego e a desconstitucionalização de todos os direitos das comissões de trabalhadores.

O que amplos sectores da sociedade portuguesa exigem é outra política e não outra Constituição.

Sabendo-se que o CDS vale quatro votos, poderia pensar-se que estamos perante a repetição da fábula da rã que um dia quis ser boi. Mas não! Prefere ser a lebre de corrida abrindo o caminho ao PSD.

É a lógica implacável e concertada de quem serve os interesses supremos do privilégio da fortuna e do grande capital, que nas alturas decisivas sabe secundar tal ou tal

contradição resultante do espaço de concorrência eleitoral.

Poderão porventura sossegar os trabalhadores quando um alto responsável da direcção do Partido Socialista vem afirmar que no processo de revisão nenhum artigo será tabu?

Nos acordos e entendimentos do PS com a direita e inclusive nas três revisões constitucionais anteriores, o PSD e o CDS sabem, por experiência própria, que, não ganhando tudo o que pretendem, ganham sempre muito.

O desenvolvimento do processo e a vida dirão se estamos perante um aprendiz de feiticeiro que desencadeia forças que depois não controla, se perante um acto dum partido político que age conscientemente não para afeiçoar mas para fragilizar a Lei Fundamental.

Quem, como os trabalhadores e as suas organizações, trava, com tanta dificuldade mas com tanta determinação, a luta pelos seus direitos, não pode ficar indiferente ao curso do processo que o PS desencadeou.

Mais do que nunca se exige a defesa e o exercício dos direitos que a Constituição garante e consagra. A partir dessa linha de defesa e desse exercício urge criar um amplo movimento de massas, unitário e plural, reunir vontades, envolver e mobilizar os trabalhadores na defesa da Constituição de Abril.

O direito ao emprego, ao salário justo, à greve, à liberdade sindical e das CTs, da protecção social, são pontos de referência e de partida.

Mas para além da dimensão social, saibamos defender a Constituição de Abril e os alicerces que ela sustenta na defesa e existência do regime democrático.



JERÓNIMO DE SOUSA
Membro da Comissão Política



Timor nas Nações Unidas

■ Miguel Urbano Rodrigues

Indonésia apresenta colaboracionistas no Comité de Descolonização

A confissão do embaixador Patrick Moynihan

Timor não existe para a quase totalidade dos americanos. Com excepção do *New York Times* e do *Washington Post*, os grandes diários não publicam notícias (e menos ainda textos de opinião) sobre a ilha martirizada. As cadeias de televisão desconhecem o território e o tema.

Fiz um teste. No Metropolitan Museum of Art de Nova Iorque perguntei a três visitantes o que significava para eles a palavra Timor. Coloquei a questão numa das salas dedicadas às culturas do Sudeste Asiático. Dois responderam desconhecer o significado do vocábulo. O terceiro sabia que perto da Austrália há uma ilha com esse nome, mas não foi além da localização. Eram intelectuais.

O prólogo serve para esclarecer que esperava pouco do debate anual sobre a questão de Timor-Leste, nos dias 13 e 14 de Julho. Não diferiu muito dos anteriores. Cumpriu-se a agenda. O que foi dito no Comité Especial para a Descolonização não ultrapassou as paredes do edifício das Nações Unidas. A opinião pública norte-americana estava tão absorvida pelas peripécias do crime cometido pelo desportista Simpson (um ídolo nacional que assassinou a mulher e o amante dela) que nem conseguia encontrar tempo mínimo para acompanhar sequer o debate travado no Congresso sobre a eventualidade da intervenção militar no Haiti...



No cumprimento de uma rotina, o representante da Indonésia tentou, logo na abertura, inviabilizar a audição dos peticionários, alegando que a sessão carecia de sentido, pois Timor-Leste se tornou há muito província da Indonésia por vontade dos seus habitantes que se pronunciaram pela integração, exercendo limpidamente um direito consignado na Carta das Nações Unidas...

O apelo não foi atendido. O presidente do Comité — este ano o embaixador de Cuba — limitou-se a informar que a acta registaria as palavras proferidas pelo porta-voz da Indonésia.

Houve um recorde de intervenções: 28 peticionários. Além dos quatro deputados portugueses (PSD, PS, PCP e CDS) fizeram depoimentos representantes da Amnistia Internacional e de ONGs de diferentes continentes. O embaixador de São Tomé junto das Nações Unidas expressou, em nome dos cinco países africanos lusófonos, a sua solidariedade para com a luta do povo de Timor-Leste pelo seu direito à autodeterminação e independência.

Pela Fretilin, falou José Luís Guterres, e pelo Conselho Nacional da Resistência Maubere, Constâncio Pinto.

Esperava-se que, a exemplo do acontecido em 1993, alguns membros do Comité — em acção coordenada com a delegação indonésia — dirigissem perguntas aos peticionários com o duplo objectivo de defender indirectamente a anexação e de criar uma atmosfera de polémica e tensão.

A diplomacia indonésia, sempre imaginativa, ensaiou, porém, nova tática. Apareceram três peticionários timorenses colaboracionistas. Coube-lhes a tarefa de sustentar as teses de Jacarta. Foram eles: Paulino Gama, membro de uma organização fantasma de direitos humanos e de ex-prisioneiros; Liurai José Martins III; e Francisco Xavier Amaral.

O Liurai, ao que apurei nos corredores do Comité, mal conhece Timor, onde nunca terá residido. Diz ser descendente de reis da Ilha...

Francisco Xavier Amaral, que se apresentou como ex-chefe do governo constituído em Dili após os acontecimentos do Outono de 1975, cometeu o erro de fazer de Portugal e dos portugueses o interlocutor. No seu discurso, o Estado indonésio emergiu como o irmão fraterno cuja intervenção salvou o povo timorense, abrindo-lhe as portas da liberdade e da felicidade.

A palavra *incidente* serviu repetidamente aos integracionistas timorenses para designar o massacre de Santa Cruz, esvaziado do seu significado.

O efeito produzido por essas intervenções encomendadas não correspondeu minimamente à ambição do objectivo. Caíram mal no anfiteatro.

«A traição inspira sempre sentimentos de repulsa», dizia no final da sessão uma senhora inglesa, de Bristol, cujo irmão, um jovem jornalista, foi assassinado pela tropa indonésia.

«Que fazem afinal em Timor-Leste os 30 000 soldados do exército de ocupação?» — perguntava, em desabafo irónico, um activista canadiano dos direitos humanos.

Em consequência do elevado número de peticionários, as intervenções da delegação indonésia e da portuguesa foram adiadas para o dia 14 de Julho, quando já eram conhecidos em Nova Iorque, através das agências noticiosas, os actos de barbárie praticados horas antes em Dili pelas forças de ocupação indonésias.

O representante de Jacarta recorreu às falas mansas; o momento era mau.

O porta-voz do Governo português, o ministro Conselheiro Quartín dos Santos, após proceder ao inventário da situação de impasse criada pela intransigência indonésia, concluiu a sua intervenção com um protesto sobre a conduta das autoridades indonésias, responsabilizando-as pelas acções de violência e descalotes contra a Igreja.

É de registar e lamentar que os *media* nova-iorquinos não tenham sequer noticiado a nova demonstração prática da *Pax Indonésia* apresentada em Dili no dia em que o Comité dos Vinte e Quatro discutia nas Nações Unidas a questão de Timor-Leste.

Na intervenção que fez como peticionário — representando o Grupo Parlamentar do PCP na Assembleia da República — perante o Comité dos 24, o deputado Miguel Urbano Rodrigues recordou que o Governo da Indonésia continua a desenvolver em Timor-Leste uma política que despreza os compromissos por ele assumidos na Comissão dos Direitos do Homem. Depois de sublinhar o significado da Conferência de Manila, fez votos para que o projecto de uma Conferência similar na Malásia se concretize não obstante as pressões de Jacarta para inviabilizar a iniciativa. Prosseguindo, criticou o apoio permanente que os EUA têm concedido à política timorense da ditadura indonésia. Reproduzimos, a seguir, passagens da parte final da intervenção:



«Outro aspecto para o qual me permito chamar a atenção do Comité é o das complicitades que permitiram à República da Indonésia criar uma situação que impede o povo de Timor-Leste de exercer o seu direito à autodeterminação e à independência. Sem o apoio ilegítimo

de algumas das grandes potências industrializadas e de poderosas empresas transnacionais, a Indonésia — repito — não poderia persistir na sua política de intransigência, desafiando princípios de Direito Internacional universalmente aceites.

(...) Alguns governos, entre os quais os dos EUA, do Japão, do Reino Unido, da Austrália, apoiam de maneira directa ou indirecta o regime ditatorial do general Suharto, ou seja, a política do império javanês.

Na semana passada, organizações ligadas à defesa dos direitos do homem promoveram em Paris, em frente do Banco Mundial, uma manifestação para protestar precisamente contra o apoio financeiro a Jacarta dos países do Grupo Consultivo pró-Indonésia. Motivo: a Indonésia recebeu, em 1993, sob a forma de investimentos e de diferentes tipos de ajuda, mais de cinco mil e cem milhões de dólares e este ano espera-se que essa ajuda aumente. Na realidade, estamos perante um prémio atribuído a um país cujo regime desafia princípios e valores considerados essenciais pelas democracias ocidentais.

(...) O apoio do governo norte-americano à Indonésia é, entre todos, o mais importante, o mais escandaloso, o mais imoral.

O Relatório do Departamento de Estado sobre a situação na Indonésia, relativo a 1994, é um documento muito útil para clarificar con-

tradições da política externa da potência que pretende estabelecer uma nova ordem internacional. Esse relatório, depois de salientar que a economia indonésia dá provas de um grande dinamismo, apresenta um panorama terrível do regime: corrupção, autocracia, nepotismo, tortura, guerrilha em Timor-Leste, no Irian Jaya, em Aceh, e opressão das minorias.

As muitas referências do Relatório a Timor-Leste trazem-nos a confirmação oficial: Washington reconhece que o arbítrio é a lei em Dili e que o julgamento de Xanana Gusmão foi uma farsa judicial.

O Departamento de Estado confessa saber quase tudo o que se passa em Timor-Leste. Entretanto, os EUA consideram um *facto consumado* a anexação do Território pela Indonésia, assumindo assim uma posição de desafio às Resoluções das Nações Unidas sobre o problema.

(...) Essa política vem de longe e a verdade não deve ser escondida. Os EUA encorajaram e apoiaram a invasão de Timor-Leste fechando os olhos ao genocídio posterior à ocupação do território. A evidência é recordada em

pormenor no prefácio que Noam Chomsky escreveu para o livro «Amanhã em Dili», de Ramos Horta. Chomsky lembra concretamente que o presidente Gerald Ford e Henry Kissinger foram a Jacarta em Dezembro de 1975 para dar o sinal verde à invasão.

O embaixador Patrick Moynihan, num telegrama enviado a 23 de Janeiro ao secretário de Estado Kissinger, afirma ter cumprido bem a sua tarefa secreta. «Os EUA — escreveu nas suas Memórias — quiseram que as coisas corressesem como correram e trabalharam com esse objectivo. O Departamento de Estado quis que a ONU fosse totalmente ineficaz no que se refere a quaisquer medidas a serem tomadas. Essa tarefa foi-me atribuída e eu executei-a com muito êxito.»

(...) O jornalista americano Roy Nordland, Prémio Pulitzer, após uma visita a Dili, resumiu a tragédia do povo maubere numa manchete do seu jornal: «Timor continua a ser uma terra de fome, miséria e opressão.»

Tem razão. Devemos, porém, evitar confundir as coisas. É preciso separar a ditadura javanesa do general Suharto do povo indonésio, o qual merece o nosso respeito. Da mesma forma, a complicitade do governo americano com o governo de Jacarta não é da responsabilidade do povo dos EUA. Presto, aliás, aqui, a minha homenagem à atitude solidária dos grandes jornais norte-americanos, o *New York Times* e o *Washington Post*, com a luta do povo de Timor-Leste pela sua autodeterminação.

Todas as agressões imperialistas devem ser condenadas. Incluo-me entre aqueles que acreditam que o povo de Timor-Leste será livre um dia e alcançará a meta pela qual se tem batido com tenacidade e heroísmo ao longo de mais de 18 anos de ocupação e terror. Espero, o povo português espera, que este Comité Especial de Descolonização das Nações Unidas possa contribuir para que esse dia chegue o mais cedo possível.»

■ Manoel
de Lencastre

Todos pela vitória!

Eram tempestuosos os dias e os minutos, as horas; e dolorosas, feitas de mil profundos golpes, as noites da invasão. Doidamente, os «panzers» ganhavam centenas de quilómetros e o Exército Vermelho recuava para as áreas de Smolensk e Moscovo pressentindo que aí se organizariam as suas últimas linhas de defesa. As fortificações na periferia de Minsk haviam já cedido e Kiev, na opinião de Stalin, teria de ser defendida fosse a que preço fosse. Mas a ameaça do «Grupo de Exércitos Centro» sobre Smolensk parecia óbvia. Isto acontecia a menos de uma semana do começo da invasão maldita. E nos territórios rapidamente capturados pelos nazis, os povos, que tinha aprendido a conhecer, mesmo de maneira fragmentada, aspectos da vida no socialismo que lhes abriam os olhos para um futuro sempre melhor, confrontavam, agora, os novos fantasmas do velho sistema.

Crescia a ansiedade no Kremlin. Resistir em Kiev tornara-se tarefa prioritária. Mas o inimigo avançava, também, sobre Leninegrado. Nervosamente, surgiam medidas para o estabelecimento de novas linhas defensivas empregando os 13º, 19º, 20º, 21º, 22º exércitos nas zonas do Dvina ocidental, Polotsk, Vitebsk, Orsha, Mogilev, Mozyr e, mais à retaguarda, através de Selizarovo, Smolensk, Roslavl, Comel, com o 24º e o 28º exércitos da Reserva do Alto Comando. Dias depois, formar-se-ia a Frente de Reserva com os 24º, 31º, 32º, 33º, 34º e 43º exércitos ocupando posições entre Rzhev e Vyazma. A «Stavka»¹, órgão supremo soviético de direcção da guerra a que presidia Timochenko, Comissário da Defesa, mas de que Stalin fazia parte, igualmente, já concluiu que, após Smolensk, Moscovo passaria a constituir o alvo principal da «Wehrmacht».

Pavlov e Klimovskik

E assim, a 27 de Junho, o General Klimovskik, Chefe do Estado-Maior da Frente Ocidental, recebia ordens formais para tentar localizar todas as unidades dispersas com vista a poder reorganizar as suas forças na zona dessa Frente, explicando-lhes a situação real e extremamente perigosa que o Exército Vermelho atravessava. Aquele general foi também instruído no sentido de operar a retirada das suas tropas principais para a retaguarda das zonas fortificadas de Lepal, Polonsk, Minsk, e para as florestas de Gluss, apoiando-se sobre Bobruisk.

Mas as primeiras linhas das forças mecanizadas hitlerianas avançavam a grande velocidade sobre Minsk e Bobruisk, e Jukov pensou que a distância que ficava entre estas e a respectiva infantaria que marchava consideravelmente atrasada, deixava a Klimovskik a possibilidade soberana de organizar um poderoso contra-ataque à retaguarda dos «panzers». A 28, contudo, Klimovskik informava:

«Para-quedistas nazis desceram na zona de Misk-Smolevichi. A aviação inimiga tem estado a bombardear o centro ferroviário de Borisov-Orsha durante todo o dia. Não sei onde pára o 3º exército, mas Baronovichi, Bobruisk e Pukovichi ainda não estão ocupadas.»

Com extrema frieza e perfeitamente desolado, o Chefe do Estado Maior soviético, Jukov, perguntou: «O que quer você dizer com essa expressão: "ainda não estão ocupadas"?»

«Quero dizer» respondeu Klimovskik «que esperamos que venham a sê-lo dentro de horas».

Com efeito, ao cair da noite, as forças motorizadas soviéticas que restavam na zona de Minsk abandonavam a cidade e

uma atmosfera assustadora, quase irreal, caía sobre a capital da Biel-rússia enquanto as primeiras unidades «panzer» chegavam e, na rádio, aqueles que não tinham fugido só ouviam falar alemão.

Enquanto isso, os céus de Moscovo viam aumentar em número e em intensidade os «raids» da «Luftwaffe» cujos objectivos consistiam na eliminação do parque industrial estabelecido na área, na paralisação da vida normal da capital soviética, no enfraquecimento moral da população. Mas a perda de Misk provocara em Stalin um acesso de fúria que, de algum modo, se justificava, visto que o General Pavlov, comandante da Frente

Ocidental parecia não compreender o que se estava a passar. A rádio de Berlim anunciava que tropas do «Grupo de exércitos Centro» haviam cercado dois exércitos soviéticos, a leste de Belostok. «E porquê?», perguntava o Alto-Comando do Exército Vermelho. «Porque não se tentou fazer a ligação com essas tropas dispersas? Por onde anda Kulik? Você, Pavlov, não pode permitir que o inimigo se acerque das forças que estamos a concentrar na zona de Orsha-Mogilev-Zlobin-Rogachev. Que está acontecendo em Bobruisk?»



A 30 de Junho de 1941, Stalin ordenou a Jukov a imediata chamada de Pavlov a Moscovo. «O homem», disse Georgi Jukov, «não parecia o mesmo que conheci, há anos, e tinha completamente envelhecido ao fim de oito dias de guerra». Pavlov com Klimovskik seu Chefe de Estado-Maior, Grigoriev, general-chefe do sector de comunicações da Frente Ocidental, Klich, comandante da arma de artilharia da mesma Frente e outros oficiais generais, viram-se rapidamente apresentados a Conselho de Guerra. A referida Frente, entretanto, recebia na pessoa de Timochenko, Comissário da Defesa e presidente da «Stavka», um novo comandante enquanto o tenente-general Ieremenko assumia as funções de chefe do Estado-Maior, em substituição do infeliz Klimovskik.

Minsk conhece a «Nova Ordem»

Minsk, agora, travava conhecimento rápido com o seu novo destino. Forças nazis entravam na cidade em cadência monótona, interminável. A «nova ordem» dos fascistas ia ser estabelecida na primeira grande cidade soviética capturada. A 30 de Junho, os tentáculos assassinos da Gestapo e de forças SS apresentavam-se perante o enfraquecido povo da cidade ao mesmo tempo que se constituíam unidades de polícia entre os traidores que se apresentavam aos nazis para obedecer-lhes e servi-los. Em toda a parte existe gente assim. Estes queriam abraçar a «nova ordem» onde se desonravam os esforços e as glórias da Revolução de Outubro, onde se castigavam e aniquilavam patriotas e, pela mão cruel e assassina do inimigo, se reorganizavam os velhos privilégios. E a caça aos comunistas começou. Quem são? Onde se escondem? Para onde fugiram? Raivosos, os criminosos trãsfugas apontavam: aquele!, aquele!, aquela!, aquela! — eis os comunistas! A força e os pelotões de fuzilamento iam começar a tornar-se normalidade na nova Minsk

Na Frente Ocidental-Norte, a situação continuava a ameaçar o descalabro. Tendo sofrido perdas consideráveis, os 8º e 11º exércitos soviéticos recuavam em todas as direcções e tornava-se difícil reunir forças para a defesa da área Pskov-Leninegrado. Os nazis haviam penetrado a região do Dvina ocidental e, apesar dos heróicos sacrifícios do 21º Corpo de forças motorizadas soviéticas, o quadro das acções de guerra começava a tornar-se crítico tendo aquela

formação tido de passar à defensiva e acabando por incorporar-se no 27º exército que o major-general Berzarin² comandava. Mas, a 2 de Julho, face à intensa pressão dos assaltos inimigos, também aquele exército começava a recuar. Stalin, nomeado Vatutin para o lugar de Chefe do Estado-Maior da Frente Norte-Occidental, procurava dar resposta a situações incontroláveis através de simples alterações nos comandos. Porém, as tropas achavam-se desmoralizadas depois de haverem sustentado furiosas batalhas através de zonas de combate de enormes dimensões.

O Comité Central do Partido Comunista ordenara a mobilização de todos os membros do Partido, incluindo os da Juventude Comunista (Komsomol) para as fileiras das Forças Armadas e, principalmente, para o Exército Vermelho. Os comunistas não desempenhavam apenas o papel de combatentes. Eram soldados políticos, de cuja acção se esperava o esclarecimento das tropas, dados os sacrifícios que a Pátria soviética exigia; seriam os primeiros a dar-se à luta nas grandes batalhas que se anteviam. Dos comunistas, deveriam partir os mais elevados exemplos. A 3 de Julho, em mensagem a todos os povos da URSS, Stalin explicou a situação em todas as frentes de combate e preveniu da necessidade de reajustar a vida e a economia do país para poder fazer-se frente ao esforço de guerra contra um inimigo que qualificou como feroz, traiçoeiro e selvagem.

«Todos para a frente de batalha! Todos pela vitória!» — eis a

palavra de ordem essencial do Partido naquele grave momento da história ainda curta da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas.

A situação militar, todavia, tornava-se cada vez mais desesperada. Começavam a esclarecer-se as condições que apontavam para o travar próximo de uma grande batalha pela antiga cidade de Smolensk — a mesma que fizera frente a Napoleão. O drama terrível da URSS adensava-se.

¹ Membros da «Stavka»: Timochenko, Jukov, Stalin, Molotov, Vorochilov, Budienny, Kuznetsov, Chapochnikov.

² O mesmo que, em 1945, entraria em Berlim à frente do heróico 5º exército da 1ª Frente bielo-russa, e ocuparia o cargo de comandante soviético na capital do Reich.

A Alemanha é um Estado confessional?

■ Rui Paz

Para um observador pouco atento, a República Federal da Alemanha, devido ao seu poderio económico, ao desenvolvimento dos meios de produção e à organização política pluripartidária, pode parecer à primeira vista um Estado parlamentar de tipo laico. No entanto, esta primeira impressão encobre uma realidade mais profunda, nomeadamente pelo seu carácter acentuadamente confessional. Nenhum outro Estado europeu, exceptuando evidentemente o Vaticano, apresenta uma simbiose tão profunda entre a organização do Estado e da Igreja como a RFA. De uma forma ainda mais acentuada do que na Itália, em Portugal e na Espanha fascistas, os cidadãos alemães ou os estrangeiros que vivem na RFA são obrigados, através de uma rede complexa de estatutos jurídicos, influências económicas e hábitos sociais, a considerar a religião cristã e as suas duas principais igrejas, a católica e a evangélica, praticamente como igrejas oficiais do Estado.

O imposto da Igreja (Kirchensteuer)

O peso do confessionalismo no Estado alemão está bem expresso, em comparação com outros Estados europeus, no elevado número de dirigentes políticos, presidentes, ministros, deputados, e outros funcionários do Estado ligados directamente à Igreja pela profissão (padres, pastores, teólogos...), ou pelas suas funções em organismos religiosos (presidentes do Comité Central dos Católicos, da Igreja Evangélica, dos congressos das duas igrejas, de comissões especiais...).

Quando, em 1993, a maioria dos deputados do Bunderstag, de acordo com a vontade da maioria esmagadora do povo alemão, aprovou a lei destinada a discriminalizar as mulheres pela interrupção da gravidez, o Tribunal Constitucional recusou a aprovação da mesma lei, intervindo no sentido das posições do Vaticano sobre esta matéria e reduzindo a cinzas a vontade maioritária do povo e dos órgãos por ele democraticamente eleitos.

Entre os múltiplos aspectos visíveis característicos da simbiose entre o Estado e a Igreja na Alemanha avulta no entanto o Imposto da Igreja (Kirchensteuer). Trata-se de um imposto vitalício obrigatório para todas as pessoas baptizadas, exclusivo das igrejas católica e evangélica. Os cidadãos alemães ou os estrangeiros que vivam na Alemanha e professem uma destas duas religiões são obrigados a pagar este imposto mensal ao Estado que o entrega depois exclusivamente àquelas duas igrejas. Para tal, todos os cidadãos residentes na RFA são obrigados a declarar oficialmente qual a religião que professam ou se são ateus. Através deste estratagem, o Estado alemão detém o controlo ideológico dos oitenta milhões de habitantes da RFA, e a Igreja utiliza o poder coercivo do Estado para obrigar todos os crentes a pagar-lhe uma contribuição mensal de 1% sobre todo o rendimento bruto. Quem se recusar a pagar é expulso da respectiva igreja pelos tribunais estatais, os quais obrigam o crente a uma declaração de abandono da mesma (!).

Só este imposto permite à Igreja Católica alemã arrecadar, via Ministério das Finanças, cerca de nove mil milhões de marcos anuais, o equivalente a mais de novecentos milhões de contos.

Como se isto ainda não chegasse, os salários dos bispos de alguns Estados federados, como a Baviera ou o Brandemburgo, são pagos directamente pelo Estado em quantias que atingem várias centenas de milhares de contos anuais saindo este dinheiro como é evidente dos cofres do Estado e por isso dos bolsos e dos impostos de cristãos e não cristãos.

O Estado delegou ainda na Igreja muitas actividades que a ele competiriam e que na Alemanha são extremamente rentáveis, como hospitais, casas de repouso, etc. A Igreja alemã transformou-se assim num dos principais e influentes patrões, com cerca de dois milhões de empregados. Existem cursos e diplomas em quase todas as universidades e escolas superiores do Estado destinados a preparar determinado grupo de funcionários das igrejas

como por exemplo teólogos ou músicos de igreja (kirchenmusiker).

As igrejas católica e protestante alemãs são assim as mais ricas e poderosas da cristandade com um orçamento superior ao de muitos Estados do Terceiro Mundo e da África onde dominam a miséria e a fome.

Como não podia deixar de ser, a Igreja Católica alemã constitui uma das principais fontes de financiamento do Vaticano, a tal ponto que João Paulo II, aquando da recente nomeação do actual cardeal de Colónia, a diocese mais rica do mundo, rompeu mesmo com os princípios concordatários, desrespeitando a vontade maioritária do cabido, e colocou à frente desta diocese um cardeal extremamente conservador, da sua confiança pessoal.

crístã ocidental, em muitos casos apoiadas abertamente por preladados íntimos da Santa Sé, três bispos católicos, cerca de novecentos padres, religiosos ou religiosas e muitos milhares de cristãos na luta por um mundo sem exploradores nem ditadores. O Papa, nos seus raríssimos e diáfanos apelos em favor de uma maior justiça no mundo, não só nunca citou esses mártires da liberdade, como nunca houve da parte da hierarquia da Igreja Católica a menor acção pública de solidariedade.

O padre Miguel d'Escoto, mais tarde ministro dos Negócios Estrangeiros da Nicarágua libertada, afirmaria: «Enquanto estávamos a ser bombardeados e o mundo inteiro condenava o genocídio perpetrado por Somoza, nunca se ouviu a voz do Vaticano, o que me envergonha.» Mesmo meses depois do derrube da ditadura de Somoza, o Papa nomeava um sobrinho do ditador bispo auxiliar de Manágua, contra os protestos do arce-

bispo da cidade e de quase todos os bispos do país.

A insensibilidade e o desprezo da Curia Romana perante aqueles que dão a vida numa luta por um mundo melhor e não se conformam com a evidência gritante que é a concentração das riquezas do globo nas mãos de uma minoria diminuta e privilegiada, ultrapassa princípios fundamentais da sensibilidade e racionalidade humanas.

O relembrar alguns aspectos da reabilitação do capitalismo na Alemanha, após a derrota do nazismo, e o papel aí desempenhado pelo Vaticano e pela Igreja Católica até aos nossos dias, não pode como é evidente substituir o trabalho científico dos historiadores de darem uma resposta mais profunda ao facto de, no final do século XX, os dirigentes de uma instituição que prega aos seus fiéis o amor ao próximo como uma regra de conduta fundamental, terem como principais aliados, amigos e confidentes os opressores e exploradores da Humanidade.

A grande maioria dos nomes e factos que irão ser expostos encontram-se publicados, entre outros trabalhos, num artigo do jornal alemão «Die Zeit» de 25 de Março de 1994, intitulado «Dunkle Ritter im weissen Gewand» (Cavaleiros negros em vestes brancas).



A esta interdependência entre o Vaticano e o capitalismo alemão não pode ser estranha como é evidente a perseguição movida na América Latina e no Terceiro Mundo aos teólogos defensores da teologia da «Libertação» pelo cardeal alemão Ratzinger, responsável junto do Papa pelo ministério surgido do Santo Ofício. Neste caso, como veremos mais adiante, está-se mesmo em presença de uma cruzada movida pela teologia do «Deutsche Bank» contra a «Teologia da Libertação».

A cruzada da «teologia do Deutsche Bank» contra a «Teologia da Libertação»

Os motivos para a perseguição implacável movida pelo Vaticano e pelo cardeal alemão Ratzinger aos defensores da teologia da libertação só poderão ser compreendidos em toda a sua expressão no dia em que seja possível aos historiadores desvendar todos os aspectos subterrâneos e invisíveis da aliança entre o capital e o Vaticano.

Têm de ser muito fortes o comprometimento, as ligações e os interesses que levam os dirigentes máximos da Igreja Católica, encarregados de gerir uma doutrina religiosa com aspectos humanistas relevantes como o cristianismo, a não pôr em causa o acto primitivo, antidemocrático e desumano, que é a apropriação dos principais meios de produção, por uma mino-

(!) O patronato, sem a colaboração do qual não seria possível recolher este imposto, uma vez que ele é automaticamente retirado dos salários mensais, recusa-se a fazer o mesmo no caso da contribuição sindical, provavelmente para evitar o «totalitarismo», argumento já evocado em Portugal há anos atrás pelo Partido Socialista, com o mesmo objectivo.

(Conclui no próximo número)

■ Pedro Ramos de Almeida

O estado de uma Nação

em perda de identidade, independência e soberania (I)



1. No último meio século, há, entrelaçadamente, duas histórias contraditórias em Portugal.

Há a história do Portugal operário, trabalhador, popular e democrático que carece, anseia e luta pela libertação económica, política, social e cultural; que resiste crescentemente ao fascismo e derrota o salazarismo e o caetanismo; que entremuros e alémfrentes vitoriosamente denuncia, condena, deserta, sabota e subverte a guerra colonial com que o Estado Novo, do grande capital e do poder pessoal terrorista, queria conservar a escravaria, servir o grande capital internacional e preservar o atraso e dependência coloniais e nacionais, que fará desembocar decénios – ou séculos – de descontentamentos, sofrimentos e submissões, de lutas de massas e movimentos resistentes clandestinos, na revolução popular e nacional, civil e armada, de Abril e Maio de 1974. Como também, já quase vinte anos passados, neste período contemporâneo de refluxo nacional – largamente alimentado pela grave crise do campo socialista – criado na sequência da Revolução de Outubro de 1917 e da derrota do eixo nazi-fascista na II Guerra Mundial – renasce hoje em nova resistência: a resistência que se opõe à ofensiva imperialista, cujo objectivo último, no que nos diz respeito, é o de corromper e desmantelar, como Estado e como Nação, o Portugal patriótico que se bate pela independência e democratização do poder; que se aproxima do internacionalismo e enfrenta o cosmopolitismo.

Dialecticamente, necessariamente, há, deste modo, frente a frente com a luta popular e contrariando-a, outra história antagónica que, mais que nunca, parece marcar os nossos dias: a da já tradicional sujeição portuguesa ao capitalismo e ao imperialismo, de predominância e cariz estrangeiros, em que, de uma maneira sempre mais clara e contundente, apoiados por estruturas ditatoriais, ou pelo menos assentes nas vias do autoritarismo governamental, acabaram por se envolver largos sectores da burguesia portuguesa – monopolistas, privilegiados, simplesmente oportunistas, ou até apenas enredadamente desfavorecidos e transviados...

Uma história em que um povo inteiro é dolosamente aprisionado pelos grupos monopolistas dominantes, estrangeiros e portugueses, e manipulado e iludido pelos grandes meios e instituições de comunicação e pressão social.

De facto, o povo português, vítima de séculos de atraso político e social – gerados pela opressão, primeiro senhorial, aristocrática, eclesiástica e monárquica, e depois monopolista e fascista – é agora, sob o avanço imperialista, impelido para a sua própria desintegração, como poder autónomo, como nação e como entidade popular, no mercado e confederação mono-

listas europeus. E isto com a cumplicidade das mesmas classes e grupos sociais que há longas décadas se intitulavam garantes da soberania nacional e perseguiam os que afinal a defendiam...

É o enterro da hipocrisia nacionalista de uma grande burguesia corrupta que, desta feita expressamente, hipoteca a Pátria e a sua autonomia económica e política ao serviço da grande Europa, integrado pela grande Alemanha...

2. O avanço da integração (económica, política e militar) monopolista europeia sobre Portugal tem a sua própria história – internacional, estrangeira e portuguesa.

Mesmo quando muito sintética e cronológica, ela ajuda certamente a expressar melhor as raízes e a densidade da actual ofensiva contra a Nação e o povo portugueses, o Estado e a autonomia política nacionais:

5.VI.1947 – O general Marshall, secretário de Estado norte-americano, apresenta na Universidade de Harvard um «programa de reconstrução europeia». Um ano depois, esse programa será designado por Plano Marshall. As «generosas» dádivas financeiras à Europa capitalista destruída e arruinada converter-se-ão em encomendas aos Estados Unidos e colocá-la-ão na dependência do comércio externo americano (a parte europeia das vendas americanas cresce mais de 50%, em 1947 e 1948). Este «desinteressado» plano de ajuda, conjugado com propostas de difícil recusa de redução das barreiras alfandegárias europeias, facilitará a invasão do velho continente pelo capital americano, que em breve atingirá o volume de 20 a 30% do total do capital investido! Até o Governo de Salazar recusará a primeira parcela da ajuda, relativa a 1948/1949... Depois, claro, servir-se-á doutras...

28.IV.1948 – Salazar, saudado pelos seus quadros militares no Palácio de S. Bento, responde-lhes com o seu habitual anticomunismo («O Ocidente em face da Rússia»). Mas no que se refere à integração europeia, ele próprio dirá: «A ideia de uma Europa federal parece-me fora das possibilidades de realização por muitas razões: mas para já, o que interessa salientar é que se começaria por tirar aos estados europeus uma das principais razões por que através dos tempos tanto se têm sacrificado em guerras – a garantia de os diferentes povos disporem de si mesmos».

Era uma oposição formal entre diferentes cursos ideológicos imperialistas! O próprio nacionalismo cínico

tinha dificuldades em adivinhar o futuro e em reconhecer-se no moderno cosmopolitismo...

4.VI.1949 – Assinatura, em Washington, no Departamento de Estado, do protocolo do Pacto do Atlântico que institui a NATO. Diz o governante americano Dean Acheson a Caeiro da Matta, que representava o Governo de Salazar: «Temos Portugal nos nossos corações»...

18.IV.1951 – Tratado de Paris que cria a Comunidade Europeia do Carvão e do Aço (CECA), compreendendo a Alemanha, a França, a Itália, a Bélgica, a Holanda e o Luxemburgo. Escreve Marcelo Mathias a Salazar: «A panaceia da Europa Unida é o slogan que dá mais rendimentos eleitorais»...

23.X.1954 – É lançada, mas sem qualquer sequência imediata relevante, a União Europeia Ocidental (UEO), organização militar que também engloba a Alemanha e a Itália. Durante decénios será uma simples mesa de encontros ocasionais.

23.III.1957 – Tratados de Roma que criam a CEE, ou Mercado Comum, e a Comunidade Europeia de Energia Atómica (Eurátomo). São assinados, inicialmente, pelos mesmos seis Estados que organizaram a CECA. A CEE começa por ser um projecto de união aduaneira – que pretende alcançar a livre circulação de mercadorias, serviços, capitais e pessoas – servida por uma política económica comum (em planos laboral, fiscal e social).

1.XI.1957 – O próprio Salazar, que prossegue a sua política de enfundamento britânico e atlântico, manifesta aos microfones da Emissora Nacional reservas expressas à CEE: «Não será possível agir de modo que nos fique vedado o desenvolvimento económico exigido pelas necessidades e vida da nossa gente.»

20.XII.1959 – Surge com a Convenção de Estocolmo a Associação Europeia de Comércio Livre (AECL ou EFTA), que engloba a Grã-Bretanha, os seus seguidores ou Estados dependentes (Austria, Dinamarca, Noruega, Portugal, Suécia, Suíça), e que mais tarde terá a adesão da Finlândia. É uma integração limitada a taxas preferenciais e que não abrange – receio inglês – os produtos agrícolas.



Dirá Franco Nogueira: «Toma a Grã-Bretanha sobre si a chefia dos países periféricos». Portugal integra-se, obedientemente, em 30.XII.1959.

1.I.1973 – A Grã-Bretanha, Irlanda e Dinamarca aderem à CEE: é a confirmação do desaire da AECL (ou EFTA), ou seja, da derrota inglesa na competição financeira e política, sobretudo com a Europa da Alemanha e da França.

1.I.1981 – Entrada da Grécia na CEE: Oito anos sobre a adesão britânica...

1984 – Reactiva-se a UEO, mas ainda sob o ascendente da NATO.

1.I.1986 – A Espanha e Portugal são integrados na CEE. E vão passados treze anos sobre a adesão britânica... A concorrência comunitária eleva os prejuízos e reduz os benefícios mais ainda para quem entra tarde – e mal – até por falta de reais exigências de regras de transição adequadas a Estados menos desenvolvidos, como é o caso de Portugal.

17.II.1986 – É assinado no Luxemburgo e em Haia, pelos doze Estados-membros da CEE, o Acto Único Europeu.

O Acto Único tem por objectivo essencial a aceleração da estruturação do mercado interno europeu, «um espaço sem fronteiras» para mercadorias, serviços e também,

claro, principalmente, para a livre circulação de capitais. Para esse objectivo é fixada a data de 31.XII.1992.

A esta aceleração e aproximação das fronteiras dos Estados-nacionais, somar-se-ão: o desaparecimento da exigência de unanimidade no Conselho (substituída por simples maioria qualificada); o reforço dos poderes e atribuições da Comissão e do Parlamento Europeu (os principais órgãos supranacionais); a defesa programática da «coesão económica e social», a alcançar predominantemente graças à acção, fisicamente transformadora, mas socialmente conservadora, dos fundos europeus (FSE, FEDER, FEOGA); o desenvolvimento da cooperação multinacional e imperialista em matéria de política externa, etc., etc.

22.X.1991 – Acordo entre os Estados-membros da AECL e a CEE para a criação do Espaço Económico Europeu (EEE).

7.II.1992 – O Tratado da União Europeia (UE) é assinado pelos doze Estados membros da Comunidade Europeia, na cidade holandesa de Maastricht.

A seguir: O estado de uma Nação e o Tratado da União (monopolista) Europeia (Maastricht) – (II)

As primeiras novidades dos espectáculos

UHF

SÉTIMA
LEGIÃO

COM OS GAITEIROS DE LISBOA

RITUAL TEJO

ALA DOS NAMORADOS

MENINOS D'AVÓ

festa

Avante!

2.3.4
SETEMBRO
ATALAIA • AMORA • SIIXALPESTE
& SIDA

SEPTETO DE

TOMÁS
PIMENTEL

GEOVÁ

NASCIMENTO

HÁ MUITO MAIS!

PARA A SEMANA VAMOS FICAR A SABER TUDO

Espectáculos nos Palcos da Organização de Lisboa

Palco de Lisboa

Sexta

21.00 — Grupo 3 de Abril; 22.00 — Gordilho; 22.30 — Espectáculo Recordar Ary no 20º Aniversário da Revolução de Abril: Mané • Luísa Basto • João Fernando • Nuno Gomes dos Santos • Alberto Albuquerque • Samuel • Banda de Mário Gramaço • Manuel Freire.

Sábado

Tarde de Rock

- 16.00 — Adamastor
- 17.30 — Pagem
- 19.00 — Tropa de Choque
- 21.00 — Lisboa com o

Fado — O Fado com Abril. Grande Maratona de Fado com o Grupo Fado de Abril e muitos convidados, com algumas surpresas.

Domingo

16.00 — Grupo Típico Girassol

COMÍCIO

20.00 — Noite de Música Africana com o Som de África e outras bandas.

Nota — Programa ainda sujeito a alterações.

Café-Concerto

Sexta

19.00 — Bota no Rego (Escola de Samba); 20.00 — Cuba/América Latina (Debate); 22.00 — Grupo Oásis (Música Reggae / Anos 60 / Africana e para dançar).

Sábado

11.00 — Jazz; 14.00 — 20 anos de Abril (Debate) e Histórias d'Abril (Poesia); 15.30 — Mário Fonseca (Música Popular Portuguesa e música dos anos 60); 16.45 — Rogério Gil (Música Popular Portuguesa); 18.00 — Comunicação Social (Debate); 19.00 — Grupo Alentejano (Alandroal); 20.00 — Cantares de Portugal (Braga); 22.00 — Guitarras de Coimbra; 24.00 — Quinteto de Zé-Zé N'gambi (Jazz).

Domingo

14.00 — África do Sul (Debate); 16.00 — Neta de Bibinha Cabral (Música Africana); 18.30 — Juventude da Baía (Escola de Samba); 20.00 — Cantar África com: • Tito Paris • René • Leonel Almeida • Maria Alice • Maria João • Paula Duque • Alcides (Bana Júnior).

Nota — Programa ainda sujeito a alterações.



Corrida da Festa

Regulamento

Escalões

Juniões M/F – Nascidos em 1975/76; Seniores M/F – Nascidos em 1974; Veteranas – Atletas c/35 anos e mais a); Veteranos I – Atletas c/40 anos a); Veteranos II – Atletas c/45 anos a); Veteranos III – Atletas c/50 a 54 anos a); Veteranos IV – Atletas c/55 anos e mais a)
a) No dia da prova

Inscrições

As inscrições serão gratuitas e deverão ser efectuadas entre 25 de Julho e 26 de Agosto de 1994, da seguinte forma:

— Para a Corrida da Festa do «Avante!», Av. António Serpa n.º 26, 2.º Esq. – 1000 LISBOA, das 9.30 às 13.00 horas e das 14.00 às 18.30 horas – Telef. 793 09 73; Fax 7969897.

— A entrega do dorsal, no dia da corrida a partir das 8.00 horas, junto do Campo do Amora.

Atenção: em caso algum serão aceites inscrições no dia da prova.

Abastecimentos

Haverá, nos locais respectivos, abastecimento aos 5 Kms, aos 10 Kms e no final da prova.

Prémios

Estarão em disputa alguns dos seguintes prémios:

Para os vencedores absolutos Femininos e Masculinos:

— Viagem turística à Madeira, com a duração de 3 dias, com alojamento e pequeno-almoço. Válido até finais de Outubro de 1994.

— Troféus ou taças às 15 primeiras equipas.
— Para a classificação colectiva contam os 5 melhores Atletas.

— Troféus ou Taças do 1.º ao 4.º classificado de cada escalão.

— Todos os Atletas que terminarem a prova terão uma entrada gratuita na Festa do «Avante!».

— Até ao 1000.º classificado – camisolas.

Local da entrega dos prémios — 12.30 horas Polidesportivo da Festa do «Avante!».



Promessas para a

Implantação

Painéis alusivos às 7 colinas de Lisboa

Programa Político e Cultural

— Painéis alusivos ao 25 de Abril. Temas: a luta contra o fascismo, as conquistas de Abril, a aliança Povo-MFA, uma nova política.

— Espaço de Solidariedade com Cuba.

— Espaço das comunidades africanas.

— Artesãos.

— Palco Lisboa com «Espectáculo recordar Ary no 20.º Aniversário da Revolução de Abril»,

noite de «Lisboa com o Fado – O Fado com Abril», noite de música africana, Rock e Pop.

— Café, Concerto — com música brasileira, africana, cubana, jazz, etc., debates e poesia.

A Gastronomia

Pastelaria do Oeste

Pastéis de nata

Pastéis de feijão

(confeccionados no momento e com receitas caseiras)

Bodeguita de Oeiras

Prego na pedra

Sandes de carne assada

Cachorros

Bar de Sintra

Carne de porco à Mercês.

Caldo Verde

Pratinhos de camarão

Sandes de carne assada

Cachorros

Bifana saloia

Sandes diversas

Queijaria/Gelataria

Gelados

Queijadas

Fofos

Sandes diversas

• O que algumas do Partido vão

Bar da Amadora

Crema de marisco

Carne assada

Cachorros

Bifanas

Caracóis

Sandes diversas

Restaurante Vila Franca de Xira

Carne de porco à alentejana (6.ª feira)

Caldeirada à fragateira (almoços de sábado e domingo)

Carne estufada (jantar de sábado e domingo)

Vinhos da região



Atalaia (III)

Grelhados de Lisboa

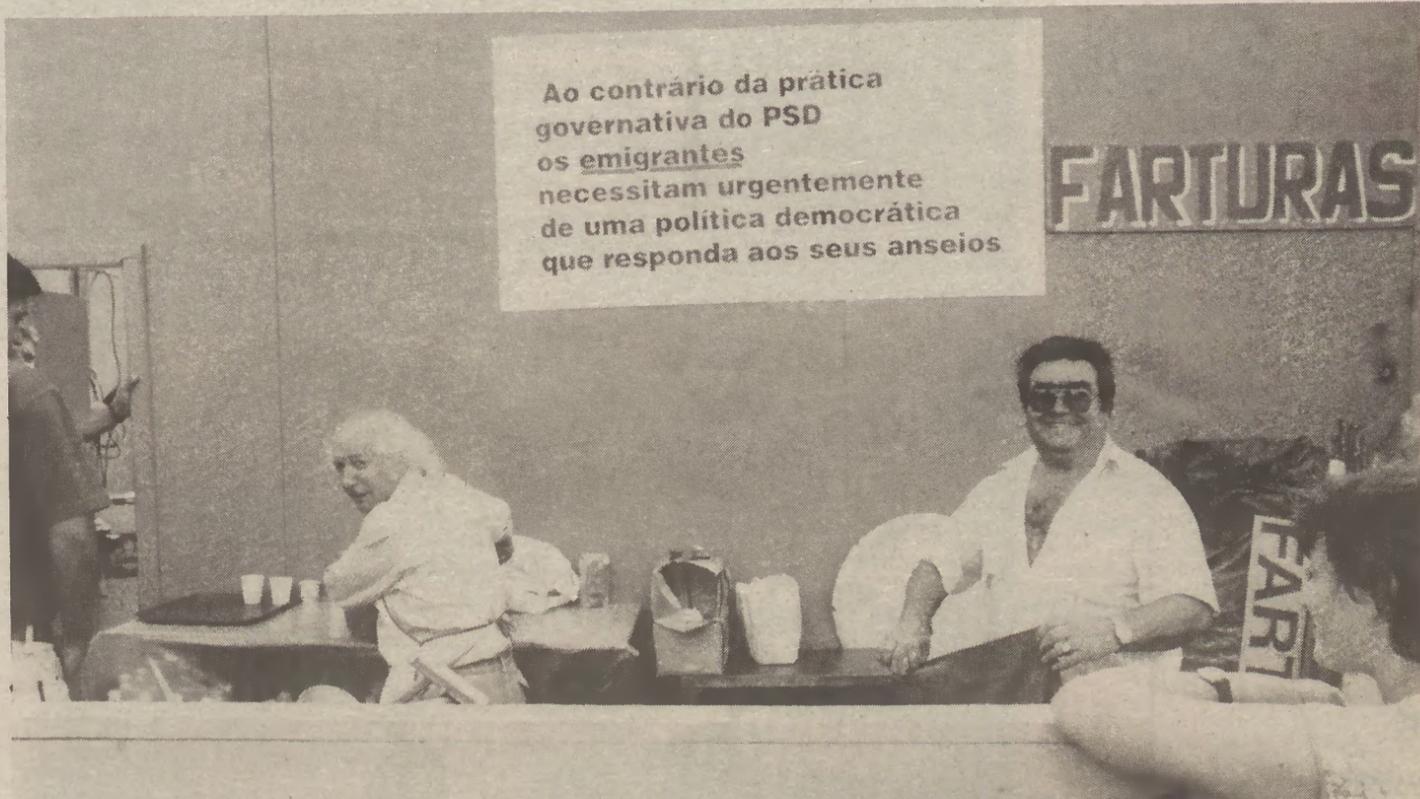
Frango no chorrasco
Espetadas
Entremeada
Morcela assada
Chouriço assado
Bifanas
Hamburguer
Sopa de feijão

Cervejaria Lisboa

Camarão cozido
Caldo de camarão
Salada de Polvo
Pratinhos de moelas
Marisco com arroz (6.ª feira e sábado)
Ensopado de borrego (domingo)

Café-Concerto

- 6.ª feira:
Vaca frita com arroz (prato típico cubano)



Organizações Levar à Festa em Setembro

Moelas estufadas
Mousse de chocolate
- Sábado e domingo:
Caldo verde
Bacalhau à Brás
Cachorros
Bifanas
Sandes diversas
Vinhos de marca

Bar-Tap

Cocktails diversos
Whisky novo e velho
Rum Cubano
Vodkas
Bagaceiras novas e velhas
Sangria

Ginjinha de Lisboa

Ginjinha
Abafado
Outras bebidas espirituosas

Bé-há-bar

Martini's
Whiskeys velhos e novos
Vodka com laranja
Porto
Licores diversos
Café com natas
Pisang Ambon
Gin Tónico
Cuba Livre
Tostas mistas
Bolos variados

Bar de Cascais

Sopa de Cascais
Cachorros
Bifanas
Hamburguers

As vendas

— Pavilhão do artesanato
— Boutique Atalaia

— Pavilhão das bilhas de Sacavém
— Pavilhão do colecionador (medalhística e numismática)
— Produtos agrícolas e vinhos do distrito
— Quermesse
E ainda espectáculos no Palco Lisboa e no Café-Concerto!

Transportes

Vai-vem Amadora/Atalaia — com partidas do Parque Central da Amadora
Horários:
Dia 2 sexta-feira — Amadora das 17.00 às 22.00 h.
— Atalaia das 18.00 à 01.00 h.
Dias 3 e 4 sábado e domingo
— Amadora das 08.00 às 22.00 h.
— Atalaia das 09.00 à 01.00 h.

Preços:
Bilhete Ida — 500\$00
Ida e Volta — 700\$00

Nota — As crianças até aos 12 anos não pagam.

Excursão Cascais-Atalaia

Dias 3 e 4 de Setembro com partida às 08.30 h e regresso às 24.30 e 01.00 horas. Inscrições no CT do PCP.

MADEIRA

A Gastronomia

Arraial Madeirense
Espetada Regional
Came de vinho e alhos
Bolo do caco
Sopa de trigo

Venda de Produtos Regionais

Vinho da Madeira
Poncha
Aguardentes Regionais
Licores Regionais
Bolo de mel
Broas de mel
Rebuçados de funcho
Rebuçados de S. João

O Artesanato

Vimes
Chapéus
Brinquinhos
Bonecos
Embutidos

PORTALEGRE

A Gastronomia

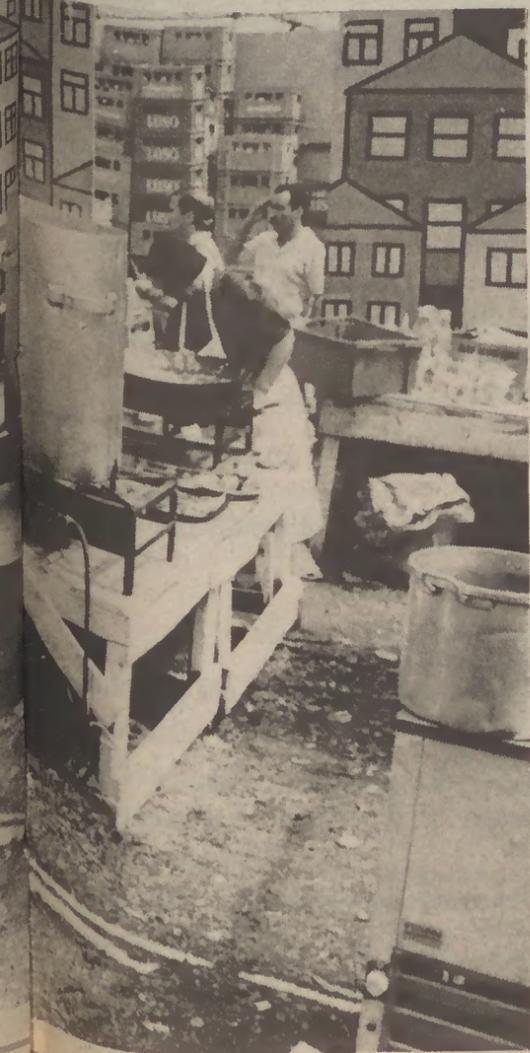
Restaurante
Ensopado de borrego
Febras de porco

Bar

Vinhos regionais (Portalegre, Terras de Baco, Adega Coopª de Portalegre)
Enchidos
Queijos
Pão regional

A Artesanato

Pantufas e casacos de pele de Terrugem e Manforte
Capotes alentejanos de Stª Eulália
Bordados com aplicações em feltro de Nisa
Artigos de cabedal de Avis e Monforte



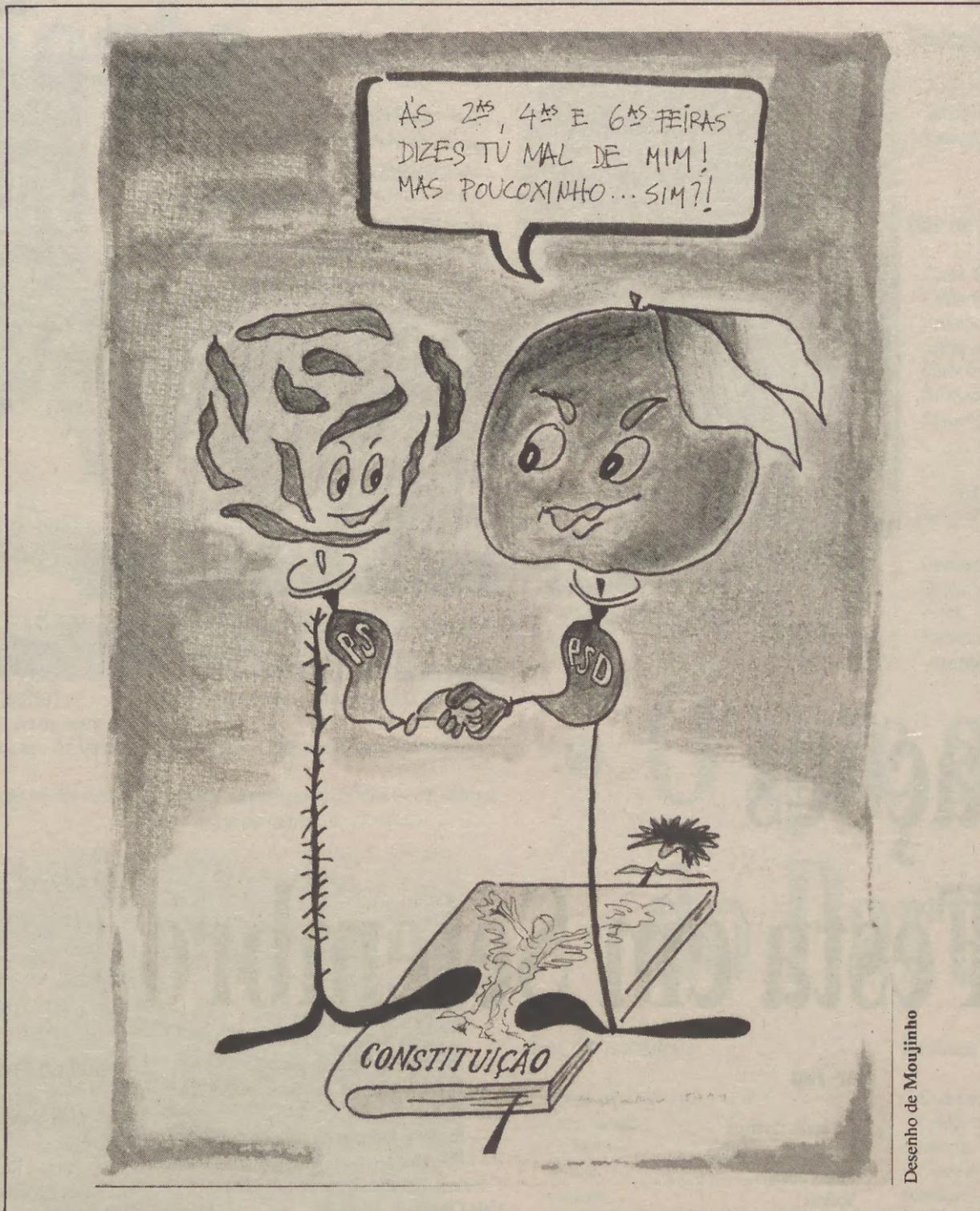
PONTOS CARDEAIS

Em estado grave

O alinhamento dos telejornais na RTP-1 está cada vez mais curioso, desde que à direcção da televisão estatal ascendeu nova equipa de "comissários" políticos do PSD. Após a habitual *passerelle* de tudo o que é ministro e secretário de Estado (situação que se tornou numa espécie de rubrica fixa nos serviços informativos da estação pública de televisão), seguem-se as notícias mais prodigiosas. Anteontem foi o acidente com quatro alpinistas portugueses no Monte Branco, com direito a reportagem no hospital suíço onde um deles ficou internado, filmagens aéreas sobre as montanhas, intermináveis descrições, em cor local, dos pormenores do acidente e do estado dos acidentados que, felizmente e "exceptuando um", não inspirava cuidados. Se o ridículo fosse um acidente, este serviço de informação da RTP estava todo hospitalizado. E em estado grave..

Leites

Muito contente, o novo ministro da Agricultura foi a Bruxelas ouvir as exigências dos outros: a Itália ameaçou impedir os fundos estruturais se não lhe aumentassem as quotas leiteiras e não lhe perdoassem as multas por as haver ultrapassado numa carrada de milhões de litros, e obteve tudo o que queria; a França, a Alemanha e a Espanha também bateram o pé a uma data de coisas, e toda a gente disse que sim. O Governo de Cavaco Silva "conseguiu" que não baixassem as quotas leiteiras a Portugal, e ficou radiante. Compreende-se a felicidade cavaquista: o facto de não nos retirarem o que ainda tínhamos não só constitui uma poderosa vitória reivindicativa como, sobretudo, garante à Parmalat italiana umas quotas "suplementares"...



Desenho de Moujinho

PONTOS NATURAIS

Quadras de ocasião

Ministros mudam na rica
contradança que lá cabe.
Mudam as moscas mas fica
aquilo que a gente sabe...

Ordem é privatizar.
Já estão maduros os figos.
É sempre preciso dar
comida aos pardais amigos...

Não podem os estrangeiros
comprar os bens de raiz?
Há sempre uns gajos porreiros
estrangeiros no país...

Amigo reparte o trigo
com outro amigo. Está bem.
Um amigo tem amigo
e esse amigo, amigo tem...

Queres um banco total
sem entraves no caminho.
És espanhol? Não faz mal,
se ficares caladinho...

Os bens públicos lá vão
na loucura dos venenos.
Privatizar é leilão
onde ganha — quem dá menos...

Diz o António chiquesperto
ao Aníbal, que se queixa:
— Tu governas mal? É certo.
Não faz mal. A gente deixa...

De horizonte a horizonte
ninguém aqui se dá fé
que alguma questão da ponte
se resolve a pontapé...

Custa X uma passagem?
Ou Y?... Ou Z?... Mau serviço.
Acabem com a portagem
e não se fala mais nisso.
Ponte com taxa medida?
Por este andar dará brado
uma Lisboa metida
dentro de arame farpado.

Amar, olhar, trabalhar,
Lisboa para ir e vir.
Que o Amaral não separe
o que se fez para unir.

Injustiças? Nem pensar.
Repressão? Nem pense alguém.
A Ponte mostrou honrar
o nome honrado que tem.

Os patrões

A crise económica que vergasta o País à média de 24 000 novos desempregados por mês tem, para as confederações patronais, um remédio simples: a extinção do salário mínimo nacional, em relação aos trabalhadores, e isenções fiscais e de pagamentos à Segurança Social para os patrões. Ainda havemos de ver esta gente a dizer o que lhes vai na alma e a exigir, pura e simplesmente, o regresso às jornadas de trabalho de sol a sol e o ajuste de salários em praça de jorna.

Os sogros

Por falarmos em patrões, ei-los em mais uma demonstração de talento empresarial: o esportulamento de dezenas de milhares de contos ao erário público através de "baixas" fraudulentas metidas por eles próprios à Segurança Social. O escândalo foi denunciado pelos sindicatos e o sogro do ministro Marques Mendes foi um dos apanhados em flagrante pela Inspeção do Trabalho. Atarantado, o senhor confessou ao "DN" que "isto só é importante porque sou sogro do ministro". Engana-se, o senhor sogro do ministro: isto não tem importância nenhuma, por causa do Governo a que pertence o ministro de que é sogro.

FRASES da SEMANA

“Cavaco quer independentes nas listas do PSD em 95.”

☛ (Título do «Semanário», de 16.07.94)

“Há figuras do partido que lançam bocas, o que não ajuda, e há distritais que não têm trabalhado bem.”

☛ (Boca de um «destacado membro da comissão política laranja», no «Semanário», de 16.07.94)

“Já desconhecia este tipo de gozo.”

☛ («Sentimento dominante» nos mais recentes ex-ministros do último Governo de Cavaco, segundo o «Semanário», de 16.07.94)

“Um dos maiores problemas que o nosso sector produtivo agrícola enfrenta está na comercialização e na distribuição.”

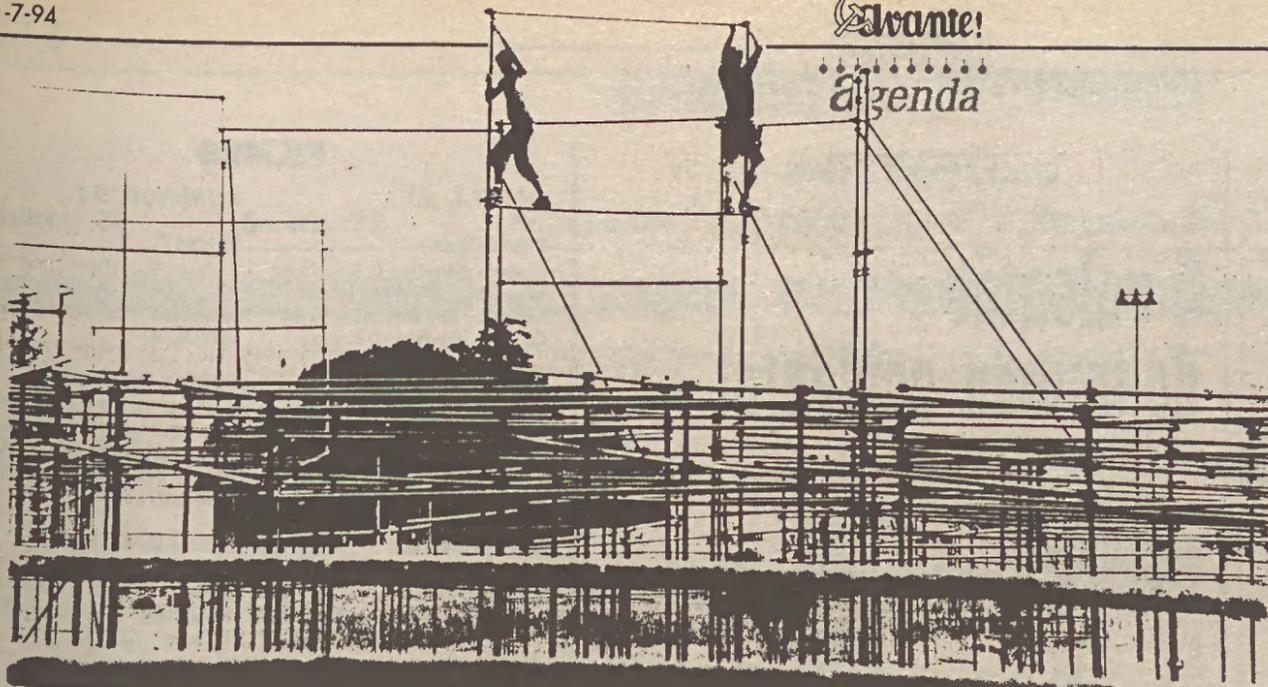
☛ (Faria de Oliveira, «um ministro fleumático» ao «Diabo», de 19.07.94)

“O presidente da Câmara de Manteigas vai oferecer um almoço a Cavaco Silva e a todo o povo do concelho. Ninguém paga nada.”

☛ (Do antetítulo do artigo «Manteigas Cavaco», em «O Independente», de 15.07.94)

“Guterres, que já garantiu também a adesão das principais figuras da Plataforma de Esquerda e de outros dissidentes comunistas, reuniu ontem com os derradeiros dirigentes do MDP/CDE.”

☛ (Em «Expresso», 16.07.94)



*Vamos
construir
a Festa!*

Há trabalho
na Atalaia!

NÃO HÁ festa COMO ESTA!

Este ano entre muitos outros,
vão estar:

SÉTIMA LEGIÃO
+
**Grupo de
Gaiteiros de Lisboa**
RITUAL TEJO
PESTE & SIDA
UHF
ALA dos NAMORADOS
MENINOS D'AVÓ

*festa
Avante!*

*P'rá semana ficas a conhecer muito mais.
Mantém-te atento!
Lê o «Avante!»*

festa de Abril

2.3.4 SETEMBRO - ATALAIA-AMORA-SEIXAL

Podes crer não há Festa como esta!

No espaço Internacional o encontro e o convívio
com povos de todo o mundo.

Um Espaço de Solidariedade.

Este ano Uma grande Campanha de Solidariedade com Cuba.

Espaço da Juventude e Pavilhões de todas as regiões do país.

Festa do Livro e do Disco. Artesanato e Gastronomia.

É fácil ir à Festa e voltar
De carro, de Barco ou de Autocarro
num pulinho estás lá!

Parqueamentos.
Reforço de carreiras R.N. (Cacilhas\Festa).
Barcos coordenados com o horário da Festa.

Esperamos por ti na Festa do Avante
a E.P. (entrada permanente) para os três dias da Festa
custa apenas 1600\$00 e pode ser adquirida desde já em todas
as Sedes do P.C.P e da J.C.P

CPPC - Conselho Português para a Paz e Cooperação



EXCURSÃO A CUBA

EMBAIXADA DE PAZ E DE SOLIDARIEDADE
JULHO, AGOSTO E SETEMBRO
15 dias

Viagem organizada em colaboração com o Movimento Cubano
para a Defesa e Soberania dos Povos, que proporcionará um
programa cultural e político

Viagem de avião Lisboa/Havana/Lisboa,
regime de meia pensão em
Hotéis de *** e ****
deslocações internas autopulman

Visitas a Havana, Cienfuegos (ou outra cidade na região),
Trinidad e Varadero (zona balnear)

Inscrição prévia e outras informações:

Casa da Paz
Rua Rodrigo da Fonseca, 56 - 2º 1200 LISBOA
Telef. 3863375 - fax 3863221

Visita de Carlos Carvalhas à Margem Esquerda do Guadiana

Sábado, 23

A partir das 11.00

Visita às instalações da Cooperativa
«A Esquerda Vencerá», à Herdade da Capela
e à Herdade do Facho

Às 12.30

Almoço-convívio, em Serpa

Às 14.30

Sessão pública
no Cine-Teatro de Pias

Por isto e por aquilo...

Três Camaradas

(Sexta, 13.45, TV 2)

Realizador, durante muito tempo menosprezado, de mais de uma centena de filmes, Frank Borzage tornou-se nos últimos anos um autor de culto e o género a que sobretudo se dedicou, o melodrama, foi definitivamente reabilitado entre os cinéfilos graças a títulos como este. «Três Camaradas», um filme *velhinho* de 56 anos, é uma comovente história de amor, recortada na dureza de um mundo destruído: o pós-primeira Grande Guerra na Alemanha, arrasada e já minada pelas ideias inquietantes do nazismo. Repassado do tocante lirismo que foi a marca distintiva do «estilo Borzage», com os seus suaves movimentos de câmara e uma luz-névoa recortando como um halo as personagens e a acção dramática, «Três Camaradas» é, de resto, também o resultado da conjugação de alguns outros superlativos talentos - de Erich Maria Remarque, autor do romance que F. Scott Fitzgerald adaptaria, no que é considerado (apesar dos cortes do produtor, Joseph L. Mankiewicz) o mais personificado dos seus argumentos, ao fotógrafo Joseph Ruttenberg e aos actores protagonistas, com destaque para Robert Taylor e em primeiro lugar para Margaret Sullavan, o «rosto» de Borzage por excelência.



Margaret Sullavan, intérprete de «Três Camaradas», do realizador Frank Borzage

Borzage e aos actores protagonistas, com destaque para Robert Taylor e em primeiro lugar para Margaret Sullavan, o «rosto» de Borzage por excelência.

Querido Joey

(Sexta, 00.45, Quatro)

Esta comédia musical não é alinhável, nem por sombras, na galeria das obras-primas do género: Sinatra faz de *crooner* metido a empresário de *nightclub*, coisa que deve ter ensaiado na vida inúmeras vezes, e Kim Novak e Rita Hayword limitam-se a emprestar o corpo e o brilho (que nem sequer a voz, dobrada nas canções). O filme é a adaptação de um musical de John O'Hara, Richard Rodgers e Lorenz Hart e de notável só tem mesmo a música: canções como «I Didn't Know What Time It Was», «There's a Small Hotel» e «The Lady Is a Tramp», interpretadas por Frank Sinatra, tornaram-se desde então parte obrigatória do seu repertório.

Árias

(Sábado, 22.45, TV 2)

Um projecto e uma ficha técnica insólitos chamam a atenção, sobretudo dos amantes de ópera, para este filme-colagem, que se crê inédito em Portugal: dez realizadores de estilos, origens, formações e nacionalidades diferentes (Nicholas Roeg, Charles Sturridge, Jean-Luc Godard, Juliem Temple, Bruce Beresford, Robert Altman, Franc Roddam, Ken Russell, Derek Jarman, Bill Bryden) assinam dez episódios não interligados, centrados em dez diferentes árias de óperas - de Verdi, Jean Baptiste Lully, Erich Wolfgang Korngold, Rameau, Wagner, Puccini, Carpentier, Leoncavallo. Segundo se anuncia, em absoluta liberdade de estilos.

O Massacre dos Inocentes

(Sábado, 23.45, Canal 1)

Uma produção australiana, adaptação de um romance, a confirmar (ou a desvirtuar?) uma efectiva tragédia: a que acompanhou os chamados «boat people», refugiados vietnamitas que nos finais dos anos 70 tentaram alcançar a Malásia e foram acolhidos, ao invés de «pela liberdade», pela corrupção, a miséria, a indiferença. Entre o que foi a terrível realidade e este filme, pode haver um abismo...



«A Guerra dos Mundos», de Byron Haskin

A Cidade dos Outros

(Domingo, 23.15, Canal 1)

Outra produção australiana, também baseada num romance, a merecer melhor crédito, dirigida pelo autor de «Crimes do Coração». Aqui o que é (gentilmente...) posto em causa é a própria Austrália e a proclamada integração multi-racial que nela será lei, porque «os aborígenes surgem frequentemente como uma espécie de sombra angustiante e miserável dos cidadãos prósperos, que são obviamente brancos». O filme não é prementório nem dá grandes pistas acerca de causas, mas conta uma história tocante, passada no seio de uma família aborígine, interpretada com grande sinceridade e sensibilidade por um extraordinário grupo de actores onde se distingue a jovem Kristina Nehm.

Há Lodo no Cais

(Domingo, 23.15, TV 2)

A gente de esquerda jamais esquecerá que Elia Kazan fez este filme depois da sua traição perante a Comissão de Actividades Anti-Americanas, apoiado num argumento de Budd Schulberg, outro dos delatores, numa transparente justificação. Quando esta memória se perder, porém, vão ficar de «Há Lodo no Cais» uns quantos pontos de mais ou menos acesa discussão política decorrentes do próprio argumento (que Schulberg escreveu a partir de uma série de reportagens de Malcolm Johnson para o New York Sun - aliás premiadas com um prémio Pulitzer - sobre a corrupção nos «sindicatos» portuários) e uma geral admiração pelos poderosos talentos que o filme projecta: os do próprio realizador, os dos seus actores (Brando, em primeiro lugar, mas também Steiger, Cobb, Eva Maria Saint), a música de Bernstein, cenas e sequências dramáticas notáveis.

A Dama do Lago

(Segunda, 13.50, TV 2)

Se alguém está a pensar que reconhece o título, tem razão: trata-se efectivamente do famoso romance de Raymond Chandler, narrado pelo narrador-protagonista Philip Marlowe, numa versão que só deixa a desejar o original.

Bloqueio

(Segunda, 14.30, SIC)

A guerra de Espanha contada por Hollywood, com algum humanismo e antimilitarismo, redutora do que foi o sofrimento e a luta dos povos de Espanha mas ainda assim suficiente para suscitar, na altura, os protestos da Igreja católica.



«Horizontes de Glória», de Stanley Kubrick

Um Coração Selvagem

(Segunda, 22.30, SIC)

De novo na televisão, aquele que é ainda considerado o melhor filme de David Lynch e, para muitos, o melhor filme americano de 1990: original, provocador, tão profundamente e especificamente americano que os olhos e os sentidos «europeus» se sentem de fora e um pouco menos encantados, diz-se, a cada nova visualização... Experimente-se.

Horizontes de Glória

(Terça, 13.50, TV 2)

«Horizontes de Glória» é ainda hoje, para muitos, o mais poderoso de todos os libelos anti-guerra do cinema e um dos mais belos hinos à coragem e à dignidade do homem. Centrado num ataque desastroso do exército francês em 1916, que levaria três inocentes a serem fuzilados em nome de uma justiça militar absurda, arbitraria e perversa, transformou-se numa acusação intemporal à instituição militar, que se rege por códigos de honra mesquinhos e noções de patriotismo absurdas, frequentemente responsáveis por crimes irreparáveis. Um «objecto de combate contra a guerra e a tirania» que, no conselho de um crítico, deveria ser obrigatoriamente visto em cada ano por todos os chefes militares do mundo para que soubessem que é gente, carne e sangue que têm nas suas mãos. O filme, considerado por outro lado tecnicamente perfeito,

deve-se evidentemente ao enorme talento e lucidez de Stanley Kubrick mas também a um homem, Kirk Douglas, actor principal, produtor e seu grande entusiasta, que mais uma vez, quis incentivar um projecto humanista e corajoso.



«Um Coração Selvagem», de David Lynch

A Lei e a Honra

(Quarta, 14.35, TV 2)

Em África há um cinema que abre caminhos novos na Sétima Arte. Passa entre nós quase despercebido, perdido nos meandros das distribuidoras, remetido para salas fora dos grandes circuitos comerciais, vencido à partida pela máquina publicitária dos 'sucessos de bilheteira', esquecido na voragem dos nomes sonantes made in USA. Mas existe. E insiste em mostrar-nos uma outra forma de contar histórias, de nos dizer a História. É um cinema onde o tempo, os gestos, os sentimentos, as cores, têm ainda toda a dimensão de quem sabe ser um grão de poeira no Universo. Onde o espaço e o tempo têm gente dentro, gente que com eles se entende sem se perder no vórtice a que costumamos chamar progresso e nos deixa sem espaço nem tempo para dar conta de nós e dos outros.



Eve Maria Saint e Marlon Brando, em «Há Lodo no Cais»

Tormenta a Bordo

(Quarta, 14.30, SIC)

Ford e o seu actor John Wayne num filme diferente dos que marcaram a sua carreira: em vez da terra, o mar, e um argumento diferente, baseado em quatro pequenas peças de Eugene O'Neill, que muitos consideraram beneficiado com a liberdade da adaptação.

A Guerra dos Mundos

(Quarta, 00.40, Canal 1)

O mesmo livro de H. G. Wells que dera origem à célebre emissão radiofónica de Orson Welles adaptado num filme que é considerado um marco no cinema de ficção científica, mais tarde recriado numa série televisiva de larga difusão.

■ Correia
da Fonseca

No «Parabéns» da passada semana, Herman José entrevistou Nicolau Breyner, escolhido para convidado central. O costume: uma figura habitual na TV portuguesa a entrevistar outra figura habitual na TV portuguesa. Em

«Parabéns», Herman tem adoptado este esquema como rotina, mas outros responsáveis por outros programas, desde Teresa Guilherme a Marco Paulo passando por muitos mais, têm feito o mesmo. Toda a gente repara nisso, aliás, e a muitos o caso até dá para pensar. Na verdade, tratando-se de profissionais de Televisão, melhores ou piores, é singular que não se apercebiam de que esse intercâmbio de entrevistas em universo muito estreito resulta inevitavelmente num reforço do clima de repetições e mimetismos paupérrimos em que a TV portuguesa vive atascada. Contudo, ninguém parece querer escapar a esse risco.

É natural que nos perguntemos por quê.

Circuito fechado

sagrou e popularizou. As eventuais excepções que me perdoem. De resto, nem sequer se trata de todos eles serem invariavelmente péssimos, longe disso, e o caso-limite de um Marco Paulo a entrevistar em programa que lhe foi entregue assim como quem entrega terreno para coutada privada, é antes do mais, já se vê, um caso de desvio às qualificações naturais já de si discutíveis e sem dúvida mal orientadas. Quer dizer: um caso de sapateiro a subir acima da chinela, e obviamente mais por culpa alheia que própria. A questão, parece-me, é que a Televisão tende a provocar a degradação, quando não a fermentação fétida, até dos colaboradores com méritos e talentos que trabalhem para ela. Lembremo-nos de Herman José na RTP, de Alexandra Lencastre na SIC. Como regra geral, até se poderá talvez dizer que só ficam a salvo do desastre os que não atingem a popularidade. Também esta regra terá decerto as suas excepções (estou a lembrar-me, por exemplo, de um

maestro Victorino d'Almeida que, aliás, parece ter sido atraído prematuramente para a memória de um passado já antigo), mas ainda assim talvez seja de manter.

Mundo a valer é mais largo

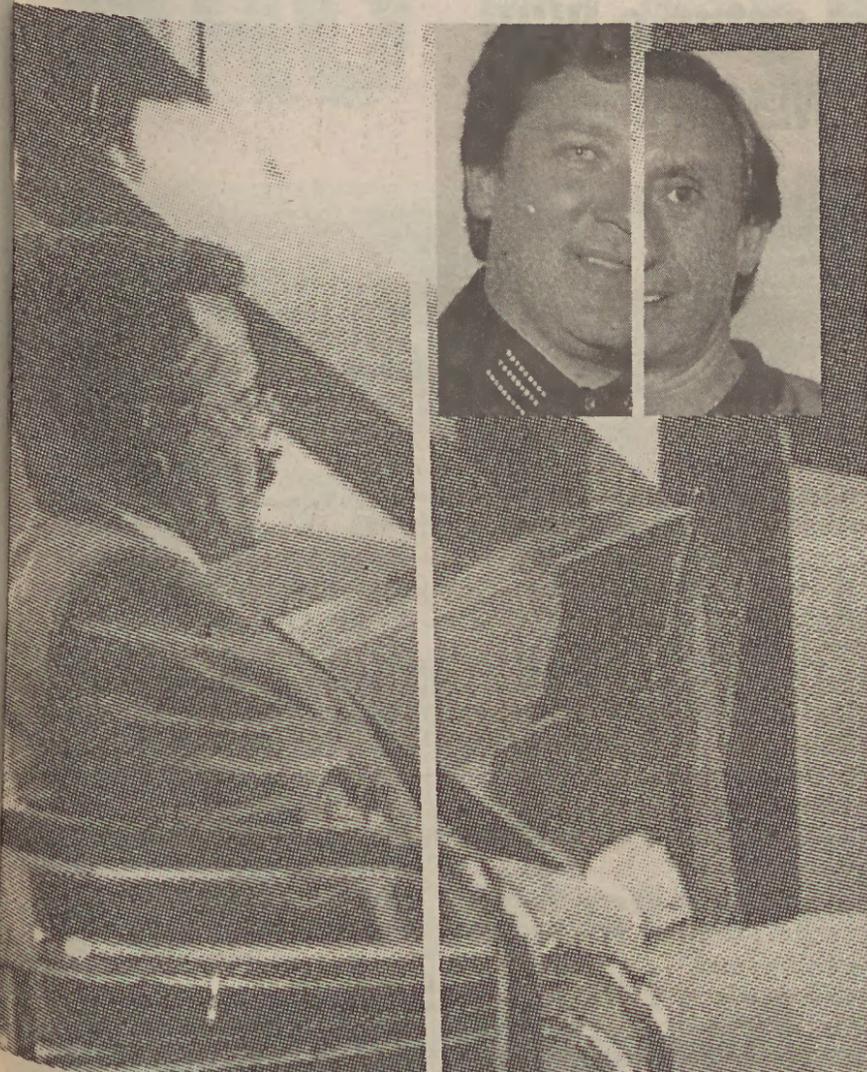
Mas esta prática um pouco descarada do entrevistado mútuo, sempre ou quase sempre em molho de encómios com honra e proveito para ambas as partes, pode corresponder a qualquer coisa de ligeiramente mais grave: a interiorização por todo esse punhadinho de gente de que são o sal da terra, o mais interessante que podem oferecer aos telespectadores. Por um lado, porque se sobreavaliavam terrivelmente, embriagados pela doce glória de serem reconhecidos e porventura importunados na rua, de serem capa de revistas impressas com muitas cores e letras grossas. Por outro lado, porque, sendo muitos deles tragicamente ignorantes de quase tudo, tem enorme dificuldade em perceber não apenas que há mundo para além deles mas também que o mundo é povoado por gente com enorme interesse, semeado por questões apaixonantes e algumas delas tão importantes, de tal modo fundamentais para todos nós (isto é, para cada um dos telespectadores, mesmo que estes ainda não o saibam), que é imperativo ter em conta essa realidade de cuja existência «não sabem, nem sonham».

Daqui resulta, como bem se entende, uma Televisão que em certa medida vive em circuito fechado, designadamente quanto a figuras com largas audiências, pois, como se sabe, as audiências são criadas pelas estações de TV à sua própria imagem e semelhança. Aí se enraizam, de resto, um outro fenómeno e uma outra falácia, consubstanciados no facto de a TV (no caso português existindo sob a forma de três pessoas distintas mas uma só verdadeira, numa trindade que nada teve alguma vez de santíssima, e agora ainda o tem menos, desde que a TVI parece ter-se decidido pela laicização no pior sentido) invocar uma espécie de plebiscito permanente e aprovador dos seus comportamentos, representado pelo facto de ter milhões de espectadores cujas alegadas preferências vão para programações estupidificantes e/ou mentirosas. Como se o público tivesse alternativas. Como se os programas não lhe fossem afinal impostos mediante uma espécie de dumping peculiar visando aparentemente o emparvecimento acelerado do País.

Falsos deuses e destino

Cabe aqui, embora apenas de passagem, referir que as informações supostamente científicas fornecidas pelas audiometrias são, de facto, facilmente manipuláveis pela inserção dos programas a promover nos horários mais favorecedores. Assim, houve um momento de grande audiência: a RTP transmitia-o, então, a partir das 21 horas das segundas-feiras. Hoje, quando acontece Teatro, a RTP livra-se dele através do Segundo Canal e nas imediações da madrugada: é claro que não aparece, depois, nos «tops» dos programas mais vistos. Aí, surgem agora não só as telenovelas da noite mas também misérias como «Isto só vídeo» (RTP) ou «Minas e Armadilhas» (SIC).

Parece útil, de qualquer modo, entendermos que há uma relação entre esta constante prioridade dada ao que é mediocre, verdadeiramente castrador da inteligência do público, e a existência daquele minimundo de pretensas personalidades que reciprocamente se promovem, que trocam cumprimentos e entrevistas, que parecem imaginar-se uma espécie de casta, de jet set a voar nas asas das ondas hertzianas, de filhas dilectas de invisíveis deuses que os sagraram para um destino diferente e melhor. Sem se darem conta de que esses deuses não têm nada de transcendente, são apenas os «patões» das TV's portuguesas. E o destino é o de, durante algum breve tempo, serem os mais conhecidos agentes da cloroformização de um povo inteiro.



A primeira resposta que ocorre é, naturalmente, a de que se trata da mistura em partes iguais de preguiça e incapacidade. Preguiça de tentar recrutamentos mais distantes quando estes entrevistados prontos-a-usar estão ali pertinho, à mão de semear, não sendo preciso mais que fazer um telefonema fácil ou talvez abordá-los no decurso de um encontro nos corredores do estúdio. Incapacidade para enfrentar eventuais riscos representados por entrevistados oriundos de outras áreas, outros horizontes, outros países culturais. Mas é claro que mesmo esta explicação de dupla face aponta para uma radicação em terreno mais amplo, que será o da precária qualidade global da generalidade dos apresentadores/autores que a Televisão portuguesa con-

de FOICE

O Mariano

Há uma boa dezena de anos, surpreendi uma cena singular na rua que separa o jardim da marina de Faro. Estávamos no pino de Agosto, o local fervilhava de veraneantes e um automobilista português preparava a manobra de estacionamento num buraco providencial, quando um carro estrangeiro, vindo de trás, acelerou para lhe roubar o lugar. O nosso compatriota nem queria acreditar no que lhe acontecera: saiu do carro aos berros, enquanto do outro emergia um gigante louro, de enorme barriga e sorriso panorâmico. Fremindo de indignação, o bravo lusitano, baixo, enérgico e de bigode, como manda o figurino que o estrangeiro nos inventa, nem perdeu tempo a avaliar a flagrante desproporção física: interpelou o "boche" de punho levantado e chamando-lhe isso mesmo, exigindo que "desestacionasse o carro imediatamente". O outro, sempre de sorriso implacável, encolheu os ombros a fingir que não percebia e virou-lhe as costas. Ai, o nosso amigo passou-se dos carros e foi-se ao estrangeiro, dando-lhe encontrões nas costas e gritando para a Ria Formosa toda: "Anda cá que eu parto-te já o focinho!"

Não partiu, porque o outro não lhe ligou nenhuma: deixando-se empurrar com a bonomia de quem atura uma criança, foi-se afastando às gargalhadas, até deixar o ultrajado quase a chorar perante tão completo desprezo.

A história poderia ficar assim, consumada no relato e aberta às liberdades de leitura, o que teria a suplementar vantagem de pontofinalizar esta crónica. Mas esta coisa de sermos vencidos até pela indiferença do adversário, é coisa que pode satisfazer alguns mas que não apetece nada deixar em claro.

Pode satisfazer o ministro da Agricultura e o Governo de Cavaco Silva que, por exemplo, há dias saíram de Bruxelas a gabar-se de não terem perdido as quotas de produção de leite anteriormente atribuídas ao nosso país pela Comunidade, enquanto uma Itália - a que o mesmo Governo tem consentido depredar a nossa produção, via Parmalat - impunha não apenas o aumento das suas quotas, como a absolvição das pesadas multas em que incorria por as haver ultrapassado, ao arripio dos ditames da Comunidade. Aliás, os ditames da Comunidade são, para o Executivo de Cavaco Silva, como os estacionamentos de Faro: apenas os portugueses os têm de respeitar; os outros, sobretudo quando grandes e gordos, podem roubar-nos com uma simples gargalhada.

Tal como pode satisfazer uma CAP, que neste caso das cedências agrícolas apenas critica o Governo por não canalizar mais fundos comunitários para os seus "empresários", enquanto o seu principal dirigente alegremente introduz a Parmalat no nosso país para arruinar, em definitivo, a produção leiteira nacional. Aqui, a CAP vai mais longe na alegoria do estacionamento de Faro: funciona, ela própria, como o estrangeiro que pode depredar, à gargalhada, os direitos dos agricultores de que se reclama defensora. Reconheça-se que, pelo menos, é uma interpretação profundamente rural.

A quem não satisfaz, de certeza, esta arrogância do poder e dos poderosos em desprezar os direitos dos cidadãos, até com a indiferença dum sorriso, é a esmagadora maioria dos trabalhadores e dos povos. A prová-lo, aí está a história maior dos homens. A que mostra que, mais tarde ou mais cedo, acabam por encontrar o empurrão que chegue para "desestacionar" tal gente dos lugares de que abusaram.

■ HC

Torralta pode ir para a greve

Os trabalhadores da Torralta, de Tróia e Algarve, vão paralisar dia 29 se até lá a empresa não se dispuser a pagar os salários em atraso, disse terça-feira à agência Lusa um elemento da comissão de trabalhadores (CT) da Torralta do Alvor.

José Lisa sublinhou que os trabalhadores da Torralta não recebem ordenado desde o início do ano, devendo-lhes a empresa cerca de 280 mil contos.

O representante dos trabalhadores garantiu que se na próxima reunião com o administrador judicial da Torralta não ficar acordado uma calendarização para o pagamento dos salários em atraso vão ser concretizadas várias acções de luta.

Além da greve de dia 29, está previsto outro dia de paralisação



Os trabalhadores da Torralta já se manifestaram junto das entidades governamentais. A luta corre o risco de endurecer

para a primeira quinzena de Agosto e uma vigília, em Tróia e no Alvor, no dia 11 de Agosto.

Entretanto, João Neves, administrador judicial da Torralta, anunciou terça-feira em

conferência de imprensa, que as receitas geradas pela exploração hoteleira na época alta deverão ser suficientes para pagar os salários de Julho e Agosto. O administrador deu conta das diligências feitas até agora para viabilizar a empresa, nomeadamente o convite a grupos nacionais e estrangeiros a entrar com capital na empresa, considerada, por João das Neves, como «de grande potencial».

Revisão Constitucional tema de encontro entre o PCP e o Sindicato dos Magistrados

O Sindicato dos Magistrados do Ministério Público (SMMP) considerou terça-feira de "excelente" o resultado do encontro que a sua Direcção teve com uma delegação do PCP liderada pelo secretário-geral Carlos Carvalhas.

Em declarações à agência Lusa, Rui Bastos, presidente da Direcção do SMMP, disse que o encontro, a pedido do sindicato, se destinou a auscultar o que o PCP "vai propor ou não em sede de revisão constitucional na área dos tribunais".

"Constatamos estar em perfeita sintonia e concluímos que o quadro constitucional vigente corresponde às nossas realidades social, cultural e jurídica", disse Rui Bastos.

Adiantou que as duas delega-

ções concluíram que "qualquer mudança" constitucional na áreas dos tribunais "só poderá ser no reforço da independência e autonomia do poder judicial", incluindo o Ministério Público.

Segundo Rui Bastos, foi também abordado o projecto do Governo e do PSD que visa a consagração constitucional de um conselho superior comum às duas magistraturas, adiantando que duas as partes se pronunciaram contra tal projecto.

"Tanto o PCP, como já antes o PS, nos disseram que tal conselho não passará", acentuou Rui Bastos.

A revisão constitucional levou o SMMP a solicitar audiências aos partidos da oposição.



Uma delegação da Direcção do Sindicato dos Magistrados do Ministério Público, chefiada pelo seu presidente, reuniu a seu pedido na terça-feira com uma delegação do PCP liderada pelo secretário-geral Carlos Carvalhas

Caça polémica

Os caçadores de regime livre estão a ser aconselhados pela Federação Nacional de Caçadores e Proprietários (FNCP) a não renovarem as suas licenças com vista ao novo ano cinegético, que se inicia a 15 de Agosto.

Mário Rui Lopes, vice-presidente da FNCP, disse à Lusa que os caçadores «não devem tirar as respectivas licenças até que se saiba como vai ser a próxima época de caça».

«O ano passado, houve muitos problemas e nós não gostaríamos que eles se repetissem», afirmou Mário Rui Lopes, acrescentando que estão «dispostos a estar sem caçar um ano, só para evitar problemas».

A recusa dos caçadores em renovarem as suas licenças seria também, caso se venha a concretizar, «uma forma de protestar contra a concessão ilegal de zonas de caça associativa», considerou.

«Bastava que 50 mil caçadores não tirassem licença para que 200 mil contos não entrassem nos cofres do Estado», adiantou Mário Rui Lopes, acrescentando: «Se não caçarmos há ainda milhares de cartuchos que não se vendem, gasolina que não se gasta e cafés e restaurantes que não se frequentam. É prejuízo para muita gente».

Esta posição da FNCP surge a pouco mais de duas semanas da manifestação nacional que os caçadores de regime livre vão levar a efeito em Lisboa, no próximo dia 6 de Agosto, contra as reservas de caça associativa.

«Vamos encher o Terreiro do Paço, pois todos sabemos que das cerca de 1600 reservas do nosso país, só 150 é que terão o acordo total dos proprietários para a ocupação dos seus terrenos», afirmou Mário Rui Lopes.

Segundo este dirigente da FNCP, todos os dias esta recebe cartas de proprietários, do norte ao sul do país, «a denunciarem a integração de terrenos seus em reservas associativas, sem terem dado autorização para isso».

Participação de mulheres Portugal em último no PE

As organizações não-governamentais do Conselho Consultivo da Comissão para a Igualdade e para os Direitos das Mulheres lamentaram terça-feira o facto da participação de mulheres portuguesas no Parlamento Europeu (PE) ser a mais baixa dos 12 países da União.

A 12 de Junho último, apenas foram eleitas duas eurodeputadas portuguesas, representando uma descida da taxa de partici-

pação de mulheres, entre o total de portugueses eleitos, de 12,5 para 8 por cento.

A situação, dizem, «é particularmente preocupante», uma vez que a Comissão da Comunidade Europeia tinha lançado uma campanha com o objectivo de aumentar a presença de mulheres no PE, o que de facto aconteceu, passando a participação feminina de 19,9 para 25,2 por cento.

Portucel

Realiza-se, no próximo sábado, uma reunião promovida pela célula do PCP na Portucel, centrada na situação da empresa e dos seus trabalhadores e aberta a todos os amigos interessados.

Na reunião, que decorrerá das 15 às 18 horas no Centro de Trabalho do PCP do Cacém, participa Romeu do Rosário, dirigente do PCP.